

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS**

**“MARISQUEIRAS” DA BACIA DE CAMPOS – RELAÇÕES DE GÊNERO E O
TRABALHO DA MULHER NA PESCA ARTESANAL NO RIO DE JANEIRO**

RAFAELLA THEIS

CAMPOS DOS GOYTACAZES- RJ

MARÇO – 2018

**“MARISQUEIRAS” DA BACIA DE CAMPOS – RELAÇÕES DE GÊNERO E O
TRABALHO DA MULHER NA PESCA ARTESANAL NO RIO DE JANEIRO**

RAFAELLA THEIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense- Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Lilian Sagio Cezar

CAMPOS DOS GOYTACAZES- RJ

MARÇO – 2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

032/2018

T377 Theis, Rafaella.

“Marisqueiras” da Bacia de Campos – relações de gênero e o trabalho da mulher na pesca artesanal no Rio de Janeiro / Rafaella Theis. – Campos dos Goytacazes, RJ, 2018.

144 f.

Bibliografia: f. 125 – 131.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2018.

Orientadora Lilian Sagio Cezar.

1. Políticas Sociais. 2. Pesca Artesanal. 3. Relações de Gênero. 4. Divisão Sexual do Trabalho. 5. Educação Ambiental. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD – 306.364

**“MARISQUEIRAS” DA BACIA DE CAMPOS – RELAÇÕES DE GÊNERO E O
TRABALHO DA MULHER NA PESCA ARTESANAL NO RIO DE JANEIRO**

RAFAELLA THEIS

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Políticas Sociais,
do Centro de Ciências do Homem, da
Universidade Estadual do Norte
Fluminense- Darcy Ribeiro, como parte
das exigências para obtenção do título
de Mestre em Políticas Sociais

Orientadora: Prof^a. Dr^a Lilian Sagio
Cezar

Aprovada em 09 de março de 2018.
Banca examinadora:

Prof. Dr. Geraldo Timóteo
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Prof. Dr. Shirlena Campos Souza Amara
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Prof. Dr. Rolf Ribeiro de Souza
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Lilian Sagio Cezar – Orientadora
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Agradecimentos

Ao final da pesquisa de mestrado que durou cerca de 2 anos, pude olhar para trás e perceber o quão diferente ela me tornou, pesquisar sobre as mulheres e sobre a pesca me fez adentrar em uma realidade diferente, que me trouxe muito aprendizado.

Para tanto, agradeço todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para essa experiência, em especial aos Professores e Professoras do Programa de Políticas Sociais, que tive a oportunidade de poder assistir as disciplinas e aprender coisas novas sempre.

A minha orientadora Lilian Sagio Cezar, que sempre me orientou com muito carinho e sabedoria, me indicou novas reflexões, sempre atenciosa em todos os processos de escrita e na pesquisa de campo. Agradece-la por tornar esse processo, de escrita, prazos, transcrições, mais leves e divertidos.

Ao Professor Geraldo Timóteo, que me convidou para participar do projeto PESCARTE – Petrobrás – IBAMA, e principalmente pelas reflexões e teorias que me apresentou no decorrer do processo.

Meus sinceros agradecimentos a Professora Shirlena Amaral, que além de ter sido a minha primeira professora no programa de políticas sociais, foi a pessoa que me incentivou em todo o processo de seleção como aluna regular do mestrado, obrigada professora.

Aos Membros da Banca, que se dispuseram a estar presente para me avaliar e contribuir na formação e construção desse trabalho final.

A todos os professores e professoras que fizeram parte da minha vida acadêmica, na Graduação, meu orientador de PIBIC, Fernando Sossai, que me apresentou a temática das políticas sociais.

Aos amigos que fiz em Campos dos Goytacazes, que foram fundamentais para que minha estadia nessa cidade pudesse ser mais agradável e duradoura, mesmo estando longe da minha família.

A Minha Família, que mesmo longe sempre esteve disponível para ouvir minhas reclamações, estresse, alegrias, quaisquer que fossem as emoções. E

no momento mais crucial da pesquisa, a escrita, pode me dar apoio de perto por vezes que pensei que não ia conseguir.

Em especial a minha mãe, Sueli Terezinha Giovanella, que foi mãe solteira e criou-me com muito amor e carinho, na pesquisa pude entender de perto o quão difícil é para a mulher criar seus filhos sozinhas, cada vez mais pude admirar minha mãe por isso.

Por fim quero agradecer, as interlocutoras da minha pesquisa, que me receberam muito bem, contaram sobre as suas vidas, abriram a porta das suas casas, e me mostraram como é ser mulher, pescadora, mãe, entre outros papéis sociais que assumem. A vocês muito obrigada.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	VIII
LISTA DE QUADROS E TABELAS.....	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	IX
RESUMO.....	XI
ABSTRACT	XII
INTRODUÇÃO	1
A PESQUISA QUALITATIVA	5
O PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PESCARTE	7
GRUPO GESTOR DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – PROJETO PESCARTE	10
PROJETO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA (GTR).....	15
A PESQUISA QUALITATIVA	16
CAPÍTULO I- PESCA ARTESANAL NO BRASIL.....	20
QUEM SÃO OS TRABALHADORES DA PESCA ARTESANAL NA HISTÓRIA DO BRASIL?	20
PESCADORES ARTESANAIS, COLÔNIAS DE PESCADORES E SEGURANÇA NACIONAL	23
PESCA ARTESANAL E INDÚSTRIA PESQUEIRA – POLÍTICAS SOCIAIS PARA O SETOR	29
CAPÍTULO II - GÊNERO E TRABALHO: TENSÕES, DEBATES E HISTÓRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL	43
DEBATES, CONFLITOS E CONQUISTA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	43
TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL.....	45
RELAÇÕES DE TRABALHO E GÊNERO.....	53
IDENTIDADE E GÊNERO.....	60

O TRABALHO DA MULHER NA PESCA	64
POLÍTICAS SOCIAIS PARA AS MULHERES E PESCA ARTESANAL	74
ARENAS DE LUTA – OS MOVIMENTOS DAS MULHERES NA PESCA.....	80
CAPÍTULO III - MULHERES DAS ÁGUAS E DAS TERRAS – A LUTA DAS “MARISQUEIRAS” DA BACIA DE CAMPOS.	87
PESCA ARTESANAL NA BACIA DE CAMPOS.....	87
NARRATIVAS E MEMÓRIAS DAS MARISQUEIRAS DE FAROL DE SÃO TOMÉ	98
PESQUISA DE CAMPO JUNTO ÀS MARISQUEIRAS DO GRUPO GESTOR PESCARTE	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS.....	125

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Eleitores votando - Zona Eleitoral de Lagoa de Cima. Fonte: PEA-BC PESCARTE.	14
Figura 2. IV encontro da articulação nacional das pescadoras.	84
Figura 3. V Encontro Nacional da ANP.	85
Figura 4. Localização dos limites da Bacia de Campos. Fonte: ANP.	88
Figura 5. Descrição da pesca artesanal praticada pela comunidade de Farol de São Tomé.	90
Figura 6. Potencialidades apontadas pelos Pescadores e Pescadoras (Marítimos) de Campos dos Goytacazes.	91
Figura 7. Potencialidades apontadas pelos Pescadores e Pescadoras (águas Interiores) de Campos dos Goytacazes.	91
Figura 8. Mapa do Distrito de Santo Amaro, onde está localizado a comunidade do Farol de São Tomé – Campos dos Goytacazes.	92
Figura 9. Praia de Farol de São Tomé – Campos dos Goytacazes.	93
Figura 10. Marisqueiras de Farol de São Tomé queimando pneus em protesto ao não pagamento do seguro defeso municipal.	97
Figura 11. Conservação do peixe beneficiado no fundo de quintal.	104
Figura 12. Beneficiamento do pescado no fundo de quintal.	104

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1. Associação de Pescadores de Campos dos Goytacazes.	95
Quadro 1. Zonas Eleitorais Campos dos Goytacazes.....	12
Quadro 2. Divulgação do resultado da Eleição do GG de Campos dos Goytacazes.	13
Quadro 3. Marisqueiras de Farol de São Tomé.	18
Quadro 4. Índice de desenvolvimento humano - Campos dos Goytacazes.	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP - Articulação Nacional das Pescadoras

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CNMT- Comissão Nacional Sobre a Questão da Mulher Trabalhadoras

CNPA - Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadoras

DPA- Departamento da Pesca e Aquicultura

FIPERJ - Fundação Instituto da Pesca do Estado do Rio de Janeiro

GESPE - Grupo Executivo do Setor Pesqueiro

GG- Grupo Gestor

GTR - Projetos de Geração e Trabalho e Renda

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDH -M - Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PEA-BC - Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RGP - Registro Geral da Pesca

SAE - Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres

SEAP/PR - Secretária Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República

SIF - Serviço de Inspeção Federal

SINDPESCA - Sindicato da Pesca

SPM- Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

SUDEP - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

Esta dissertação procura descrever e analisar, a partir de uma perspectiva de gênero, as relações de trabalho das mulheres na pesca artesanal de Campos dos Goytacazes, RJ. Empregamos a teoria de divisão sexual do trabalho e a categoria analítica de gênero para compreender as desigualdades e formas de invisibilização do trabalho feminino, questionando as estruturas históricas e culturais que contribuem para que mulheres permaneçam em posições de subordinação na cadeia produtiva da pesca. Para tanto, escolhemos pesquisar o processo de participação e representação democrática feminina durante a criação e consolidação do Grupo Gestor da Pesca Artesanal, promovido pelo PESCARTE. O Projeto de Educação Ambiental PESCARTE obedece aos parâmetros e condicionantes da Nota Técnica CGPEG/DILC/ IBAMA Nº 01/2010, Linha A e do Diagnóstico Participativo do PEA- BC cujos objetivos estão centrados no desenvolvimento de ações de mitigação ambiental condicionantes dos processos de licenciamento ambiental das atividades de exploração de petróleo e gás ligados à Petrobras na Bacia de Campos. A metodologia desse trabalho está fundamentada na pesquisa qualitativa, realizado por meio de observação participante do Grupo Gestor da cidade de Campos dos Goytacazes, que é um dos sete municípios atendidos por esse projeto. Também foram pesquisadas as atividades atreladas aos processos de debate e reivindicação das “marisqueiras”, a participação das mulheres no Grupo Gestor de Campos, e a criação de espaços de diálogo e lutas frente à perda de direitos da categoria de pescadores e pescadoras artesanais nos últimos anos no Brasil. Também foram realizadas e analisadas quatro entrevistas narrativas, em profundidade com as gestoras democraticamente eleitas do Grupo Gestor PESCARTE de Campos.

Palavras chaves: Políticas Sociais, Pesca Artesanal, Relações de Gênero, Divisão sexual do Trabalho, Educação Ambiental.

ABSTRACT

This dissertation aims to describe and analyze, from a gender perspective, the labor relationships from the women in the artisanal fishing in Campos de Goytacazes, Rio de Janeiro. I use the theory of the sexual division of labor and the gender analytic category to understand the inequalities and forms of invisibilization of women's work, questioning the historical and cultural structures that contribute to women staying in positions of subordination in the fishing productive chain. For this, we chose to research the process of female participation and democratic representation during the creation and consolidation of the Artisanal Fishing Management Group promoted by Pescarte. The Pescarte Environmental Education Project obeys the parameters and conditions of the Technical Note CGPEG / DILC / IBAMA No. 01/2010, Line A and the Participative Diagnosis of the PEA-BC whose objectives are centered on the development of environmental mitigation actions that condition processes of environmental licensing of oil and gas exploration activities linked to Petrobras in the Bacia de Campos. The methodology of this work is based on the qualitative research, carried out through participative observation of the Management Group of the city of Campos dos Goytacazes, which is one of the seven cities served by this project. Also was researched the activities linked to the processes of debate and demand of the "shellfish women", the participation of women in the Gestor de Campos Group and the creation of spaces for dialogue and struggles against the loss of rights of the category of artisanal fishermen and fisherwomen in recent years in Brazil. Four in-depth narrative interviews were also carried out and analyzed with the democratically elected managers of the Manager Group of the Pescarte of Campos de Goytacazes.

Keywords: Social Policies, Artisanal Fisheries, Gender Relations, Sexual Labor Division, Environmental Education.

INTRODUÇÃO

O Projeto de Educação Ambiental PESCARTE, obedece aos parâmetros e condicionantes da Nota Técnica CGPEG/DILC/ IBAMA Nº 01/2010, Linha A e do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos - PEA- BC, implementado a partir de maio de 2014. O projeto tem como sua principal finalidade, a criação de uma rede social regional integrada por pescadores artesanais e seus familiares, buscando, por meio de processos educativos, promover, fortalecer e aperfeiçoar a organização comunitária e a qualificação profissional, bem como o envolvimento na construção participativa e na implementação de projetos de geração de trabalho e renda.

A escolha do grupo social de pescadores e pescadoras artesanais é feita no sentido de incorporar grupos viventes na região da bacia de Campos e que mantém maior dependência em relação aos recursos naturais disponíveis, estando mais vulneráveis aos impactos decorrentes das atividades e ações dos empreendimentos instalados na região.

Nesta dissertação buscamos analisar, a partir de uma perspectiva de gênero, as relações de trabalho das mulheres na pesca artesanal em Campos dos Goytacazes, RJ. O trabalho foi baseado nas pesquisas realizadas com pescadoras de uma comunidade no município de Campos dos Goytacazes, RJ, que atuam como Gestoras no Grupo Gestor do Programa de Mitigação Ambiental PESCARTE (Petrobras/IBAMA/UENF), inscrito no âmbito do programa de PEA-BC, é uma medida mitigadora dos empreendimentos de exploração e produção de óleo e gás natural, no âmbito do licenciamento ambiental.¹

A escolha dos municípios de abrangência do projeto se constituiu na área de influência dos empreendimentos da Petrobras na Bacia de Campos, pelo critério de interferência com a atividade pesqueira. A partir do recorte, os níveis de relacionamento dos 9 municípios da Bacia de Campos com a Indústria de Petróleo e Gás². Desta forma os municípios contemplados são: Arraial do Cabo,

¹ RESOLUÇÃO Nº 237, DE 19 DE dezembro DE 1997 Art. 1º I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

² Relatório Final, REV 01 do Diagnóstico Participativo do PEA-BC (Fig IV 1)

Cabo Frio, Rio das Ostras, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.

Dentro do âmbito do programa PESCARTE, foi construído o Grupo Gestor (GG), órgão de deliberação colegiado do Projeto de Educação Ambiental PESCARTE, instituído no âmbito do processo IBAMA Nº 02022.000466/2015-77. O GG busca no espírito da lei, promover entre os pescadores um processo de discussão cujo caráter é deliberativo, regulador, democrático e consultivo do projeto de geração de trabalho e renda. Sua criação obedece as exigências da Coordenação Geral de Petróleo e Gás - CGPEG/IBAMA e cumpre o papel de condicionantes das unidades do TAC³ da PETROBRAS na Bacia de Campos.

O Grupo Gestor foi formado a partir de um processo democrático e realizado por meio de votação secreta nas comunidades em que o PESCARTE atua, sendo elegíveis homens e mulheres atuantes na pesca artesanal. Cada município integrante do projeto possui um GG que representa as comunidades pesqueiras de sua localidade. O GG tem como principal finalidade a articulação do PEA PESCARTE junto à comunidade de pescadores artesanais, como forma de se alcançar o objetivo principal de promoção do fortalecimento da organização comunitária dos pescadores artesanais, por meio da construção participativa de Projetos de Geração de Trabalho e Renda – GTR. Ações e, ou atividades educativas contam com a orientação e execução por professores e professoras, pesquisadores e pesquisadoras e técnicos e técnicas do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Além de uma equipe multidisciplinar dividida em cada município (PEA- BC) e fiscalizadas pelo IBAMA.

Desta forma, analisamos o processo de inserção das pescadoras de Farol de São Tomé no Grupo Gestor de Campos, percebendo as relações instituídas no interior do projeto e do grupo que deem conta de incluir a problemática do reconhecimento destas enquanto pescadoras, ou seja, como a participação dessas em um projeto de mitigação ambiental vem contribuindo para o pleno acesso aos seus direitos. Compreendendo quais foram os mecanismos que historicamente, contribuíram para a invisibilidade da mulher na pesca, a partir da

³ Termo de ajustamento de conduta- disponível em: https://www.petros.com.br/cs/groups/public/documents/documento/x2nv/bv9u/~edisp/2017_05_24_tac_petros_com_nota.pdf acesso em 20 de fevereiro de 2018

reflexão crítica sobre as categorias, trabalho, identidade e relações de gênero. Para tanto construímos nossa reflexão baseada nos estudos de gênero e da divisão sexual do trabalho, a fim de explicar a relação desigual entre mulheres e homens na cadeia produtiva da pesca.

Partimos da ideia que a invisibilidade do trabalho da mulher na pesca foi construída a partir de uma noção de divisão sexual do trabalho, que divide as atribuições de tarefas, espaços e lugares a partir das relações de sexo. Segundo Kergoat (2003) esse tipo de divisão possui duas classificações, a da separação em que existem trabalhos de mulheres e trabalho de homens e o da hierarquização, em que o trabalho do homem “vale” mais do que o da mulher. Esse tipo de classificação pode ser aplicado graças a um tipo de legitimação naturalista, que confunde e sobrepõe gênero ao sexo biológico, reduzindo assim as práticas sociais em papéis sociais sexuados.

Para Woortmann (1992) a classificação dos espaços sociais de domínio de cada gênero nos é apresentado de forma bipolar. Primeiramente, o mar é percebido como ambiente masculino e a terra como feminino. O mar representa o domínio público e a terra o privado, classificação que impõe a invisibilidade nas atividades desenvolvidas por mulheres.

A compreensão das instâncias de poder, que integram a relação de homem e mulher, é primordial para compreender o lugar de subordinação da mulher na pesca. Para tal questiono a afirmativa “pesca é uma atividade masculina” refletindo por meio do tempo, as conquistas das mulheres aos espaços públicos, ao acesso às políticas públicas, no intuito de mostrar uma diferente perspectiva dos estudos de gênero e pesca, daquelas que contribuíram para o fortalecimento de uma identidade masculina do pescador.

Questionamos, também, como a participação das marisqueiras no grupo gestor de campos contribuiu para o fortalecimento do movimento de articulação das mulheres na pesca, entendendo que as mulheres hoje não acessam os mesmos direitos que os homens.

Durante a pesquisa ficou evidenciado, que grande parte das mulheres de Farol, não possuem o registro da pesca e tão pouco recebem o defeso. Analisando de que forma as ações do projeto PESCARTE vem contribuindo para a transformação da realidade dessas mulheres em relação ao acesso às políticas públicas e ao reconhecimento delas enquanto pescadoras.

Descrevemos quais são as atividades desenvolvidas pelas mulheres na pesca, trazendo para o debate a sua importância para a reprodução social da família e para a manutenção da cadeia produtiva da pesca artesanal. Levando em conta as transformações econômicas e sociais do trabalho em tempos de globalização, a precarização do trabalho da mulher, aliados à degradação do meio ambiente e dos recursos pesqueiros e a retirada de direitos fundamentais das comunidades de pesca artesanal do país.

Para responder essas inquietações, fez-se necessário compreender as relações de poder construídas ao longo do tempo e estruturadas nas comunidades pesqueiras, percebidas por meio da análise das interlocutoras. Tal reflexão nos permitiu fortalecer a imagem da mulher, valorizando todas as atividades que elas desenvolvem para a manutenção da pesca artesanal na região.

A presente dissertação está organizada em três capítulos. No capítulo I- Pesca Artesanal no Brasil, apresentamos a partir de uma conjuntura histórica, a discussão sobre a formação da identidade do pescador e da pescadora na história do Brasil, e como o estado brasileiro assumiu em diferentes momentos históricos o controle da mão- de- obra pesqueira, recrutada, ora por meio do controle do estado, ora pela subordinação direta às grandes indústrias.

O capítulo II Gênero e Trabalho: Tensões, debates e história de políticas sociais no Brasil, estabelece a trajetória do debate de reivindicação da mulher na conquista dos espaços públicos de poder. Nessa seção abordaremos as arenas de luta e as políticas sociais da mulher na pesca. A partir das categorias de análise, das relações de gênero e divisão sexual do trabalho como essas alteram a classificação dos espaços e do trabalho da mulher na pesca.

O capítulo III- mulheres das águas e das terras – a luta das “marisqueiras” da bacia de Campos, vamos abordar o trabalho da mulher na pesca artesanal de Campos dos Goytacazes, a partir das teorias de gênero e divisão sexual do trabalho. Para tanto foram sistematizadas falas das interlocutoras da pesquisa para evidenciar as práticas e os discursos que forneçam dados analíticos para discutir a importância do trabalho feminino na pesca, e como as marisqueiras atuam no grupo gestor de campos pelo reconhecimento delas enquanto pescadoras, discutindo a relação estabelecida entre elas e a colônia de pescadores e o projeto de mitigação ambiental PESCARTE.

A PESQUISA QUALITATIVA

Seguindo os passos de um trabalho científico, se faz necessário os usos de metodologias que visem a instrumentalização da pesquisa, entendendo como quer Demo (2002), a metodologia como um conjunto de conhecimentos críticos sobre os processos da pesquisa. De acordo com De Souza (2004), a investigação qualitativa tem como fonte de dados o contexto social que passa a ser vivenciado e observado pelo investigador. Numa pesquisa qualitativa não é possível ignorar os aspectos da história, educação e preconceitos do pesquisador e como esses fatores podem influenciar na análise.

A pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais adota variados métodos e técnicas de investigação para proceder a análise de fenômenos sociais, procurando por um lado encontrar os sentidos dos fenômenos e do outro interpretar os significados que as pessoas lhe atribuem. Desta forma segundo Chizzoti (2006) as pesquisas acontecem a partir da produção de formas textuais originais, sejam eles estilísticos ou semióticos, envolvendo gêneros literários distintos como as narrativas, os relatos, as memórias, o que cria um diversificado campo de possibilidades analíticas.

De acordo com De Souza (2004), a investigação sociológica precisa articular os métodos de análises da realidade do objeto e os processos de formação das inferências e de explicação da realidade, chamado por ela de método de interpretação. Nesse sentido buscamos estabelecer parâmetros para os métodos de análise nas disciplinas humanas, principalmente na sociologia. A ideia era criar um método essencialmente sociológico que pudesse dar conta do objeto da pesquisa, isso por que a sociologia historicamente foi identificada como uma ciência frágil, em virtude da dificuldade de tratamento de dados de pesquisa extraídos de seres humanos suscetíveis às inúmeras transformações sociais.

Além disso, essa análise é feita por um observador humano, a qual não é neutro, e quando sugere uma interpretação do objeto, o faz a partir da sua experiência social.

Assim, na sociologia, como nas ciências sociais em geral, diferentemente das ciências naturais, os fenômenos são complexos, não sendo fácil separar causas e motivações isoladas e exclusivas. Não podem ser reproduzidos em laboratório e submetidos a controle (De Souza, 2004, p. 292).

Uma característica importante da pesquisa qualitativa, apontada por De Souza (2004), se dá justamente na variedade de material obtido, a qual exige do pesquisador características investigativas e analíticas, desenvolvendo capacidades criativas e intuitivas. Nesse caso a intuição não é um dom inato e sim resultado dos percursos teóricos adquiridos pelo indivíduo ao longo do tempo. Em relação a isso, a autora destaca, a dificuldade em apreender técnicas e métodos para o tratamento e análise dos dados, sendo mais fácil ensinar a coleta dos dados e o acesso ao campo de pesquisa.

De Souza (2004) quando estabelece comparação entre os métodos qualitativos versus quantitativos, não afirma a eficiência de um método em relação ao outro, apenas ressalta suas características diferentes. No caso da pesquisa qualitativa ela exige, fundamentalmente, certa competência teórica e metodológica e da experiência e intuição do pesquisador.

Utilizaremos o gênero, enquanto categoria analítica, para se pensar as desigualdades existentes no âmbito da pesca artesanal, compreendendo essa enquanto atividade discursivamente masculina. Entendendo de onde partimos e principalmente das teorias que sustentarão a análise dos sujeitos inseridos, dito de outra forma, necessariamente, todo o processo metodológico como já advertimos antes ocorre no sentido de um marco teórico, de concepções globais sobre o sócio histórico. Somente nesses marcos, ainda, implicitamente, é possível formular perguntas, conjecturas, hipóteses (Aróstegui, 2006).

A observação participante, trata de uma técnica muito utilizada pela etnografia e consiste em: pesquisa caracterizada por um período de interações sociais intensas entre o pesquisador e os sujeitos, no meio destes. No decurso desse período, dados são sistematicamente coletados. Os observadores mergulham pessoalmente na vida das pessoas. Eles compartilham suas experiências (Bogdan e Taylor, 1975). Para além de observar e participar, o investigador que utiliza essa técnica deverá perceber diante das ações descritas, as intencionalidades, perceber as entrelinhas, os desejos e os sentimentos dos sujeitos.

Para tal, uma das relações que precisam ser estabelecidas de antemão na pesquisa qualitativa é a negociação do acesso ao campo, de acordo com Lapassade (2001) essa negociação precisa ser feita o tempo todo e não apenas

uma vez. O pesquisador não pode acreditar que uma vez entrando no campo, a tratativa com as pessoas será a mesma.

Nessa pesquisa, o acesso ao campo foi feito por meio da inserção da pesquisadora no projeto de mitigação ambiental – PESCARTE (IBAMA/ UENF). Na estrutura do projeto existe uma linha de pesquisa intitulada “ *Invisibilidade feminina na pesca*” que a partir das discussões de gênero, busca compreender e discutir os processos sociais e culturais que invisibilizaram o trabalho da mulher na atividade pesqueira.

O PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PESCARTE

A Bacia de Campos é responsável por mais de 80% da produção de petróleo e gás do Brasil, e tem sido alvo durante anos dos grandes empreendimentos geradores de mudanças socioambientais que acabaram impactando a vida e o trabalho dos pescadores e pescadoras artesanais da região.

Como forma de diminuir ou compensar tais impactos as empresas petrolíferas, instaladas na região, foram obrigadas a partir de 1990 a passar por processo de licenciamento ambiental, de acordo com o IBAMA, conforme expresso na Lei 6.938/81, nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97 e na Lei Complementar nº 140/2011. Tal legislação discorre sobre a competência Estadual e Federal para o licenciamento ambiental, tendo como fundamento a localização do empreendimento. O licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente e possui como uma de suas mais expressivas características a participação social na tomada de decisão, por meio da obrigatoriedade da realização de audiências públicas como parte do processo.

É nesse contexto que foi construído o PESCARTE inscrito no âmbito do programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), Rio de Janeiro. Sendo assim o PEA - BC é uma medida mitigadora dos empreendimentos para exploração e produção de óleo e gás natural encontrados na Bacia de Campos.

O PESCARTE, enquanto projeto, tem como sua principal finalidade a criação de uma rede social regional integrada por pescadores artesanais e seus

familiares, buscando, por meio de processos educativos, promover, fortalecer e aperfeiçoar a organização comunitária e a qualificação profissional, por meio do envolvimento na construção participativa e na implementação de projetos de geração de trabalho e renda (GTR). As ações e atividades educativas contam com a orientação e são executadas por professores, pesquisadores e técnicos do Centro de Ciências do Homem da (UENF) e (PEA- BC) e fiscalizados pelo IBAMA.

O projeto PESCARTE, segue as diretrizes da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10 ⁴ concepção e a implementação do Projeto PESCARTE são uma resposta à Linha de Ação A. A Linha de Ação A é definida na nota técnica como ***Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental***: desenvolver processos formativos junto ao público prioritário definido pelas diretrizes pedagógicas do IBAMA, a ser identificado na região por meio de diagnósticos participativos da Bacia de Campos realizado entre 2011 e 2014.

Para o PEA PESCARTE desenvolver formações para as pessoas dos grupos mais atingidos pelo licenciamento ambiental é uma forma de tornar mais democrático o processo do licenciamento, transformando de fato a realidade local dos grupos sociais envolvidos no processo.

O grupo que o PESCARTE encaixa nas diretrizes da nota técnica, são os pescadores e pescadoras artesanais, sendo este o grupo afetado pelo licenciamento de gás e petróleo. Tendo em vista o direcionamento para o desenvolvimento de ações da organização comunitária, esse foco favoreceu a busca de uma participação qualificada dos grupos sociais em futuros processos de licenciamento. A escolha da categoria do pescador e pescadora artesanal como foco principal do projeto, também se ancora na relação produzida pelas disputas do uso do espaço marítimo para a realização da atividade econômica principal desse grupo e dos petroleiros.

Do recorte espacial, foi levado em consideração a relevância da atividade pesqueira para o município em destaque, também foi considerado o recorte de níveis de relacionamento dos 14 municípios da região do PEA-BC para com a

⁴ Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás.

indústria de petróleo e gás, os municípios e comunidades que serão contemplados são Cabo Frio (Gamboa, Praia do Siqueira); Arraial do Cabo (Figueira, Prainha, Porto do Forno, Praia dos Anjos); Armação de Búzios (Tucuns, Praia dos Ossos, Centro da Cidade); Casimiro de Abreu (Barra de São João, Medeiros e Arroz); Rio das Ostras (Boca da Barra); Macaé (Barra de Macaé); Quissamã (Barra do Furado, Centro, Caxias e Ribeira); Campos dos Goytacazes (Farol de São Tomé e Terminal Pesqueiro; Coroa Grande, Parque dos Prazeres, Lagoa do Vigário e Ponta Grossa dos Fidalgos); São João da Barra (Atafona); São Francisco de Itabapoana (Gargaú, Guaxindiba, Barra de Itabapoana).

De acordo com a proposta apresentada, a metodologia empregada para interação com os agentes sociais envolvidas no projeto, é por meio da metodologia da pesquisa-ação (TRIPP, 2005; THIOLENT, 2002). As implantações das atividades serão agrupadas em ciclos bianuais em que uma etapa será destinada a fins de formação dos pescadores e pescadoras artesanais e suas famílias, para que possam perceber a importância da organização comunitária, além de outras atividades voltadas para o diagnóstico das demandas sociais que possam construir junto a uma agenda municipal a elaboração de projetos sociais.

Como resultado do primeiro ciclo do projeto, se deu a construção do censo PESCARTE - Mapeamento dos pescadores artesanais da Bacia de Campos, realizados por meio de questionários. Os períodos de implantação de cada ciclo são de 24 meses, até então houve a consolidação de um (1) ciclo que teve seu início em 2014, com diversas atividades com objetivo de desenvolver o capital humano dos pescadores e na criação do grupo gestor, a qual falaremos mais a diante.

O segundo ciclo foi implantado em 2017 e tem como principal objetivo a escolha de um projeto de geração e trabalho e renda que esteja de acordo com a natureza produtora local, será discutido com a comunidade de pescadores e pescadoras por meio de representação de grupo gestor que deverá promover, junto a sua respectiva comunidade, reuniões para que haja uma devolutiva dos assuntos discutidos nas reuniões.

O projeto de geração de trabalho e renda escolhido, precisa estar amparado em algumas questões norteadoras, como a participação comunitária,

cooperação e alinhado com bases da economia solidária. A ideia é que, em um primeiro momento, o projeto escolhido atinja um total de 1000 famílias, nos sete municípios, sendo 180 somente na cidade de Campos dos Goytacazes.

Entendemos que as formações socioeducativas oferecidas as comunidades através do projeto foram no sentido de dar autonomia para os pescadores e pescadoras desenvolverem as propostas de projetos de geração e trabalho e renda na sua comunidade. Para tanto foram apresentados os conteúdos básicos de iniciação a economia solidária, que vão de cooperativas, associações, clubes de troca, redes de cooperação na cadeia do pescado, Educação ambiental e letramento digital, entre outras.

GRUPO GESTOR DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – PROJETO PESCARTE

Dentro do âmbito do projeto PESCARTE foi construído o Grupo Gestor de Campos que tem como sua principal finalidade a articulação do PEA PESCARTE junto à comunidade de pescadores artesanais, como forma de se alcançar o objetivo principal de promoção do fortalecimento da organização comunitária dos pescadores artesanais, por meio da construção participativa de Projetos de Geração de Trabalho e Renda – GTR.

O Grupo Gestor eleito na região de Campos dos Goytacazes teve seus núcleos de votação nos seguintes pontos Lagoa de Cima, Farol de São Tomé, Ponta Grossa dos Fidalgos, Centro e Tocos, contabilizando no total de 298 eleitores.

Eleição do Grupo Gestor de Campos

Após a elaboração e aprovação dos estatutos que regimentam os Grupos Gestores, o Projeto PESCARTE realizou processo eleitoral para a formação dos Grupos Gestores em cada um dos sete municípios (Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana).

De acordo com o Edital divulgado pelo projeto⁵, poderiam se candidatar pessoas envolvidas na cadeia produtiva da pesca artesanal, devidamente cadastradas por meio do censo promovido pelo PEA PESCARTE ou aquelas

⁵<http://pea-bc.ibp.org.br/arquivos/arquivos/edital%20pescarte%20-%20eleicao%20do%20grupo%20gestor%20de%20campos%20dos%20goytacazes.pdf>

que apresentem o formulário autodeclaratório com as assinaturas de duas testemunhas respondentes do censo, no município de Campos dos Goytacazes.

Foram considerados as seguintes características para a composição do GG:

- No mínimo quatro assentos ocupados pela comunidade de pesca artesanal sem vínculo institucional;
- Até quinze assentos ocupados diretamente por pessoas envolvidas na cadeia produtiva da pesca artesanal, incluindo os assentos sem vínculo institucional;
- Até cinco assentos para representação institucional das Colônias e/ou Associações ligadas à pesca artesanal que serão preenchidas via indicação, sendo: Uma vaga para indicação da colônia e quatro vagas para indicação das associações, tendo no mínimo dois anos de existência e estarem regulares em relação a seus estatutos para poderem realizar a indicação;
- A pesca de água de interior terá garantida a participação mínima de três representantes, condicionada à sua participação no processo eleitoral;
- Serão reservadas 40% de vagas para a representação feminina. As vagas não preenchidas pelas mulheres serão preenchidas pelos homens.

A Eleição do Grupo Gestor de Campos dos Goytacazes, intitulado PESCARTE (Re)Une Elege Campos dos Goytacazes, ocorreu nos dias 18 e 19 de Abril de 2016. A abertura do processo e fechamento das urnas eleitorais foram registradas em atas, cada zona eleitoral contou com uma ATA por dia de votação. Os locais de votação foram: Lagoa de Cima, Farol de São Tomé, Ponta Grossa dos Fidalgos, Centro, Tocos. A apuração dos votos se iniciou às 20:00 horas na sede do Município de Campos dos Goytacazes.

Quadro 1. Zonas Eleitorais Campos dos Goytacazes.

Zona Eleitoral	Lacre	Nº de Votantes
Lagoa de Cima	60461	10
Lagoa de Cima	60409	18
Farol de São Tomé	60497	93
Farol de São Tomé	60476	115
Ponta Grossa dos Fidalgos	60467	05
Ponta Grossa dos Fidalgos	60405	08
Centro	60439	04
Centro	60455	02
Tocos	60492	25
Tocos	60493	18
TOTAL		298

Quadro 2. Divulgação do resultado da Eleição do GG de Campos dos Goytacazes.

ELEITOS		
Candidato		Número de votos
1.	Manuela Batista Rangel	114
2.	Renata Rodrigues Correia	111
3.	Maria da Conceição Rangel Manhães	107
4.	Vânia Machado Caxias	89
5.	Marli Pereira da Silva	86
6.	José Ribamar do Nascimento	48
7.	Verônica Gomes da Silva	48
8.	Gilsivan Soares Crespo	42
9.	Rafaela Matias Barreto	38
10.	Vinícius Marcelo Bitencourt	31
11.	Gabriel Rodrigues de Almeida	28
12.	Cenilda Chagas Lima da Silva	28
13.	Angélica Lima da Silva Nascimento	27
14.	Ronilda Ribeiro Carolina	24
15.	José Santana dos Reis	24
SUPLENTE		
Candidato		Número de votos
16.	Claudio Roberto Terra dos Santos	20
17.	Vânia dos Santos Pessanha	19
18.	Natália das Graças Moço de Barros	15
19.	José Santiago dos Santos Moço	10
20.	Benedito Marcos Martins Gonçalves	10
21.	Márcia Valéria Carvalho	10
22.	Luiz Magno Martins Gonçalves	09
23.	Benedito Alves Rangel	07
24.	Creuza Barcelos Caetano	05

De acordo com os quadros apresentados, verificamos uma quantidade expressiva de mulheres eleitas nesse processo, foram 10 mulheres para um total de 15 integrantes eleitos do Grupo Gestor de Campos, esse número é fundamental para pensarmos a mobilização e representação dessas mulheres na categoria, mas também não deve ser a única variável a dar conta dessas

questões, as observações e impressões coletadas a partir da participação delas nos processos do grupo gestor, foram fundamentais para entender a efetividade da participação delas para alterar as realidades desiguais em que são submetidas dentro e fora da categoria da pesca.



Figura 1. Eleitores votando - Zona Eleitoral de Lagoa de Cima. Fonte: PEA-BC PESCARTE.

Conforme é observado na figura 1, é importante destacar, o envolvimento das “marisqueiras” em todo o processo, desde a formulação do estatuto do GG⁶, número de candidaturas e do número de eleitas. As três primeiras mais votadas, pescadoras de Farol de São Tomé que se auto intitulam “marisqueiras”. No entanto se faz necessário o acompanhamento do GG nas reuniões para perceber de que forma as mulheres estão construindo seu espaço na discussão.

As pescadoras da Bacia de Campos também contam com outros dois projetos de educação ambiental direcionados especificamente para as questões de gênero, O Projeto de Educação Ambiental Fortalecimento da Organização Comunitária (PEA-FOCO) e o PEA-Observação.

O projeto FOCO, desenvolve suas atividades em nove comunidades de dois municípios da bacia de campos: Gargaú, Sossego, Guaxindiba, Barrinha, Lagoa Feia e Barra do Itabapoana, em São Francisco do Itabapoana, e Atafona, Açu e Quixaba, em São João da Barra. O projeto tem como principal finalidade,

⁶ O estatuto dos Grupos Gestores do Projeto PESCARTE, foram construídos democraticamente junto as comunidades pesqueiras e foi aprovado em reunião com as comunidades pesqueiras de Campos dos Goytacazes no dia 07 de março de 2016.

“incentivar a criação e/ou fortalecer organizações comunitárias, incorporando e trabalhando com as mulheres inseridas direta ou indiretamente nas atividades identificadas com a pesca artesanal”.

O projeto articulou e organizou o 1º. Encontro de Mulheres Inseridas na Cadeia Produtiva da Pesca (2011), que reuniu mulheres pescadoras da região para discutir e refletir sobre a atual situação do trabalho da mulher na pesca, além disso houve a aquisição das carteiras profissionais da pesca - RGP como resultado do evento.

Já o projeto PEA-Observação “tem como sua principal finalidade a constituição de Observatórios e a consequente organização de Associações Observação integradas por representantes de pescadores artesanais, quilombolas, pequenos agricultores, movimento de mulheres, entre outros, com objetivos de identificar, monitorar, avaliar e encaminhar questões e/ou temas relativos aos impactos socioambientais decorrentes da cadeia produtiva de petróleo e que acontecem nos municípios sob a influência do empreendimento Campo de Polvo” ⁷

Vale ressaltar que ambos são programas vinculados ao Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos, o PEA-BC e são exigências do licenciamento ambiental das atividades marítimas de petróleo e gás com a finalidade de diminuir os impactos sociais e econômicos da exploração das atividades marítimas das indústrias de Petróleo e Gás.

Apesar da existência desses dois projetos de educação ambiental, o nosso objetivo com a presente pesquisa é problematizar a influência, especificidade e alcance das categorias trabalho e gênero na proposição de um projeto de intervenção e educação ambiental de caráter geral como o que vem sendo desenvolvido pelo PESCARTE desde 2014.

PROJETO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA (GTR)

O Projeto PESCARTE tem como objetivo articular projetos de Geração e trabalho e renda nas cidades em que atua, propiciando a autonomia de pescadores e pescadoras. Esses projetos desde a sua escolha, elaboração e

⁷ Texto extraído da apresentação do projeto na página do PEA-BC - <http://www.pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=projeto-apresentacao&id=3>. Acesso em 30 de janeiro de 18

implantação serão resultados de um constante debate com a população pesqueira intermediada pelo Grupo Gestor devidamente eleito.

Os projetos deverão articular conceitos de economia solidária com a “capacidade de gerar produtos sustentáveis para o mercado a partir da formação de uma nova cultura baseada na participação comunitária” (PESCARTE, 2013, p.12). Para isso, serão introduzidas formações no decorrer dos ciclos do projeto, visando o desenvolvimento de competências produtivas capazes de oferecer melhores rendimentos para as famílias participantes do projeto. Cabendo a equipe PESCARTE a análise da sustentabilidade do projeto de geração e trabalho e renda, atentando para a valorização da identidade do pescador e pescadora artesanal e garantido a viabilidade econômica do empreendimento.

Desta forma a escolha do projeto a ser desenvolvido nas comunidades será em etapas: no 1º ciclo serão apreendidas através de formações específicas, conhecimentos atrelados a economia solidária, que possam servir de modelo para o empreendimento escolhido. O 2º ciclo que teve seu início no segundo semestre de 2017, além do aprimoramento dessas competências produtivas e de gestão dos recursos, serão realizadas visitas técnicas a empreendimentos em outras cidades que já estão em pleno funcionamento, como a cooperativa de criadores de mariscos em Cananéia (SP), o mercado de peixes de Niterói (RJ) além da associação de pescadores de Jacareípe (ES), o objetivo é conhecer esses empreendimentos, para discutir as potencialidades e desafios da implantação do projeto, que deve ocorrer no 3º ciclo.

A PESQUISA QUALITATIVA

Uma das principais características da investigação qualitativa segundo De Souza (2004), é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados. Para essa pesquisa será utilizada a técnica de entrevista narrativa, uma vez que a trajetória de vida das pescadoras será evidenciada a fim de compreender a partir do ponto de vista das próprias pescadoras, o significado da participação política no Grupo Gestor de Campos e as relações de trabalho e sua trajetória na pesca. Entendemos a importância das narrativas, pautadas nas memórias, para a compreensão dos fenômenos sociais e históricos, valendo-se dessa premissa será empregada como técnica de pesquisa a Entrevista Narrativa sistematizada por Schütze, (1977; 1983; 1992) As referências

atribuídas aos fatos concretos, a partir das narrativas permitem ao pesquisador compreender o significado dado ao lugar, a temporalidade, sentimentos e motivações para um determinado acontecimento, a partir do ponto de vista dos interlocutores da pesquisa.

Segundo as orientações Jovchelovitch e Bauer (2002) a Entrevista Narrativa não estruturada, permite a obtenção de dados em profundidade. Dividida em 4 etapas, a entrevista narrativa é iniciada pelo pesquisador que passa a conduzir uma conversação a partir de um roteiro prévio, sem que isso prejudique ou iniba a narrativa do entrevistado, devendo ser acompanhada pela sinalização da compreensão e estimulação, permitindo ao narrador conduzir sua fala no sentido de mergulhar nas experiências vividas para dali trazer a matéria-prima expressa por meio da oralidade.

Em seguida o pesquisador, após escuta atenta, poderá formular questionamentos ao entrevistado, novamente dando liberdade para que esse retome e ou adense sua fala. Para finalizar o pesquisador processará a fase final da entrevista, deixando aberta a possibilidade de uma nova entrevista. Todo esse processo está pautado também na prerrogativa da declaração de livre consentimento para uso dos dados obtidos ao longo da entrevista nessa investigação.

A técnica de entrevista narrativa foi escolhida pelo fato de articular as histórias de vida aos contextos históricos. Histórias de cunho pessoal expressam contextos históricos mais amplos, nos quais as biografias dos sujeitos se enraízam.

Assim foram gravadas quatro entrevistas narrativas, com três marisqueiras de Farol de São Tomé e uma integrante da equipe técnica do projeto PESCARTE. As três marisqueiras são gestoras eleitas do Grupo Gestor de Campos.

Quadro 3. Marisqueiras de Farol de São Tomé.

Marisqueira	Frigorifico	Fundo de Quintal	Desempregada	PESCARTE
Filhos	1	5	2	1
Escolaridade	EM	EF	EF	EM
Idade	30 anos		41	24
Estado Civil	Solteira	Casada	Solteira	Casada
Com quem aprendeu a atividade de pesca ?	Pai e mãe	Marido	Com outras pescadoras	Pai e Mãe
Possui RGP ?	Não	Não	Não	Não
Recebe Defeso (Federal) ?	Não	Não	Não	Não
Recebe Defeso (Municipal) ?	Sim	Sim	Sim	Não
Se reconhece como pescadora?	Não	Sim	Sim	Não

Essas características foram fundamentais para compreender as entrevistas narrativas como um todo, perceber as relações de poder construídas ao longo do processo de construção de identidade de pescadora de cada uma, suas especificidades em relação ao seu papel social e a forma com que se constituíram os discursos dessas mulheres frente a lógica de divisão sexual do trabalho na pesca.

É importante ressaltar a atuação do projeto PESCARTE nos municípios da Bacia de Campos, mas essa pesquisa privilegiou o discurso das marisqueiras de Campos dos Goytacazes da região de Farol de São Tomé. Essa escolha se justifica, quando comparamos o número de mulheres integrantes do Grupo Gestor de Campos– PESCARTE. A representatividade das mulheres no grupo era muito superior ao dos homens. Foram analisadas as formas de lideranças construídas no interior do projeto. Para tanto foram observadas as reuniões e atividades desenvolvidas durante dois anos. Os dados obtidos foram

organizados e sistematizados a fim de compreender a relação estabelecidas pelas mulheres integrantes do grupo ao longo do período, com as principais instâncias representativas do projeto; a colônia, associação e as lideranças do projeto PESCARTE.

Diante das diversas possibilidades de fontes e documentos que se apresentaram na pesquisa, priorizamos a análise das fontes midiáticas vinculadas ao tema, como reportagens e artigos em revistas e sites da região. É importante destacar o uso dessas fontes bem como situá-las nesse trabalho, embora elas não sejam os principais recursos para construção desse trabalho.

CAPÍTULO I- PESCA ARTESANAL NO BRASIL QUEM SÃO OS TRABALHADORES DA PESCA ARTESANAL NA HISTÓRIA DO BRASIL?

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o termo “pescador” designa toda pessoa empregada ou engajada a qualquer título que seja ou exercendo uma atividade profissional a bordo de uma embarcação de pesca, incluindo pessoas que trabalham a bordo e que são remuneradas com base em participação da captura, mas, exclui pilotos, pessoal naval, outras pessoas a serviço permanente de um governo, pessoas baseadas em terra encarregadas de realizar trabalhos a bordo de uma embarcação de pesca e observadores de peixes ⁸. Segundo Silva (2001):

(...) o pescador artesanal é o sujeito histórico que, por um lado, apropria-se de determinados modos do ambiente marinho e, por outro, utiliza nessa apropriação conhecimentos, instrumentos e embarcações oriundos de um mundo social e histórico no qual predominavam as tradições oral e artesanal (Silva, 2001, p. 87 e 234).

Para Maldonado (1986), é através do conhecimento que o pescador possui sobre a natureza que utiliza para sobreviver do seu trabalho, que determina também a maneira com que ele se estabelece nas relações sociais, ou seja o pescador se apropria de determinadas maneiras dos ambientes em que vive, e a partir disso tece formas de organização social, que ultrapassam os processos de trabalho e exploração dos bens, para construir formas próprias de viver.

Entendendo que a pesca, enquanto atividade comercial, existe dentro de especificidades, que determinam modos e normas de existência há os pescadores e pescadoras de rio, lagoas, açudes, a qual determinam diferenças estruturais na forma como se percebem enquanto categoria. Maldonado (1986) classifica como tipos de pescador, os pescadores agricultores: que pescam e plantam para consumir e comercializar, são frequentemente considerados agricultores, atividades que envolvam a terra e o cultivo, geralmente são atribuídas para as mulheres e crianças. O artesanato também pode surgir como

⁸Referente ao Trabalho na Pesca: Convenção 188: Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração do Escritório Internacional do Trabalho, e tendo-se reunido em sua nonagésima-sesta sessão em 30 de maio de 2007.

alternativa de aumentar os rendimentos da família e em algumas regiões do País se tornam uma forte tradição entre as comunidades pesqueiras. Os pescadores Industriais são definidos como trabalhadores empregados em uma empresa capitalista, cuja estrutura se difere a pesca artesanal.

Ser pescador e pescadora artesanal não significa só viver da pesca, mas, sim se apropriar dos meios de produção e ter o controle e os saberes exigidos pela atividade da pesca. A arte de pescar exige o domínio de uma série de qualidades físicas e intelectuais, que, nas maiorias das vezes, foram adquiridas baseadas na experiência cotidiana na pesca, conhecimentos esses que acabam por se tornar os segredos da profissão (Diegues, 1983).

De acordo com Diegues (1983), no caso da pesca artesanal, é exigido um período de experiência mais longo em comparação as outras formas de artesanato, uma vez que um artesão de móveis por exemplo, utiliza a madeira como obra prima que é relativamente homogênea. Já o pescador artesanal se vê diante de inúmeras possibilidades de instrumentos, variadas espécies de pescado, sinais relativos a alterações climáticas, sendo que todos esses fatores influenciam no uso e escolha das estratégias utilizadas.

Neste sentido é que se aplica o saber fazer do pescador, que precisa sobretudo saber fazer diferentes tipos de nós de maneira adequada a cada situação, assentar a rede em locais propícios conforme a variação da lua, das marés e das estações do ano, dar a partida no motor de acordo com o objetivo da captura. Segundo Diegues (1983, p. 199) “o importante não é conhecer um ou outro aspecto do segredo, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar as decisões relativas a captura.”

Formadores de um modo de vida particular, ou seja, como um grupo diferenciado no Modo de Produção Capitalista, que embora esteja inserido nesse sistema, possui outra lógica de relação/produção/apropriação do espaço. Para esse grupo social, o espaço possui valor de uso. A lógica que se contrapõe a esta é a lógica dos grandes agentes do capital, que veem o espaço como valor de troca. E esse é o pano de fundo no qual é promovido o embate entre as distintas lógicas de relação/produção/apropriação do espaço geográfico (Kuhn, 2009, p. 29).

Para Diegues (1983) a atividade tradicional, envolvendo o saber-fazer do pescador é transmitido através da oralidade. Esse processo é, na maioria das

vezes, de cunho familiar, embora haja diferenças estruturais na divisão do trabalho entre os integrantes da família. Na pesca artesanal, o pescador e a pescadora detêm a maior parte dos meios de produção, porém sua relação com o mercado é marcada pela constante articulação com os intermediários⁹, esse tipo de produção é voltado principalmente para reprodução social, e produtiva, e não a acumulação de lucros.

Utilizaremos a definição de pescador artesanal Segundo a Lei Nº 11.959, De 29 de Junho de 2009¹⁰, que define a atividade de pesca artesanal, como atividade que compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

Vale salientar que essa definição oferecida pela legislação, nos dá ferramentas para discutir e problematizar o lugar das mulheres na cadeia produtiva da pesca, de acordo com a lei, aqueles que desenvolvem os processos de exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros devem ser reconhecidos enquanto pescador e pescadora artesanal.

Não é intuito deste trabalho, tecer novas teorias sobre os construtos históricos que levaram as comunidades pesqueiras a tornarem-se uma classe heterógena, e sim, vislumbrar a partir dos processos históricos definidos, bases que nos deem respostas a algumas questões: quem foram os primeiros pescadores artesanais e como eles se organizavam socialmente, e como essa relação social se tornou também uma relação de trabalho. O passado torna-se assim então fundamental para entender os diversos caminhos construídos nessas relações.

⁹ Em muitas regiões do País, a articulação entre o produto capturado pelos pescadores e sua chegada ao mercado, é feito por um indivíduo denominado atravessador, a relação estabelecida entre ambos é desigual e gera muitos conflitos no processo produtivo da pesca, a ser explorado mais para frente.

PESCADORES ARTESANAIS, COLÔNIAS DE PESCADORES E SEGURANÇA NACIONAL

Até as primeiras décadas do século XIX a pesca no Brasil, com exceção da pesca de baleias, em geral era realizada em pequena escala, no âmbito familiar ou nas vizinhanças nas comunidades pesqueiras espalhadas pelo litoral, em todas elas o principal objetivo da captura do pescado era a subsistência.

De acordo com Silva (2001) até meados do século XIX, os pescadores artesanais seguiam as legislações municipais e estaduais do controle da atividade pesqueira, mas é a partir de 1840, contudo que uma legislação nacional, muito mais preocupada com os interesses da elite política e aos problemas enfrentados pela oficialidade naval do império, do que com os pescadores em si.

Os problemas enfrentados pela naval, condiziam com as diversas revoltas que o império sofria, como por exemplo a revolta dos Cabanos, a Cabanagem e a revolta dos Farrapos. Essas revoltas colocavam em risco a unidade do império, e justificava a necessidade de uma reserva naval preparada para defender seus interesses. Além disso, haviam os problemas externos, como a defesa das fronteiras meridionais e o controle sobre a navegação fluvial na bacia do rio da Prata, também a política antitráfico de escravos adotada pelos ingleses, ameaçavam a prática do tráfico negreiro para o Brasil Império. Tendo em vista esses aspectos podemos destacar o papel que a marinha brasileira desempenhava, uma vez as vias de comércio por terra ainda eram quase inexistentes entre os limites do império e o transporte se dava basicamente pelo mar.

Percebendo sua importância na manutenção dos interesses do império, a Marinha passa a reivindicar ao governo a criação de capitânias de portos nas localidades marítimas, de acordo com Silva (2002) foi justamente esse projeto que levou a criação de uma reserva naval armada, que resultou em transformações significativas na vida dos pescadores. O projeto passou do senado a câmara em maio de 1845, e aprovado por ela em 12 de agosto do mesmo ano, onde destaca-se claramente o interesse da marinha em torno da população marítima, Silva (2001):

Todos os pescadores e trabalhadores marítimos (canoeiros de alto, marinheiros de longo curso, cabotagem e tráfico de rios e costa) estavam obrigados a se matricular e a fazer parte da listagem da capitania de sua jurisdição; após essa matrícula, em segundo lugar, os pescadores e trabalhadores marítimos deveriam se apresentar mensalmente nas capitanias, e, quando não o pudessem fazer, capatazes seriam enviados as suas comunidades (Silva, 2001, p 215).

Ainda de acordo com o autor, os matriculados na listagem da marinha, ficariam isentos de servir a guarda nacional sem mais nenhum ônus civil, contudo teriam que estar disponíveis para servir a marinha quando essa achasse necessário. A obrigatoriedade da matrícula dos pescadores tinha como principal função conhecer o quantitativo de profissionais que a marinha poderia dispor, ressaltando a divisão da listagem em cinco categorias: brancos, negros, índios, escravos e estrangeiros e todos homens, sendo assim as mulheres ficaram fora do processo de listagem, segundo um ministro da marinha sobre isso: “inútil seria alistar”.

Tomando como ponto de reflexão, a legislação solicitava que os pescadores obrigatoriamente se inscrevessem nas capitanias do porto, a fim de conhecer o contingente populacional que desempenhavam essa função, contudo nesse momento as mulheres não só eram julgadas como inúteis à marinha, como não eram consideradas enquanto trabalhadoras. Essa é um importante variável para se pensar a invisibilidade da mulher na cadeia produtiva da pesca.

Os recrutamentos eram feitos através da divisão dos distritos de pesca, de acordo com o Decreto nº 447, de 19 de Maio de 1846, que dispõe sobre o Regulamento para as Capitanias dos Portos, todos os Pescadores serão divididos em distritos composto dos indivíduos empregados na pesca interior e exterior, residentes em bairro ou lugarejo da Cidade, Vila, ou Costa.¹¹

Em 1866 cerca de 1600 pessoas são convocadas para assumir cargos na marinha, Decreto nº 3.708, de 29 de setembro de 1866¹², que chama em regime de urgência os matriculados nas capitanias para suprir as vagas nas guarnições dos navios de esquadra em operações no Rio Paraguai. A força será completada por contingentes fornecidos pelas diversas Províncias do Império na proporção de suas populações marítimas e de conformidade com a distribuição.

¹¹ Coleção de Leis do Império do Brasil - 1846, Página 5 Vol. 1 pt. II (Publicação Original)

¹² Coleção de Leis do Império do Brasil - 1866, Página 268 Vol. 1 pt. II (Publicação Original)

Para Silva (2001) o recrutamento forçado das comunidades marítimas, mesmo que em tempos de paz, não parecia ser satisfatório para os pescadores de origem simples, serem retirados das suas atividades na pesca e do convívio da sua família para serem embarcados a força rumo ao Rio de Janeiro, para servirem de reserva naval.

Em 26 de agosto, escrevia-se do Rio de Janeiro dando conta de “terem sido recebidos oito recrutas” remetidos de Pernambuco. Muitos desses homens recrutados a força ficavam doentes pelo caminho – alguns mofavam, jaziam esquecidos, nos hospitais da carreira Recife-Rio de Janeiro, sobretudo em Salvador – outros simplesmente desapareciam em plena viagem (Silva, 2001, p. 220).

Contudo, mediante aos recrutamentos forçados por parte da marinha brasileira, o pescador resistiu em vários momentos, buscando continuar exercendo as atividades de pescador, sem precisar se sujeitar as legislações.

Em todo o Brasil, em 1872, segundo o censo da população, havia 17.742 pescadores, ao passo que nas listagens das capitânias, esse número não ia além de 6.550 pessoas. É verdade que sete províncias não haviam indicado o número de pescadores matriculados em 1872. Mas, em 1874, quando apenas duas províncias não enviaram esses dados- Piauí e Rio Grande do Sul, que não pesavam muito no computo geral-, o total equivaleu apenas a 8.857 pescadores (Silva, 2002 p. 224).

Assim em 1897 com o surgimento da primeira lei de recrutamento obrigatório¹³ por sorteio aos matriculados nas capitânias dos portos, cada capitania deveria contribuir com um contingente proporcional ao número dos seus matriculados para enviar a marinha, em decorrência da aplicação dessa lei, Silva (1993), destaca duas revoltas significativas por parte dos agentes do mar. A primeira delas em 1903 no Rio de Janeiro, em decorrência do sorteio de pescadores na Ilha do Governador, um grupo de trabalhadores marítimos da capital fez uma greve no intuito de resistir ao recrutamento forçado.

O segundo conflito, foi no Ceará em três de janeiro de 1904, quando uma greve envolvendo pescadores, remadores embarcações, se realiza pelo mesmo motivo da registrada no Rio de Janeiro. A revolta pelo sorteio de 72 homens para

¹³ Decreto nº 478, de 9 de dezembro de 1897 - Coleção de Leis do Brasil - 1897, Página 29 Vol. 1 pt.I (Publicação Original).

o recrutamento da marinha teve consequências graves, uma vez que os pescadores, remadores, embarcações estavam munidos a pedras e paus. Como resultado, saíram quatro pessoas mortas e outras 30 ficaram gravemente feridas, onde muitas delas tiveram que amputar pernas e braços. No entanto nenhum dos 72 homens chegaram a ser enviados para a marinha.

Esses conflitos gerados pela resistência dos pescadores, resultou na criação de um sistema de representação dos pescadores “as colônias ao nível local, federações de colônias, ao nível estadual e a confederação geral dos pescadores do Brasil, ao nível nacional” Silva (1993, p. 90). Vale resgatar, que a criação das colônias como resultado desses enfrentamentos, surgiu como uma forma de construir uma relação de apaziguamento entre as políticas de recrutamento e os pescadores.

E como afirma Silva (1993) esse caráter duplamente militar e consensual das colônias, traziam consigo características corporativistas e modernizadoras, primeiramente, por que era uma das funções da colônia “mediar” os interesses da marinha no recrutamento dos pescadores, incumbindo-os de uma nova ética militar e de trabalho, e também pela forma com que buscou destruir os modos de vida tradicionais que aquelas comunidades viviam, na medida que fomentavam a industrialização da pesca no Brasil.

Desta forma, através do fortalecimento dessas colônias no interior das comunidades pesqueiras, foram introduzidas práticas capitalistas de mercado, e aos poucos muitos pescadores artesanais foram se transformando em “proletários do mar”. Sobretudo elas foram criadas não para defender os interesses dos pescadores artesanais,

O referido sistema não assumiu a forma de um “órgão classe”, uma vez que ele não era destinado a nenhuma classe ou grupo específico, e sim todos os “profissionais” envolvidos no setor em questão – pequenos pescadores, comerciantes, “comissários”, armadores, grandes empresários da pesca, e pescadores embarcado (Silva, 1993, p. 92).

Desta forma trata-se de um órgão criado de um ideal de “corporativismo” (Silva, 1993) que por meio a ocupação dos postos chaves, a elite política tentava imbricar uma lógica militar e uma nova ética do trabalho entre os pescadores

artesanais. Sobretudo por que a mão de obra dos pescadores e pescadoras artesanais eram importantes para o desenvolvimento de uma indústria da pesca. Essa mão de obra do pescador e pescadora artesanal foi historicamente recrutada, ora por meio do controle do estado, ora pela subordinação direta as grandes indústrias.

Segundo Diegues (1983) foram os pescadores imigrantes espanhóis e portugueses que introduziram no Rio de Janeiro em fins do século XIX. Foram três artes de pesca que se tornaram a base da atividade pesqueira no Brasil: o primeiro, a pesca de linha de fundo com caíques, introduzida pelos imigrantes portugueses que tendo em vista a pesca tradicional sendo diluída em seu país, trouxeram para o Brasil a prática de apetrechos de pesca e embarcações a remo e a vela ¹⁴ a pesca do caíque era considerada perigosa, mas os preços elevado dos pescados compensavam.

A segunda técnica foi a pesca do camarão com arrasto de porta, por volta de 1900, os pescadores espanhóis e portugueses do bairro do caju, começaram a empregar o balão, que consista em uma rede sustentada por dois cabos, presos a uma canoa em movimento, essa técnica dava um rendimento maior se comparada a rede que era puxada manualmente pelos pescadores. Posteriormente alguns pescadores passaram a utilizar uma rede em forma de arrasto, puxada por duas cancas. As técnicas utilizadas na baía de Guanabara facilitaram a transformação do agricultor português em pequeno pescador.

Por volta de 1910, surge uma forma diferente de organização, a produção de sardinha pelas traineiras, e posteriormente pela pesca dos barcos linheiros, deixavam o Rio de Janeiro e iam até Abrolhos Bahia. Isto exigia um volume alto de capital e uma organização técnica do trabalho mais intensa no interior das embarcações e implicava no surgimento de um não- pescador, o armador, além disso a produção desse tipo de pescado destinava-se quase exclusivamente para os mercados urbanos em expansão. Desta forma a pesca dos camaradas e companheiros, a produção dos armadores e embarcados implicou uma separação gradativa entre o capital e a força de trabalho. A pesca de sardinha pelas traineiras, introduzida por volta de 1910, quando os espanhóis introduziram a traina, uma grande rede de cerco, que fechada agrupa a sardinha em um

¹⁴ Imigrantes portugueses vindos da Póvoa do Varzim, Vila de Pescadores ao Norte de Porto. Diegues, p.120.

grande saco. No início a pesca de sardinha era realizada dentro dos sistemas fechados, o dono do barco e do equipamento de pesca, os vizinhos eram remunerados a partir de um sistema de partes, a qual cada um receberia uma quantia.

A medida que o mercado de sardinha se expandia, a organização das traineiras passou a ser mais complexa. O grande cardume disponível no sul do país, fez com que pescadores e pescadoras se deslocassem para Santa Catarina. Os migrantes açorianos em Santa Catarina no século XIX, além da agricultura praticavam a pesca de anchova e tainha, que uma vez vendido, fornecia dinheiro para a aquisição de mercadorias que eles não produziam.

Na Década de 1940 e 1950, observa-se com mais frequência na zona litorânea a transferência das atividades de cunho agrícola para a pesca, tendo como justificativa possível o esgotamento dos solos e pragas que assolavam os agricultores de diversas regiões do país. As rendas baixas retiradas da agricultura obrigavam os integrantes das comunidades a se introduzirem na atividade pesqueira. Para Diegues (1983) vale ressaltar, que a desorganização sentida no universo agricultura-pesca provocou sobretudo, uma nova forma de organização, como o surgimento de grandes arrastões de praias e o aparecimento de proprietários de redes.

Diegues (1983) nos diz que no ofício de pescador se notava certa liberdade em relação as demais atividades, uma vez que eram donos de seus instrumentos de produção e de uma bagagem considerável de conhecimentos empíricos, sobre os fenômenos da natureza, as condições físicas e biológicas da reprodução de cardumes e etc.... essa liberdade contrasta com a realidade dos tripulantes das grandes embarcações no início da revolução industrial na Inglaterra.

Os pescadores tinham se tornado verdadeiros proletários de convés. Enquanto que na Inglaterra, a acumulação do capital se realizou devido a desorganização da atividade pesqueira em pequena escala, onde os pequenos pescadores acabaram por se concentrar ao redor dos grandes portos a procura de emprego. O aumento constante da capacidade das embarcações e dos instrumentos de pesca aliados ao aumento do consumo do pescado e a escassez das reservas de cardumes, levaram as grandes empresas de pesca explorarem outros mercados. No caso brasileiro até os anos 1930, a produção

do pescador era organizada em pequena escala, com exceção dos grandes centros urbanos, os pescadores artesanais no país geralmente combinavam a pesca e agricultura como rendimento.

PESCA ARTESANAL E INDÚSTRIA PESQUEIRA – POLÍTICAS SOCIAIS PARA O SETOR

A herança cultural deixada pelos pescadores e pescadoras artesanais bate de frente com a nova lógica de mercado implantada na pesca, quando em 1967 foi decretada a Lei nº 221, pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca que, configurou a atividade pesqueira como uma indústria de base. Ao longo desses anos o estado brasileiro investiu pesado na chamada indústria de base da pesca, por meio de isenções fiscais, buscou subsidiar o seu desenvolvimento em larga escala, cujo objetivo era criar uma pesca empresarial e capitalista no Brasil.

No entanto as comunidades em que a pesca artesanal permaneceu enquanto modelo econômico, pouco teve acesso a esses estímulos por parte do estado, se vendo a margem de todo o processo. Depois de 12 anos dessa política, os resultados não foram animadores para os pequenos pescadores que apenas receberam migalhas dos grandiosos recursos destinados às grandes empresas, muitas vezes fantasmas, que continuaram sendo responsáveis por grande parte da produção e precária distribuição do pescado no país. É fato que a pesca sofreu muitas mudanças no decorrer dos anos, de acordo com Diegues (1983) é necessário estudar as transformações ocorridas num setor esquecido da divisão social da produção: a pesca enquanto captura dos recursos marinhos. Interessa perceber de que forma o pescador produtor foi aos poucos transformado em proletário do mar.

A chamada indústria de base que teve seus anos de glória a partir dos anos 1960, se torna importante destacar que há disparidades em relação ao seu desenvolvimento pelo território brasileiro. De acordo com Diegues, 1983 a região sul-sudeste onde as relações históricas e naturais, permitiram a acumulação mais intensa do capital, essa por sua vez já supera o volume de pesca artesanal, diferentemente do Nordeste, onde a pesca artesanal resistiu por mais tempo aos avanços e imposições do mercado, e de um modo de vida cada vez mais globalizado. Essas relações que se estabeleceram entre o ambiente de

exploração massiva da pesca trouxeram inúmeros problemas socioambientais como exploração de diversas espécies de pescados, disputas e conflitos da territorialidade do mar, espaços das embarcações, aumento da desigualdade entre os pescadores artesanais, incluindo sua subordinação as grandes empresas da pesca (Diegues, 1983).

Leitão (1997) num estudo sobre a comunidade pesqueira do Pará, mostra que a ausência da participação do pescador no âmbito da criação e discussão das políticas:

A ausência do trabalhador da pesca no cenário da discussão das políticas que deveriam apoiar a produção pesqueira reflete-se na própria invisibilidade desses trabalhadores como profissionais e cidadãos, ou pelo menos aponta para as muitas dificuldades que encontram para ser enxergados (Leitão 1997, p. 7).

As diversas formas de exploração que o sistema capitalista desenvolveu para a pesca, se dá principalmente na dialética entre os pescadores industriais, denominados por Diegues (1983) como “proletários do mar” e os pescadores e pescadoras artesanais, ou por exemplo na diferença semântica existente nas categoriais artesanal e profissional, ou na tensão existente entre “modernidade” e tradição “Além disso é possível dizer que o mundo como conhecemos hoje busca, sobretudo, por uma modernização visando o aumento de riqueza. Se de um lado há uma exploração e degradação das costas marítimas do país, de outro há exploração massiva do petróleo que afeta diretamente a prática da pesca nos litorais onde se pratica a exploração do petróleo.

A super exploração dos recursos pesqueiros no país tem gerado transformações profundas no cotidiano das comunidades de pesca artesanal, que integradas na lógica do mercado, se tornam subordinadas a uma lógica do trabalho precarizado aos processos de diferenciação social, em especial as diferenças de gênero, processos esses resultando no empobrecimento das comunidades.

Desta forma, o Estado assume o papel central na mediação desses conflitos, por meio de implantações de políticas públicas, no estabelecimento de direitos sociais e na conservação dos recursos marítimos. Nesse sentido vamos abordar a atuação do estado referente a atividade pesqueira no Brasil, diferentes

formas de governo e como elas afetaram o pescador e a pescadora artesanal historicamente.

Ao pescador da indústria, denominado por Diegues (1983) “Proletários do mar” alguns direitos já foram garantidos no final da década de 1960, como por exemplo receber remuneração no período denominado defeso, conquista essa que o pescador artesanal terá somente em 2003 com a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003.

Azevedo (2012), buscou analisar as políticas do Governo Federal, voltadas para as demandas sociais, ecológicas, econômicas do setor pesqueiro. Embora haja diferenças estruturais, Azevedo identifica três períodos distintos na administração pesqueira no país, sendo o primeiro desenvolvido pela Superintendência do desenvolvimento da pesca, entre os anos de 1962 e 1989, focado na pesca industrial. O segundo período se caracteriza pelas políticas neoliberais do período de 1989 a 1997 e por fim, o terceiro período que vai dos anos de 1998 a 2009 voltado especialmente para o foco empresarial e cultivo de camarão.

Segundo, Azevedo (2012) o primeiro período é iniciado com a criação da SUDEPE, pelo Decreto Legislativo nº 11, de 12 de setembro de 1962; de acordo com o Art. 2º, dessa mesma lei: Compete à SUDEPE:

- I - Elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (PNDP) e promover a sua execução;
- II - Prestar assistência técnica e financeira aos empreendimentos de pesca;
- III - Realizar estudos, em caráter, permanente, que visem à atualização das leis aplicáveis à pesca ou aos recursos pesqueiros, propondo as providências convenientes;
- IV - Aplicar no que couber, o Código de Pesca e a legislação das atividades ligadas à pesca ou aos recursos pesqueiros;
- V - Pronunciar-se sobre pedidos;
- VI - Coordenar programas de assistência técnica nacional ou estrangeira;
- VII - assistir aos pescadores na solução de seus problemas econômico-sociais.

Percebe-se que o foco se dava por meio do planejamento e financiamento dos recursos destinados para a pesca industrial. De acordo com Diegues (1983) o investimento feito pela SUDEPE nesse período, que beneficiou as grandes empresas, não obteve o sucesso esperado, uma vez que, das aproximadamente 131 empresas que receberam incentivos fiscais durante os dez anos em que a

política vigorou, cerca de 40% foram à falência. A SUDEPE, através da portaria 011/75 criou um fundo de saneamento que beneficiava as empresas consideradas estáveis, a partir de subsídios para que pudessem incorporar as que estivessem falidas. Desta forma percebemos que para alcançar uma plena Indústria de Base, os pequenos pescadores e até os recursos naturais foram super explorados, em nome de um desenvolvimento econômico nacional.

Deve-se também ao contexto político autoritário, de arrocho salarial, precarização do trabalho, supressão das liberdades individuais em que o país passava, resultado do Golpe Militar de 1964, que o novo Código de Pesca (1968) entregava ao Executivo, o poder de gerenciar as colônias de pescadores, mostrando assim o controle que o Estado detinha sobre a organização dos pescadores artesanais.

Em 1967, o decreto-lei 221/ 67 que revoga o código da pesca em algumas questões, principalmente quando define as atividades de captura e transformação do pescado, como atividades agropecuárias, podendo desde então receber crédito rural. A partir de 1980 foram instituídos o defeso, A definição de áreas de exclusão da pesca, a proibição de tipos de apetrechos utilizados para captura e tratamento do peixe, todos definidos no Código da pesca. De acordo com Dias Neto (2010) a SUDEPE teve seu fim atrelado a diversos fatores entre eles:

(...) O inadequado uso de incentivos fiscais e creditícios; o pouco apoio à pesca artesanal ou de pequena escala; os escândalos de corrupção; e, principalmente, a promoção danosa do uso dos principais recursos pesqueiros, resultando na sobrepesca, ou mesmo, o colapso de recursos importantes (Dias Neto, 2010, p.67).

Ainda de acordo com Azevedo (2012) o segundo período se dá com a diminuição do papel do estado, que passa a seguir o projeto neoliberal. No período de 1989 e 1997 o IBAMA se tornou responsável pelas atividades pesqueiras e pela recuperação dos estoques. De acordo com Dias Neto (2010), o IBAMA herdou da antiga administração da SUDEPE, para além dos escândalos de corrupção, a significativa queda na produção da pesca extrativa nacional, o fim de todos os créditos e incentivos do estado para a pesca, além da má distribuição do espaço pesqueiro. Desta forma, esse período ficou marcado pela significativa negociação do IBAMA e pescadores, que permitiram

uma série de medidas que visassem a recuperação dos estoques e produção de mais recursos. Vale destacar, de acordo com Azevedo (2012) no período de atuação do IBAMA houve poucas ações visando o fortalecimento das comunidades de pesca artesanal e seu patrimônio cultural.

O terceiro e último período classificado por Azevedo (2012) foi a divisão das competências entre Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura e Abastecimento, com a criação do DPA - Departamento de Pesca e Aquicultura, entre 1998 e 2000. Tais ações estiveram voltadas especialmente para o foco empresarial e o cultivo do camarão. Para Dias Neto (2010) o principal eixo desse período já aparece na criação do - GESPE - em novembro de 1995, resultado das reivindicações dos representantes do setor pesqueiro, saudosistas aos tempos da SUDEPE.

De acordo com Azevedo (2012) sobre as medidas implantadas nesse período, foi a criação do Decreto, Nº 2869, de 9 de Dezembro, de 1998, que instituiu a cessão de águas públicas para fim de aquiculturas, estabelecendo a cessão onerosa das áreas e iniciando assim, na prática, o processo de valorização primária e privatização das águas.

Em 2003, primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, as expectativas e demandas sociais existentes, lutas sociais consolidadas na arena política, ganharam espaço na agenda política. Neste sentido, se dá a criação da SEAP/PR resultado de um pacote de novas políticas que a agenda política dos partidos dos trabalhadores trazia ao país. Por meio da Medida Provisória nº 103, de 1º de Janeiro de 2003¹⁵ que naquele momento tinha como objetivo descrito em lei:

Art. 23. À Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola e, especialmente, promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial, bem como de ações voltadas à implantação de infra-estrutura de apoio à produção e comercialização do pescado e de fomento à pesca e aquicultura, organizar e manter o Registro Geral da Pesca previsto no art. 93 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, normatizar e estabelecer medidas que permitam o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros altamente migratórios e dos que estejam subexplorados ou inexplorados, bem como supervisionar, coordenar e

¹⁵ Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Especial - 1/1/2003, Página 1 (Publicação Original).

orientar as atividades referentes às infra-estruturas de apoio à produção e circulação do pescado e das estações e postos de aquicultura e manter, em articulação com o Distrito Federal, Estados e Municípios, programas racionais de exploração da aquicultura em águas públicas e privadas, tendo, como estrutura básica, o Gabinete, o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca e até duas Subsecretarias (Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Especial - 1/1/2003, Página 1).

Nesta ocasião são transferidas as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, relativas à aquicultura e pesca para a SEAP/PR; de acordo com Dias Neto (2010), a SEAP, iniciou os trabalhos investindo pesados nos incentivos e subsídios fiscais e creditícios, retomou as obras pesqueiras como a construção de fábricas de gelo, terminais pesqueiros, equipamentos de apoio à comercialização do pescado e programas de apoio à pesca de pequena escala, ainda de acordo com o autor, a deficiente representação da SEAP/PR nos estados, na mão de políticos sem qualquer conhecimento sobre o setor pesqueiro, mas com interesses próprios, a falta de fiscalização nacional aos projetos, fez com que o período fosse marcado por uma série de fragilidades tais como: a emissão do RGP para quem não tivesse direito algum, permissões de pesca concedidas para barcos em desrespeito à legislação vigente, entre outros. Essas fragilidades causaram consequências graves no cenário da pesca no Brasil. Sobre isso acentua Dias Neto (2010).

Elegeu, ainda, a aplicação do uso do seguro desemprego (atividade sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE) nos períodos de defesos (paralisação da pesca) das principais pescarias brasileiras, como uma meta de avanço dos benefícios oferecidos pelo Estado para a classe de pescadores (as). Sendo assim, certamente contribuiu direta (ao emitir carteiras para quem não é pescador) e indiretamente (difundir o uso de um instrumento de apoio à gestão como se fosse de transferência de renda), para o que poderá vir a ser um dos maiores escândalos da pesca nacional (uso do erário por quem não tem direito) e inviabilizar a continuidade desse instrumento de gestão do uso dos recursos pesqueiros (Dias Neto, 2010 p. 73).

O Estado passou também a desenvolver a política do seguro desemprego e seguro defeso para os pescadores (as), que apresentassem a carteira de pescador profissional ou artesanal, podendo ser solicitada por pessoas sem vínculo de emprego público ou privado conforme foi regulamentado no artigo 5

da Lei 11959 de 2009. De acordo com o SINDPESCA - - terá direito ao seguro defeso:

- Pescador profissional e exercer a atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros;
- Não possuir renda própria de qualquer natureza, suficiente à manutenção pessoal e de sua família;
- Não estar em gozo de benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto auxílio-acidente e pensão por morte;
- Ter se dedicado a pesca, em caráter ininterrupto, durante o período transcorrido entre o defeso anterior e o solicitado.

É nesse contexto que se dará a criação do MPA no ano de 2009¹⁶. Dados divulgados em 2009 pelo então denominado Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informam que o Brasil, por ser um país de dimensões continentais, possui uma costa marítima de 8,5 mil quilômetros e ainda 8,2 bilhões de metros cúbicos de água doce, distribuídos em rios, lagos, açudes e represas. Com condições ambientais e climáticas favoráveis e riqueza natural abundante o país possui potencial para se tornar um dos maiores produtores de pescado no mundo.

De acordo com os dados levantados pela FIPERJ, o estado do Rio de Janeiro tem um litoral de aproximadamente 635 quilômetros de extensão já tendo ocupado o primeiro lugar na produção referente à pesca extrativa marinha brasileira. Hoje o Rio de Janeiro encontra-se em quarto lugar atrás de Santa Catarina, Pará e Bahia, MPA (2009). As embarcações fluminenses de pesca artesanal são vinculadas a alguma das 25 colônias de pescadores, ou associadas ao Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro.

A Lei Nº 11.959, de 29 de junho de 2009 define a atividade de pesca artesanal, como atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de

¹⁶ O Ministério da Pesca e da Aquicultura que viria ser extinto ano de 2016 através da Lei nº 13.266, de 5 de Abril de 2016.

reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

De acordo com o MPA, a pesca artesanal é responsável por 60% da pesca nacional, resultando na produção de mais de 500 mil toneladas por ano, empregando mais de 1 milhão de pescadoras por todo território nacional na cadeia de produção que vai desde a captura de peixes, beneficiamento e comercialização do pescado. Apesar disso, há, ainda, a concepção equivocada no que cerne a importância econômica depositada nas atividades de grupos familiares, como os pescadores artesanais muitas vezes julgados incapazes de gerar riquezas e melhorias para o país. Segundo Knox e Trigueiro (2013. p.29) “Há um preconceito de que a pesca artesanal é uma pesca de baixa escala e, consequentemente, não gera autonomia, bem-estar ou riqueza”.

De acordo com o MPA, cerca de um milhão de pessoas em todo o Brasil utilizam da pesca artesanal como meio de sustento econômico, o que nos dá posição a confrontar de que forma essa população está sendo atendida pelas políticas públicas destinadas ao seu setor.

Em 2009 foram criados alguns programas de apoio ao setor pesqueiro. Dentre esses programas, o Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura em 2008, Azevedo (2012) analisando os desdobramentos dessa política conclui que os pescadores artesanais são responsáveis por 60% da produção de pescado do país. O objetivo geral do Plano é, a partir da articulação de políticas públicas e de programas de ação, recuperar estoques pesqueiros na costa brasileira e nas águas continentais, desenvolver a pesca oceânica e incentivar atividades econômicas visando explorar o grande potencial da aquicultura brasileira e águas da união e em estabelecimentos rurais.

O Programa Territórios da Pesca e da Aquicultura, tem como principal objetivo erradicar a pobreza rural por meio de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável. Destaque foi dado para os Centros Integrados para a Pesca Artesanal que segundo Azevedo (2012), são pequenas infraestruturas com o objetivo de articular regionalmente as políticas públicas empreendidas pelo MPA para a pesca artesanal.

Cada centro, pode receber fábricas de gelo, estruturas de embarque e desembarque, equipamentos de manutenção. No estado do Rio de Janeiro, houve a construção de um CIPAR na cidade de Niterói. Há também as Unidades

de Beneficiamento e Unidades de Comercialização do pescado, fábricas de gelo, caminhões de feira de peixe.

Além dessas ações, o MPA através de edital público, a partir de 2008, concedeu cozinhas comunitárias, kit de manipulação de mariscos entre outros. Sobre as políticas de crédito para pesca artesanal e aquicultura familiar, o governo retomou em 2003 diferentes formas de crédito rural, dependendo da especificidade de cada pescador ou pescadora. Dentre as linhas de crédito a que mais se destaca é o PRONAF que se destina a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários, desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Ainda de acordo com Testa (2010) o setor do agronegócio durante o governo Lula foi muito beneficiado pelas políticas de Governo, tendo em vista seu papel na manutenção do superávit da balança comercial e o poder da dita bancada ruralista no Congresso Nacional. Desta forma Azevedo (2012) procurou caracterizar as ações destinadas ao setor pesqueiro nesse período, como a condensação das relações de poder dos diferentes grupos que configuram a arena de disputa política.

Em 2015, no mandato da presidente eleita, Dilma Rouseff (PT), os principais jornais do país, noticiavam a redução de 39 para 31 ministérios. Dentre essas mudanças no arranjo estrutural do governo, ficou extinto nessa ocasião o MPA, que é incorporado em forma de secretaria, ao Ministério da Agricultura. A principal justificativa apresentada foi o de reduzir o orçamento do governo e dar mais eficiência aos ministérios. Sabemos, também, que na ocasião, a presidente passava por uma queda brusca na sua popularidade, pressionada sobretudo para a redução dos gastos do estado, “ para dar sinal de austeridade” afirmava a Folha de São Paulo nas notícias vinculadas no dia 03 de março de 2015, informavam que o governo havia encomendado um estudo para enxugar as pastas, ainda a redução de pastas é cobrada publicamente pelos então, presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Temos notado que mesmo antes da sua criação o MPA, tem sido cogitado a ser extinto, parece contraditório, que a criação de um Ministério, de uma área tão importante para a economia de milhares de pessoas pelo país, seja tão

facilmente derrubado por deputados e senadores sem conhecimento sobre a atividade pesqueira, e sobretudo pelas notícias disseminadas na mídia, que com fim do ministério da pesca, os pescadores e pescadoras não seriam prejudicados.

A reportagem da revista Isto é “A insustentável máquina do governo”, defendia a ideia de que a ineficácia do governo se dava justamente pelo seu tamanho em relação aos gastos públicos “Por isso, permanece desde 2010 com uma colossal estrutura administrativa composta por 39 ministérios, a maioria deles criados para acomodar apadrinhados políticos, cujos custos de manutenção – o chamado custeio – consomem por ano R\$ 424 bilhões.” Nessa discussão, o primeiro ministério cogitado a ser extinto era o ministério da pesca. Essa escolha se justificava por afirmativas mal fundadas e informações equivocadas. A matéria defendia que “A principal função do ministério da Pesca, por exemplo, é distribuir o seguro-defeso – espécie de seguro-desemprego pago a pescadores.”

O seguro-defeso é um direito conquistado historicamente por muita luta, não é um seguro desemprego. É um benefício transferido aos pescadores durante a época em que a pesca é proibida, ou seja, também é uma medida de proteção ambiental.

A revista Exame anunciava, já em 2012, sua posição contrária à existência do MPA. A revista dizia: “Pesca-se no Brasil há 500 anos, e nunca passou pela cabeça de ninguém que um ministro pudesse baixar alguma portaria capaz de fazer um cardume de sardinhas, por exemplo, aparecer onde as sardinhas, pelas suas razões pessoais, não querem dar as caras” de acordo com essa ideia, a função do MPA seria então de ensinar o pescador a pescar, e não participar e criar alternativas para ampliação e preservação dos recursos pesqueiros. Um pouco a diante na reportagem, o leitor descobriu qual a verdadeira função do MPA: “o Ministério da Pesca serve para empresários amigos do PT venderem lanchas ao Ministério da Pesca”.

Mas o que de fato o MPA fez pela categoria da pesca no país? Em relatório de prestação de contas da presidente da República existe o reconhecimento da importância do MPA na implantação de políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro. De acordo com o relatório, em 2009, os investimentos por subfunção de governo, observa-se que a maior parte dos

recursos foi aplicada em ações de promoção da produção animal (cerca de 64%).

Os investimentos nos processos da cadeia produtiva da pesca, perpassam vários setores econômicos, ao que se refere as etapas de produção e transformação, ou seja, a composição de um volume maior de recursos. As ações desenvolvidas estão relacionadas a subvenção ao preço do óleo diesel, implantação de projetos e unidades demonstrativas, a implantação da aquicultura em águas públicas da União e ações de ordenamento desta produção, implantação dos Terminais Pesqueiros Públicos, nas unidades de beneficiamento do pescado, fábricas de gelo¹⁷.

O MPA, possuía em 2009, três programas que envolviam as áreas de, Desenvolvimento Sustentável da Pesca; Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Gestão da Política Pesqueira.

Os Programas de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura, envolvem ações nas áreas de infraestrutura e fomento, relacionadas a implantação de uma rede de estruturas para produção, recepção, armazenagem, beneficiamento e comercialização de pescado. Alguns exemplos são as implantações de terminais pesqueiros públicos (TPP), em 2009, quatro TPPs já se encontram em operação (Santos-SP, Cananéia-SP, Laguna - SC e Vitória - ES) e outros seis em processo de construção ou aparelhamento (Manaus-AM, Santana-AP, Belém-PA, Camocim-CE, Beberibe-CE, Natal - RN, e Cabedelo-PB).

Os centros integrados da pesca artesanal (CIPAR), as fábricas de gelo, unidades de beneficiamento de pescado pelas diferentes regiões do país. Além disso são direcionadas políticas que incentivem o consumo do pescado pela população por meio da Campanha Nacional de Incentivo ao Consumo de Pescado - Semana do Peixe. A campanha foi realizada em parceria com o Ministério da Saúde, a Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS e a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL. Em 2017 tivemos a 14ª edição da Semana do Peixe. Outras ações foram evidenciadas, no sentido de incentivar o consumo de pescado e a inclusão na alimentação escolar. Em 2007 O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Secretaria

¹⁷ Prestação de contas do presidente da república / 2009.

Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR) promoverem um acordo, que previa a elaboração de um programa de capacitação, destinados pescadores artesanais, aquiculturas familiares, merendeiras e conselheiros da alimentação escolar, a principal meta é possibilitar a comercialização dos pescados para a alimentação escolar das redes públicas de educação básica da região em que vivem os pescadores e aquiculturas familiares.

Entretanto de acordo com presidente da Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura e secretário de Comunicação da Câmara, deputado Cleber Verde (PRB-MA), apenas 27% dos municípios brasileiros incluem pescado na merenda escolar.

Às ações do Programa de Gestão da Política Pesqueira envolvem diretamente o Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura fundamentais para direcionar as ações do governo em relação aos processos da pesca. Os dados levantados deverão alimentar o Sistema Nacional de Informações da Aquicultura e Pesca – SINPESQ¹⁸ (criado pelo Decreto nº 1.964, de 13/11/1995). Esses são relacionados aos dados cadastrais e socioeconômicos dos pescadores e aquicultores, empreendimentos e embarcações entre outros. Nesta direção são apresentados outros sistemas de monitoramento, como o Sistema de Subvenção ao Abastecimento de Embarcações Pesqueiras Nacionais – SSADP, Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREP por exemplo, são responsáveis por controlar e supervisionar as embarcações pesqueiras cadastradas.

A Inclusão e Desenvolvimento Social são concretizadas projetos de alfabetização e capacitação profissional de pescadores, de inclusão digital nos Telecentros da Pesca Maré, e pela distribuição de alimentos às famílias em risco nutricional, os 120 Telecentros em instalação e revitalização, foram investidos cerca de dois milhões reais, na aquisição de kit multimídia composto por 10 novos computadores, projetor de imagem e tela de projeção, impressoras e máquinas fotográficas. Também como meta, do MPA em 2009 anunciou o Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal, que deverá

¹⁸ Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura - SINPESQ tem como objetivo principal coletar, agregar, processar, analisar, intercambiar e disseminar informações sobre o setor pesqueiro nacional.

implantar 120 fábricas de gelo em todo o território nacional, até o ano de 2010. No ano de 2009 foram entregues 32 unidades.

De acordo com Ramalho, o MPA teve papel central na articulação de políticas para a produção pesqueira, com ênfase para o setor aquícola. Ele destaca o plano Mais Pesca e Aquicultura (2008), que buscou estimular vendas externas e ampliação do consumo nacional do pescado, através da participação dos produtos advindos da aquicultura. Ele destaca também o Plano Safra da Pesca e Aquicultura (2012) que objetivou a implantação de parques aquícolas em lagos e represas, que incrementassem o crescimento econômico da categoria nomeando como protagonista, a pesca industrial oceânica e a aquicultura. Desta forma, o MPA em relação as ações voltadas para a pesca artesanal, foi minimalista, tendo como alvo a produção pesqueira e não o desenvolvimento social das comunidades locais.

As águas passaram a ser vistas como áreas abundantes para a implantação de parques aquícolas – desde que se privatize e se ocultem os usos comuns tradicionais desses recursos naturais pelas comunidades locais – e os pescadores sujeitos a serem convertidos em aquicultores e/ou assalariados do setor como anunciam os dois programas federais (Mais Pesca e Aquicultura e Plano Safra da Pesca e Aquicultura – 2012 a 2014) em busca do moderno; e é isso que tem produzido o MPA com sua política de ordenamento pesqueiro no país nos últimos anos (Ramalho, 2014, p.56).

Para o autor, o que está em jogo nessa relação, é a autonomia do pescador e pescadora artesanal, uma vez que a prática da aquicultura exige graus variados de dependência de outros sujeitos sociais envolvidos no processo da pesca, seja pela necessidade da compra de insumos, rações para o pescado, também devido a dependência de um conhecimento técnico para a assistência e compra da produção, com preços que já são previamente estabelecidos pelas empresas.

Apesar de todas as contradições apresentadas no período em que o MPA esteve à frente do projeto de desenvolvimento social e econômico da pesca no Brasil, para Ramalho (2014) há um projeto bem mais específico, que sugere a conversão de pescadores e pescadoras artesanais em indivíduos dependentes da venda da sua força de trabalho e em produtores subordinados aos

empreendimentos empresarias, em nome de uma lógica de modernidade, que historicamente vem sendo imposta a categoria.

CAPÍTULO II - GÊNERO E TRABALHO: TENSÕES, DEBATES E HISTÓRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

DEBATES, CONFLITOS E CONQUISTA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

O feminismo, enquanto conjunto de correntes teóricas e políticas de defesa da igualdade entre gêneros, historicamente identificou a exclusão e a discriminação contra as mulheres nas arenas políticas e participou das lutas das mulheres para consolidar sua representação no debate público, em primeiro lugar pela conquista do direito ao voto, e a partir da década de 1970 nos debates internacionais sobre os déficits sentidos na cidadania das mulheres perante sua subordinação política.

Prá (2014), entende que é fundamental o emprego da categoria analítica de gênero para compreender a desigualdade em campos, como o da filosofia e da ciência política que inspiram os princípios democráticos e a governabilidade. Essa leitura oportuniza questionar as estruturas históricas e culturais que colocaram a mulher em posições de subordinação, na representação política feminina. É a partir dessas análises, que podemos identificar os obstáculos enfrentados pelas mulheres para o pleno acesso dos seus direitos políticos.

O debate da baixa representação feminina em cargos políticos vem se intensificando, mais do que constatar esse fato, instituições têm sido pressionadas a criarem estratégias para superar essas diferenças. A criação de comissões nas organizações internacionais preocupadas em tratar especificamente os temas referentes a baixa participação feminina nos cargos decisórios, reforça a ideia da preocupação com o tipo de cidadania em que a mulher está atrelada.

Tendo as históricas questões de gênero se legitimado nas principais instituições internacionais, a ONU apresenta a temática da situação das mulheres no mundo como campo investigativo, e exige que os estados a integrem em todas as políticas e programas. Nesse contexto a ONU Mulheres foi criada, em 2010, no intuito de unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres. A Partir da década de 1970 a ONU tem colaborado com as questões ligadas a representação das mulheres, a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)*, em 1979.

É o primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre os direitos humanos da mulher. São as frentes propostas: promover os direitos da mulher na busca da igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações contra a mulher nos Estados- parte (Cedaw, 1979, p.1).

Artigo 1º Para os fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher independentemente de seu estado civil com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos: político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (Cedaw, 1979 p.20).

Os textos que resultaram da convenção, relacionavam as formas de preconceito contra a mulher nos diferentes setores da sociedade e preconizavam sobretudo para a adoção de medidas que pudessem superá-los. A partir de então, por recomendação da CEDAW, passa a ser discutida a adoção de ações afirmativas no sentido de erradicar a desigualdade entre homens e mulheres.

Artigo 4º 1. A adoção pelos Estados-parte de medidas especiais de caráter temporário destinadas a acelerar a igualdade de fato entre o homem e a mulher não se considerará discriminação na forma definida nesta Convenção, mas de nenhuma maneira implicará, como consequência, a manutenção de 21 normas desiguais ou separadas: essas medidas cessar (Cedaw, 1979, p.20).

É importante ressaltar a relevância do documento emitido na CEDAW para os avanços nas lutas das mulheres nos anos que vão se. Para Prá (2004), o aspecto jurídico desses documentos, conferem força a convenção, enquanto acordo entre os estados, ou seja a adesão de um instrumento jurídico internacional, compromete os estados a incluírem na agenda política os direitos estabelecidos na convenção.

Diante disso, após a conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em setembro de 1995, na China, a Bancada Feminina no Congresso inclui na agenda política daquele ano, a temática do acesso das mulheres as candidaturas em partidos políticos. Propõe-se que inclua na legislação brasileira cotas para as mulheres em partidos políticos. É então quem 1996, a Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, de acordo com essa lei, vinte por cento, no mínimo,

das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres, mais tarde a atual redação do artigo 10, §3º, da Lei 9.504/97 altera a porcentagem em “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”. Entretanto as últimas pesquisas mostram, que a cota para partidos políticos não tem sido suficiente para que as mulheres sejam de fato eleitas, dos 81 senadores, 64 são homens brancos, seis são homens negros, e 11 são mulheres (sendo uma delas negra).

Sendo assim se faz necessário a discussão de políticas públicas para criarem estratégias, a fim de eliminar obstáculos sexistas que impedem o pleno exercício da mulher nos cargos de poder, mais do que isso, é colocar mais mulheres na criação e execução dessas políticas, promover o debate mais intenso em todas as esferas, no meio social, cultural e principalmente por meio da educação.

Discutir a invisibilidade da mulher em programa de mitigação social se faz necessário à medida em que ele vai servir de prerrogativa para criação e negociação do campo das políticas públicas no setor pesqueira em uma esfera nacional e estadual, e na medida que ele vem para construir junto a luta das mulheres pescadoras, espaço de debate para a superação das discriminações de gênero na cadeia produtiva da pesca.

TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL

Para algumas autoras feministas, Heilborn e Sorj (1999), Lobo (1991), Scott (1990) a origem da opressão contra mulher, está justamente atrelada ao conhecimento científico ocidental produzido pela academia ao longo da história. Santos (2005, p. 2) confirma quando fala “a morte dos conhecimentos alternativos, acarretou a liquidação ou a subalternização dos grupos sociais cujas práticas de assentavam em tais conhecimentos. ”

Diante disso, é certo falar que o aumento das mulheres no mundo acadêmico e o aumento de pesquisas que versem sobre as problemáticas levantadas pelos movimentos das mulheres e pelas diferentes correntes feministas tem sido fundamental para transformar as estruturas culturais e sociais da subordinação da mulher na sociedade.

De acordo com Heilborn e Sorj (1999), as primeiras pistas das origens dos estudos feministas no Estados Unidos se encontram justamente com a origem dos movimentos de luta das minorias raciais, na década de 60. Esses movimentos buscam principalmente fazer crítica aos estudos proeminentes masculinos nas ciências sociais, quanto a sua organização científica, divisões disciplinares e dos fundamentos científicos a quais as correntes sociológicas eram baseadas.

E é através da docência que as mulheres do movimento feminista da época deram os primeiros passos para introduzir a reflexão sobre a experiência da mulher na sociedade. No Brasil, segundo a autora, o movimento feminista não teve o mesmo impacto, principalmente por que no país o movimento abordava temáticas distintas dos movimentos feministas norte-americanos. O feminismo no Brasil se preocupava principalmente com as condições da vida das mulheres.

O feminismo na sua origem teve como principais integrantes as acadêmicas universitárias, que dispunham de mais informações e tinham acesso a discursos acadêmicos globais. Essa posição privilegiada deve ser levada em conta para pensar na predominância de mulheres feministas numa classe social mais elevada da sociedade. Lobo (1991) chama atenção para o surgimento do feminismo liberal nos EUA, que retomava as discussões sobre os direitos civis das mulheres, com base nas reuniões que debatiam a posição ocupada por elas na sociedade, eram principalmente mulheres que já faziam parte de algum movimento político, mas, que se viam sem voz no interior desses movimentos. Desse processo surgiram novos temas, como o direito ao aborto, a contracepção, a sexualidade, a luta pela valorização do trabalho doméstico.

No Brasil os estudos sobre os movimentos feministas, buscaram localizar a problemática nas diferentes classes sociais. Lobo (1991), explica o movimento feminista no Brasil a partir de três singularidades, o movimento popular de mulheres, as feministas e os movimentos por creches e os clubes de mães. O movimento de mulheres reivindicava principalmente melhores condições de vida, em um contexto profundamente agravado pela crescente desigualdade social, intensificação das migrações e pela ausência do estado.

Desde o início do movimento feminista no Brasil, a preocupação com temas ligadas à educação das mulheres esteve no centro das lutas levantadas

pelo movimento, assim como o direito ao voto. Paralelo a isso se desenvolvia o movimento pelas mulheres nas fábricas, o movimento operário cuja orientação era fundamentalmente de cunho anarquista.

O movimento que dava voz as mulheres rurais, embora tivessem suas especificidades, perante aos demais movimentos, foi palco de grandes mobilizações durante a história. Os debates giravam em torno das condições de vida e de trabalho das mulheres no campo.

É importante destacar a criação do grupo de Mulheres da Pastoral da Terra¹⁹ preocupadas com questões que não estavam estritamente ligadas ao cotidiano doméstico, mas as outras formas de dominação masculina. Giuliani (2017) aponta para uma mobilização a partir dos anos 1970 contra a reestruturação das grandes fazendas, que expulsou muitos moradores de suas terras e também contra a imposição de uma nova lógica de consumo a qual os trabalhadores e trabalhadoras rurais eram expostos. Na década de 1980, os debates em torno das eleições sindicais ganham centralidade, o que leva a uma série de ações pontuais, algumas mulheres tornam-se sindicalistas ativas. Em 2017 a CPT realizou 1º Encontro Nacional de Mulheres²⁰, que tinha como principal eixo norteador, o combate as imposições patriarcais que historicamente as mulheres sofrem dentro e fora das instituições, assim como no CPT.

Essas singularidades apresentadas na experiência do movimento feminista no Brasil, são produtos do contexto conturbado e heterógeno que os país se encontrava. A formação dos movimentos que buscavam melhorias nas condições de vida das mulheres, estavam estritamente ligados à necessidade da superação das desigualdades sociais. Vale ressaltar que esse período é marcado pelo início da ditadura Militar no Brasil (1964-1975), que representava sobretudo uma dura opressão aos movimentos de esquerda, bem como a tortura e a morte de diversos militantes, combinada a censura massiva aos meios de comunicação e a cassação de direitos políticos.

¹⁹ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam.

²⁰ Ocorreu em Goiana (GO nos dias 27 e 28 de maio de 2017, reunindo 60 integrantes do CPT do Brasil inteiro.

A Igreja aparece como instituição capaz de mobilizar as lutas dos movimentos feministas silenciadas pelas imposições do governo, embora houvesse pontos de controvérsia entre algumas pautas feministas e o que pensava a Igreja.

A partir da década de 1980, o termo mulher passa a ser substituído por uma categoria analítica denominada gênero. Essa noção lançou sobretudo a crítica ao determinismo biológico que os termos sexo e diferença sexual ocupavam na discussão das desigualdades entre homens e mulheres, para enfatizar os aspectos culturais da construção social do feminino e masculino.

Emergência da categoria [gênero] representou, pelo menos para aquelas e aqueles que investiram na radicalidade que ela sugeria, uma virada epistemológica. Ao utilizar gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura das mulheres, sobre as mulheres e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio a relações de poder (Louro, 2007 p. 15).

Segundo Heilborn e Sorj (1999) os estudos sobre mulher, estudos de gênero ou de relações de gênero foram as fórmulas encontradas no período para que se institucionalizasse a reflexão herdada do movimento feminista na academia brasileira. A própria nomenclatura utilizada traduz de forma bastante clara os diferentes contextos sociais e políticos.

Na década de 1960, a nomenclatura mulher foi predominante para caracterizar os estudos, no sentido de preencher as lacunas deixadas principalmente por uma historiografia onde a situação da mulher foi pouco evidenciada, e quando foi, geralmente era associada a ideia de uma mulher recatada e reclusa ao ambiente privado.

A Categoria gênero nesse sentido, apresenta novos temas de pesquisa, focando sobretudo na construção histórica e social. Joan Scott (1990), amplia a análise da categoria gênero, compreendendo esta como forma de relação de poder envolvendo o masculino e o feminino e suas diferentes intersecções, raciais, classistas, sexuais, regionais de identidades. De acordo com a autora, a categoria gênero, apareceu primeiro entre as feministas americanas, que abordavam a diferença social baseada nas distinções do sexo. O termo apontava

para uma rejeição ao determinismo biológico que o termo “sexo” ou “diferença sexual” indicavam. De forma que o termo gênero introduzia uma noção relacional entre o masculino e feminino, segundo esta ideia as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos, e que para compreendê-los, não poderiam ser estudados separadamente.

Para Heilborn e Sorj (1999) gênero, como uma categoria analítica, foi utilizado pelas acadêmicas feministas, no sentido de criticar os pressupostos consolidados nas principais correntes sociológicas. Nesse sentido buscou-se perceber a relevância da inserção da categoria de gênero sobre a organização da vida social, e de que forma ele altera o conhecimento produzido dentro da academia.

Além disso a efetivação do conceito de gênero foi melhor aceita na academia, uma vez que o termo abria mão de um conceito político que o movimento feminista impunha no conceito de mulher. Segundo essa ideia “despolitizada” do conceito de gênero, substituindo a categoria “mulheres” para Scott (1990, p.8), “Gênero inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece assim não constituir uma ameaça”.

Ainda de acordo com Heilborn e Sorj (1999, p.5), “O esforço em construir uma problemática sociológica diferenciada do problema político trazido pelo feminismo caracteriza boa parte dos esforços de institucionalização desta temática”. Entretanto não é suficiente para aumentar o interesse dos homens pelo tema, por um lado isso reflete o peso e a hierarquia que os objetos científicos, de outro a associação dos estudos de gênero ao movimento feminista, dificultou a incorporação de homens nessa temática.

No Brasil, os estudos de gênero tiveram um aumento significativo perante ao investimento feito por instituições privadas, como por exemplo o apoio institucional e financeiro da Fundação Ford e a Fundação Carlos Chagas. De acordo com Corrêa (2001) a fundação Carlos Chaga contava com uma grande concentração de profissionais preocupadas com as condições de vida das mulheres, as acadêmicas feministas da década de 1980 significavam para uma empresa como a Ford, um novo tipo ideal de cliente, articulando o trabalho especializado com as intenções de intervenção social, por meio de políticas públicas de equidade.

Na década de 1970, o Brasil seguiu em destaque na América Latina, no estudo de gênero, sobretudo através dos investimentos da Ford, que detinham a maioria das pesquisadoras da na área, de acordo com Corrêa (2001) esses projetos foram decisivos para colocar os estudos de gênero em definitivo aos olhos da academia brasileira. Percebe-se um aumento gradativo no número de pesquisas de mestrado e doutorado engendrados pela temática do gênero, em uma pesquisa simples no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES²¹ o número de teses que colocam aborda o conceito de gênero é de 12.0006, já o número de dissertações é superior chegando ao número de 33232, em 2018.

Esses números não só confirmam o aumento significativo da incorporação dos estudos de gênero nos programas de pós-graduação do Brasil, como nos permite analisar sobre uma ótica de empoderamento e reconhecimento da parte das mulheres, que ao se debruçar fortemente sobre a categoria de gênero, produzem dados e reflexões importantíssimas para manter vivo o debate sobre as relações desiguais de gênero e como isso reflete na sociedade brasileira. Heilborn e Sorj (1999) nos chamam a atenção para que embora a área dos estudos de gênero desenvolva seu papel analítico dentro do campo das ciências sociais, ele prescinde sobretudo de motivações políticas, e é na medida em que se possa acompanhar essas motivações, que de fato vamos compreender qual a relevância desses estudos na investigação sociológica. Dito de outra forma, o conceito de gênero, e como ele é abordado pelas correntes teóricas, vão determinar os caminhos que a pesquisa social vai seguir.

A expressão gênero, enquanto conceito não foi abordado pela corrente francesa, ele deriva da corrente anglo-saxã, o termo utilizado pelos pesquisadores e pesquisadoras francesas é o de relação sociais de sexo, advindas de uma noção inequívoca da corrente marxista, oriunda da noção de relações sociais de produção (Heilborn e Sorj,1999).

A entrevista concedida por Michèle Ferrand para UFSC, e publicada na Revista Estudos Feministas ²² a autora nos conta a trajetória dos movimentos feministas em colocar em pauta nas ciências humanas o debate sobre a

²¹ <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> - acessado em 09 de Janeiro de 2018

²² Michèle Ferrand, socióloga vinculada à equipe de pesquisa Cultures et Sociétés Urbaines (CSU) no Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines (IRESCO), em Paris, uma das pesquisadoras de referência nos estudos feministas franceses.

desigualdade e a opressão das mulheres na sociedade. Para ela a introdução do tema de relação social de sexo, foi feita por etapas.

A primeira etapa consistia no fato de conceder ao objeto de pesquisa mulheres, sua legitimidade perante a pesquisa social e trazer à tona o objeto de pesquisa, que embora representasse a metade da humanidade, era invisibilizado nas pesquisas históricas, que eram feitas em nome de um masculino universal.

A segunda etapa consistiu em uma verdadeira ruptura epistemológica, demonstrando que o sexo não era só uma variável suplementar e colocá-lo em primeiro plano, excluía dos debates toda uma problemática derivada das relações de classe, etnia, etc.

De acordo com Rial (2005) as relações sociais de sexo se estruturam e se organizam do mesmo modo que as de classe ou de raça, e possuem quatro características definidas, elas são antagônicas, transversais, dinâmicas, e se bivetorializam. São antagônicas pelo fato das relações de força se oporem aos dois grupos, procurando uma sempre manter a dominação da outra. São transversais, pois não se limitam a uma esfera da sociedade e não se limitando exclusivamente a família, por exemplo.

São dinâmicas e historicamente construídas pela sociedade e se diferem em relação ao tempo e ao espaço, desta forma, mesmo que as relações sociais de sexo existam na sociedade quando o indivíduo nasce, ele participa ativamente na produção e reprodução dessas relações. E por último elas se bivetorializam de forma hierárquica, atribuindo posições para homens e mulheres.

Para Rial (2005), o conceito de gênero na década de 1980 para 1990 não tinha a aprovação das pesquisadoras francesas, em função da polissemia trazida por seu uso. Em algumas instituições o termo gênero era traduzido como sinônimo de mulheres, generalizando assim a problemática das relações de sociais de sexo, primeiramente por que mascarava de certa forma o antagonismo que o termo relações trazia,

Falar em termos de relações sociais de sexo permitia mostrar como a dominação masculina resulta de um duplo processo: a "biologização do social" e a "socialização do biológico", ou seja, que o social interpretava o sexo biológico, conferindo-lhe um determinado sentido (Rial, 2005 p. 679).

Neste sentido as pesquisadoras francesas da época temiam, que ao diferenciar os sexos, entre o gênero feminino e o masculino, a diferença se transformasse em hierarquização, e por seguinte em relações de poder, onde um é mais e outro menos. Entretanto com o passar dos anos, o termo relações de sexo foi sendo substituído pelo termo relações de gênero, resultado da influência das teorias anglo saxãs.

Seguindo as interações da corrente anglo saxã, a principal referência dessa temática surgiu nos Estados Unidos, e foi atribuída as teorias funcionalistas, na compreensão das diferenças de papéis atribuídas para homens e mulheres na sociedade, e que o seguimento dessas premissas, é que poderiam levar ao ordenamento regular da sociedade²³ desta forma a teoria funcionalista teve um impacto negativo para as pesquisas de gênero, por tentar descaradamente legitimar os papéis atribuídos as mulheres na sociedade, papéis que reforçam as desigualdade sociais e colocam a mulher em posição de subordinação em relação ao homem. Desta forma naturalizar essa relação, somente reforça a posição desigual da mulher.

Outra importante contribuição foi a corrente teórica, baseada nos estudos marxistas. De acordo com Heilborn e Sorj (1999) se por um lado as categorias centrais do marxismo focadas principalmente na produção e no trabalho são mais androcêntricas que as noções apresentadas pela teoria funcionalista, por outro lado a discussão sobre o trabalho doméstico e da participação das mulheres na força de trabalho deu margem para que as discussões em torno das mulheres, saíssem do âmbito privado, e que embora de forma parcial, buscassem um campo que investigasse a relação não só da família, como também as relações com a política e o trabalho.

Para Castro (2000) vale ressaltar que o tanto o marxismo como o feminismo, buscaram problematizar as desigualdades nas relações sociais, e desta forma com a categoria de gênero perceber que as relações sociais são variadas e se autocondicionam, e que se observadas separadamente, tanto

²³ Teoria do funcionalismo estrutural de Talcott Parsons: Enfatizando as funções socializadoras da família que de acordo com essa teoria, seria na manutenção do funcionamento regular da ordem social. PARSONS, Talcott and BALES, Robert, F., Family, Socialization and Interaction Process, New York, Free Press, 1955.

classe como gênero, seriam insuficientes para explicar o fenômeno social como de fato ele é, e também das ideologias como elas se apresentam.

Com o conceito de gênero pretendia-se uma alternativa a um viés naturalista e segmentado, aportado em indivíduos em si (mulheres e homens). Gênero mais apontaria para relações sociais, portanto apelando para sua dialética articulação com outras relações, ou seja, seria um estruturante da totalidade social (Castro, 2000 p.101).

No final da década de 1980 o aumento dos estudos sobre sexualidade levou a reflexão do que realmente significava gênero, e daquilo que se configurava como escolha eróticas e de identidade sexual. Para Heilborn e Sorj (1999) esse novo modelo teórico, denominando pós-estruturalista, representados fortemente na atualidade pela autora Judith Butler, se vê estritamente ligado aos novos movimentos sociais de identidade. Diante dessa rápida análise das correntes teóricas, que fazem parte do grande escopo das ciências sócias, são importantíssimas para pensar meu objeto de estudo, pois elas se inscrevem no debate que tange as representações culturais,

RELAÇÕES DE TRABALHO E GÊNERO

Ao longo da história do movimento feminista a categoria trabalho se configurou como importante fundamento para pensar a posição que a mulher ocupava na sociedade. De acordo com Heilborn e Sorj (1999), vários fatores foram responsáveis pela introdução do tema na agenda do movimento, uma vez que a ideia de que a posição subordinada ocupada pela mulher na sociedade poderia ser explicada principalmente por sua exclusão quase massiva do mercado de trabalho.²⁴ As autoras chamam atenção para o contexto em que a academia brasileira estava inserida para explicar o aumento das pesquisas de gênero relacionadas ao recorte do trabalho, influenciadas pelas teorias marxistas, as universidades brasileiras, enfatizavam as problemáticas das classes sociais e do movimento operário, traziam para o movimento feminista a necessidade de explorar essa temática relacionando-a ao gênero.²⁵ Diante

²⁴ Um dos primeiros trabalhos que tratavam sobre a divisão sexual do trabalho foi defendido por: 1972 e SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo, Livraria Quatro Artes, 1969.

²⁵ Ver : A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência, Elisabeth Souza-Lobo e HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. *A Classe Operária Tem Dois Sexos*. Estudos

disso, os estudos de gênero procuravam explicar a participação das mulheres no mercado de trabalho e o efeito da inserção e desenvolvimento de novas tecnologias sobre as condições de inclusão ou exclusão das mulheres na mão de obra proletária.

A divisão sexual do trabalho se torna uma perspectiva analítica para pensar essas relações e explicar as diferenças estruturais dos trabalhos tidos como masculinos e femininos, e quais as origens históricas dos postos de trabalhos que prioritariamente são designados as mulheres,

Além da crítica à adoção de causalidades fixas, esta última abordagem estimula a pensar o gênero como um sistema simbólico que organiza relações de poder, igualdades e desigualdades no mundo do trabalho e fora dele. Decorre daí que uma das contribuições mais importantes dos estudos de gênero para a sociologia do trabalho é a de atentar para a dimensão da cultura de uma maneira mais séria do que geralmente foi feito no passado. A implicação mais inovadora e ambiciosa das análises de gênero para a sociologia do trabalho reside, todavia, na crítica que ela contém do paradigma econômico, de indivíduos movidos por interesses racionais. As análises de gênero são as que mais consistentemente têm reivindicado o lugar da cultura, da história e do poder na sociologia do trabalho (Heilborn e Sorj 1999 p.20).

Para Kergoat (2003) as condições que vivem tanto homens quanto mulheres não podem ser explicadas de acordo com fatores biológicos, mas são, antes de tudo, fatores construídos socialmente, tanto o feminino quanto o masculino formam dois grupos sociais imersos em relações sociais pautadas em base material que exprimem a divisão sexual.

Essa noção foi primeiro utilizada por etnólogos para classificar os trabalhos desenvolvidos por homens e mulheres nas sociedades estudadas. Foram as antropólogas feministas que primeiro estabeleceram a problemática em relação a classificação, como uma forma de relação de poder e subordinação exercida pelos homens para com as mulheres. Ou seja, a divisão sexual do trabalho é a forma da divisão social em relação ao sexo. Segundo Kergoat (2003) esse tipo de divisão possui duas classificações, a da separação onde existem trabalhos de mulheres e trabalho de homens e o da hierarquização em que o trabalho do homem “vale” mais do que o da mulher. Esse tipo de classificação

pode ser aplicado graças a um tipo de legitimação naturalista que confunde e sobrepõe gênero ao sexo biológico, reduzindo assim as práticas sociais em papéis sociais sexuais.

A divisão sexual do trabalho não é um dado imutável e varia no tempo e espaço. Um determinado tipo de trabalho pode ser considerado feminino em uma sociedade e masculino em outra. Portanto se torna essencial a problematização dessas formas de organização em que se estabelecem as normas sociais de divisão sexual do trabalho uma vez que pensar na dialética dessa divisão nos permite vislumbrar simultaneamente a emergência de novas configurações que tendem a questionar a divisão sexual existente.

Segundo Kergoat (2003) o movimento feminista teve início com as discussões sobre o reconhecimento de que boa parte do trabalho desempenhado pelas mulheres eram produzidos gratuitamente e tidos como invisíveis. Em termos de divisão sexual do trabalho seria articular a descrição do real com uma reflexão sobre como a sociedade utiliza desses mecanismos de diferenciação para hierarquizar e valorizar as atividades quando analisados a partir da produção de riqueza, conhecimento, prestígio, etc.

Boa parte da literatura que problematiza as relações de gênero e sexo como categorias analíticas para se pensar a desigualdade no trabalho foi construída a partir da década de 1970. O trabalho feminino tende a ser questionado muitas vezes e combatido quando a sociedade encara como sua função natural, de mãe e esposa. Em um estudo sobre a participação feminina no mercado laboral, Bruschini (1998) aponta um acréscimo de 12 milhões de mulheres no mercado de trabalho a partir de 1980, de acordo com IBGE, em 2010, (54,6%) das mulheres estão inseridas no mercado de trabalho, embora seja baixo quando comparado com o obtido pelos homens (75,7%) Neste sentido, apesar do aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, existem condicionantes que precisam ser analisados, em relação as atividades desempenhadas em maiorias pelas mulheres, ligadas ao cotidiano doméstico, como cozinhar, lavar, costurar.

Cabe destacar que existem desigualdades que se reproduzem entre as mulheres. Segundo o IBGE, (2010) há maior proporção de mulheres pretas ou pardas no trabalho doméstico sem carteira de trabalho assinada (62,3%) em relação às trabalhadoras brancas (36,5%)

A relação de trabalho quando analisadas a partir das relações de gênero e sexo demonstram historicamente que o lugar e o labor da mulher são desvalorizados e invisibilizados. Esse cenário se torna mais agudo no contexto rural.

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, as mulheres no meio rural estão menores representadas no mercado de trabalho, menos de 50% das mulheres estão empregadas ou procurando trabalho, o que reflete uma estrutura cultural da vinculação do papel da mulher às atividades ditas de reprodução e o pouco reconhecimento das atividades domésticas como natureza produtiva. Cabe destacar, que o movimento das mulheres no campo vem aos longos dos anos conquistando espaço para alterar e construir políticas públicas visando uma nova configuração da relação de trabalho na sociedade, que seja mais equânime.

A relação de invisibilidade do trabalho feminino historicamente está associada ao trabalho doméstico e cuidados da família, que segue a clássica divisão entre público e privado, restringindo para a mulher a ocupação de espaços públicos, tornando-a reclusa no espaço privado e da dependência econômica do marido. Para Faria (2009) o capitalismo engendra duas esferas distintas, sendo a esfera pública destinada a produção e a esfera privada a reprodução. Nesse sentido a produção de discursos que naturalizam a restrição das mulheres ao espaço privado, vinculadas a maternidade, reforça a desvalorização do trabalho doméstico no âmbito econômico familiar.

A economia feminista busca incluir as mulheres no paradigma dominante, visando estender a relação de bem-estar no trabalho também as atividades de reprodução. Enquanto parte integrante da própria economia, segundo Faria (2009, p.17,) “A produção mercantil não é autônoma e depende do trabalho não-remunerado nos lares. Nesse sentido há uma falsa autonomia dos homens que utilizam os bens e serviços realizados pelas mulheres”.

De acordo com as análises sobre a divisão sexual do trabalho, essa se estabelece a partir da desigual e hierárquica divisão laboral entre homens e mulheres, que destina aos homens as atividades vinculadas a esfera produtiva relacionada ao público, que socialmente recebe uma maior valorização econômica. Isso demanda reflexões sobre o papel da mulher na escala

econômica buscando meios equânimes na escala reprodutiva e no mundo produtivo e assalariado (Faria, 2009).

Historicamente muitas atividades produtivas ocupadas por mulheres são consideradas extensão do trabalho doméstico, por serem realizadas dentro do âmbito privado. Vale salientar que essa abordagem da divisão sexual do trabalho está vinculada a noção capitalista de trabalho, que o reduz ao que pode ser trocado no mercado.

Para Hirata (1997) a atividade feminina continua concentrada em setores como serviços pessoais, saúde e educação. Entretanto, a diversificação das funções produtivas femininas monta um quadro de bipolarização, onde, num extremo há mulheres profissionais altamente qualificadas, com remuneração expressiva (médicas, arquitetas, advogadas, juízas, etc.) e, no outro extremo, trabalhadoras com pouco reconhecimento e valorização social, com baixos salários.

Nas análises de gênero, as condições de rendimento entre homens e mulheres é uma característica importante para localizar as mulheres nas classes mais baixas da sociedade, também o rendimento é uma das possibilidades para mensurar o nível de pobreza dos indivíduos na sociedade. A discussão sobre gênero e pobreza surgiu nos Estados Unidos durante a década de 1970, quando o termo *feminização da pobreza* foi primeiro utilizado, evidenciando através dos números a visibilidade feminina em relação as classes mais pobres, relacionando esse efeito ao aumento do número de divórcios, separações, viuvez, e principalmente partindo da perspectiva desfavorável que os lares chefiados só por mulheres possuem na estrutura da pobreza.

Castro, (2001) advoga que o termo feminização da pobreza deve ser lido sobre outra ótica, não como o crescimento das mulheres nas classes mais pobres e sim como aumento da visibilidade estrutural da pobreza das mulheres. Procura-se estabelecer essa relação entre as estruturas de desigualdades salariais que a divisão sexual do trabalho reproduz no aumento das mulheres nas camadas mais baixas da sociedade.

Esse termo surge como perspectiva analítica dentro de um panorama em que as desigualdades sentidas entre homens e mulheres, interferem diretamente na renda das famílias, principalmente quando se compara famílias chefiadas só por mulheres, em virtude da renda média mensal das mulheres ser inferior ao

dos homens. Entretanto, a concentração de riqueza não é a única variável que deve ser lavada em conta, a desigualdade se manifesta dentre outros aspectos, em forma de preconceito racial, de classe ou de gênero. No Brasil essas desigualdades se tornam mais evidente pelas estruturas sociais que atribuem “papéis” definidos para as mulheres às atividades de reprodução.

Na pesca artesanal isso não é diferente. Maldonado (1986) aponta que as mulheres são impedidas de participarem de todos os processos da pesca e na maioria das vezes, a mulher pescadora fica reclusa aos “fundos de quintas” exercendo atividades subordinadas e desvalorizadas dentro da cadeia produtiva da pesca. O enfoque da divisão sexual do trabalho possibilita a descrição e análise da invisibilidade do trabalho feminino. No entanto, é preciso que se vá além, introduzindo questões como classe social, etnia, regionalidade e gênero, para uma compreensão mais apurada desses processos.

De acordo com Hirata (2009), as pesquisas dedicadas ao estudo do trabalho e o desemprego no âmbito internacional, sugerem que os fatores responsáveis pela precarização do trabalho são: a ausência de proteção social e direitos sociais, carga horária de trabalho reduzidas, resultando assim, em salários mais baixos e por último os níveis baixos de qualificação. As mulheres também ocupam a maior parte dos trabalhos informais cujas atividades se caracterizam por carreiras descontínuas, salários mais baixos e jornadas em tempos parciais. De acordo com o IBGE em 2010, 59,2% dos homens ocupavam trabalhos formais, contra 57,9% das mulheres, esses indicadores direcionam-se para explicar a precarização do trabalho em esfera internacional, mas também devem ser pensadas a partir da problemática da divisão sexual do trabalho.

Castel (1998) apresenta como condição atual das relações de trabalho, o aumento progressivo de pessoas que se encontram sem trabalho e sem segurança social, que o autor denomina com “supranumerários inempregáveis”. A partir de uma análise histórica o autor busca mapear a condição do assalariado nas diferentes temporalidades, para demonstrar a consolidação de uma sociedade estruturada a partir dos salários e a qual está ameaçada ao fracasso, pelas amarras contemporâneas que engendram o mercado de trabalho.

O processo de precarização do trabalho instável, é para o autor, o que foi o pauperismo do século XIX no processo da industrialização, e é também exigido pelo capitalismo moderno. O autor nos dá três pontos de cristalização para

pensar a nova questão social. Em primeiro lugar é a desestabilização dos estáveis, enquanto que na sociedade salarial o indivíduo estava marcado pela crescente mobilidade social, neste caso o que acontece é o inverso e cada vez mais a pequena classe médica está ameaçada pela oscilação. A segunda questão diz respeito a precariedade do trabalho aleatório, informal e autônomo. Que nos leva a terceira ordem desse fenômeno a precarização do emprego e aumento do desemprego.

De acordo com Berardi (2014), relação econômica, financeira, comercial, tecnológica, cultural e social tem visto sua transnacionalização a partir da Globalização, como consequência a isso, está o enfraquecimento do estado social e o desmantelamento de direitos sociais e trabalhistas. Para Hirata (2009), trata-se de compreender as implicações da globalização sobre o trabalho, em termos de organização e de condições de trabalho, bem como a evolução do número de “trabalhos flexíveis” (trabalho em tempo parcial e trabalho informal, etc.) entretanto esse aumento de número de empregos se associaram a crescente instabilidade deles, na maioria das vezes são mal remunerados e poucos valorizados socialmente, e poucos são os direitos sociais acessados por esses trabalhadores e trabalhadoras.

Para Sorj, (2010) é certo falar que nos diferentes tempos e espaço, sempre ocorreram diferenciações entre os trabalhos, sejam eles de esfera produtiva ou reprodutiva. Entretanto o valor que os trabalhos recebem se diferem quando se pensa em quem o executa. O trabalho de produção vale” mais do que o trabalho de reprodução quase sempre desempenhado por mulheres ao longo da história.

Para Hirata e Kergoat (2003) deve-se falar em opressão e dominação e não de desigualdade e injustiças, as imposições sociais para o desenvolvimento do trabalho doméstico traz consigo limites as oportunidades de trabalho para as mulheres. Uma pesquisa da PNAD em 2005 verificou-se que somente 51,1% dos homens realizam afazeres domésticos enquanto que entre as mulheres esse percentual é de 90,6%. Um outro aspecto importante é o tempo dedicado aos afazeres domésticos de homens e mulheres de acordo com os arranjos familiares. A jornada doméstica média dos cônjuges femininos é cerca de o triplo da jornada dos cônjuges do sexo masculino (31,1 horas semanais).

O mercado de trabalho se estabelece como um dos principais meios para alcançar a equidade em relação a homens e mulheres, no entanto nos dados da PNAD de 2009, mostra que o rendimento médio mensal real de trabalho das mulheres R\$ 786,00 em relação aos dados obtidos pelos homens, a média mensal fica em torno de R\$ 1171,00. Tal situação é agravada quando cruzamos os dados de famílias chefiadas por mulheres, que mostra que 35% dos domicílios brasileiros são chefiadas por uma pessoa do sexo feminino.

Na pesca artesanal essa divisão se torna evidente quando comparamos os tipos de atividades desenvolvidos pela pesca e de acordo com cada classificação qual o seu nível de status dentro de um determinado grupo. A principal atividade desenvolvida pelas pescadoras da região é a filetagem e o beneficiamento do pescado, atividades que exigem baixa especialização e são desenvolvidas em condições precárias. Em geral essas atividades não proporcionam às pescadoras oportunidades de ascensão social.

IDENTIDADE E GÊNERO

Para Louro, é no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais. As identidades são as formas com que se constituem os sujeitos, a partir das diferentes instâncias que os interpretam, sejam elas instituições ou agrupamentos sociais. Para a autora, se reconhecer em uma determinada identidade supõe seguir fundamentos de um determinado grupo, o que se torna complexo à medida que, as múltiplas identidades que um sujeito pode assumir, podem cobrar ações distintas que não se conversem ou sejam antagônicas.

Hall, (2003) as velhas identidades construídas ao longo da história humana, o sujeito unificado e estável, está sendo substituído por uma fragmentada ideia de identidades. Ele expõe três diferentes concepções de identidade do sujeito, a visão iluminista, sociológica e pós-moderna. O sujeito do Iluminismo estava baseado na ideia de que o indivíduo seria totalmente centrado, unificado, dotado de capacidade de razão, consciência e ação.

Essas habilidades emergiam pela primeira vez quando o indivíduo nascia e seguia com ele até a sua morte, sendo ele essencialmente o mesmo ao longo da sua existência. A visão sociológica surgiu como resposta a complexidade do mundo moderno, a consciência que as características inerentes as identidades

do sujeito não eram autônomas e autossuficientes e sim produtos da interação com outras pessoas, na mediação de valores, símbolos, os sentidos, ou seja, a cultura da sociedade que ele habitava. Para Hall (2003) essa perspectiva atua de forma a “costurar” o sujeito à estrutura, o fato de que o ser humano internaliza para si os significado e sentidos exteriores a ele, tornando-os parte dele mesmo, contribui para alinhar a subjetividade do sujeito com os espaços objetivos que ocupamos no mundo.

De acordo com Hall (2003) é exatamente isso que está mudando, o sujeito visto como unificado, dotado de uma só identidade, está sendo substituído por um sujeito composto de várias identidades, “correspondentemente, as identidades que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as necessidades objetivas da nossa cultura” Hall (2003 p.11), estão entrando em colapso, e suas transformações guiadas pela descontinuidade, fragmentação, ruptura e no deslocamento das identidades dos sujeitos como resposta as mudanças exigidas pela globalização.

Como resultado da fragmentação das identidades modernas, Hall (2003) nenhuma identidade é singular, pelo contrário as identidades de um sujeito se conectam e sobrepõem uma pelas outras, de forma que as paisagens políticas do mundo moderno são divididas por identificações opostas, e que exigem a emergência de novas identidades políticas definidas pelos novos movimentos sociais como o feminismo, o movimento negro, os movimentos ambientais etc. Para o autor a modernidade significa que não há mais uma identidade singular, mestra e única, um indivíduo localizado em uma determinada classe social, não identifica mais seus interesses a partir de uma única definição de identidade. Esse aspecto não pode mais servir como um dispositivo discursivo mobilizador de interesses de toda uma categoria.

Presumindo que a identidade de um sujeito muda de acordo com a forma como ele é interpretada e representada, as identidades não são automáticas, podem ser ganhadas ou perdidas, e se tornou politizada, caracterizado pela mudança de uma identidade de classe para uma política da diferença.

As Mudanças que a modernidade tardia trouxe para o sujeito e sua identidade cultural, é analisado pelo autor em termos de identidade nacional e suas implicações frente a globalização. No mundo moderno, as culturas nacionais a qual nascemos, significam a principal fonte da formação da

identidade cultural do sujeito, nos identificamos enquanto brasileiros, portugueses, norte americanos, pensamos nelas enquanto parte da nossa natureza essencial, para Hall (2003) a condição do indivíduo, mesmo que autônomo, só é possível a partir do momento em que ele possa primeiramente se identificar a si mesmo como algo maior, membro de uma sociedade, classe, estado ou nação, algo que ele instintivamente reconhece como seu lar.

Desta forma Hall (2003), indica que nós não nascemos com as identidades nacionais definidas, mas são construídas e transformadas no interior das representações, ou seja, as identidades nacionais que conhecemos hoje, já são concebidas com um conjunto de códigos e representações, ser brasileiro nesse caso exige um conjunto de práticas e discursos, que se reproduzem como brasileiros. “Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade” (Hall, 2000 *apud* Schawarz, 1986, p.106).

Hall (2003) em relação a formação das culturas nacionais, ou como elas são “imaginadas” identifica a narrativa da nação, tal como é contada pela literatura nacional, nos veículos midiáticos e na cultura popular, fornecem ao imaginário dos indivíduos uma série, de histórias, cenários, símbolos, rituais, que representam as experiências partilhadas, as histórias em comum que deem sentido ao pertencimento da nação.

Há também nesse processo a ênfase nas origens e na tradição, o autor chama atenção para a prática discursiva da invenção da tradição, essas que parecem ser antigas, são muitas vezes de origem bastante recente e muitas vezes inventadas, que buscam inserir determinados valores e normas de comportamentos através da repetição. O discurso da cultura nacional, é colocado pelo autor de modo ambíguo, equilibrando a ideia de retornar as glórias do passado e o impulso por avançar em direção a modernidade.

Para Hall (2003), o processo de globalização tem impacto direto sobre as formas de identidade nacional, a compreensão de espaço e tempo, vem se modificando, a aceleração dos processos globais, de forma com que as pessoas sintam que o tempo é menor, e as distancias mais curtas. O tempo e o espaço são características fundamentais de todos os sistemas de representações, que está profundamente imbricada nos processos de identidade cultural, assim as transformações das relações espaço e tempo tem efeitos intensos sobre a forma

como as identidades são localizadas e representadas. Além disso o processo de globalização vem desmobilizando e enfraquecendo as formas nacionais de identidade cultural, e fortalecendo outras identificações culturais além da fornecida pelo estado nação. Sobre o conceito de Globalização, Hall:

A Globalização é a compreensão do horizonte do espaço-tempo e a criação de um mundo de instantaneidade e superficialidade. O espaço global é um espaço de fluxos, um espaço eletrônico, um espaço descentrado, um espaço no qual as fronteiras e limites tornaram-se permeáveis. Neste cenário global, o econômico e global, e econômico e o cultural estão em contato intenso e imediato um com o outro (Hall, 2003 p.43).

Em função disso, Hall, observa a fragmentação das identidades culturais, frente a interdependência global. A multiplicidade de identidades culturais oferecidas pela sociedade em plena modernidade, criam a possibilidade de “identidades partilhadas”. A medida que as identidades nacionais são bombardeadas por intervenções externas, como o consumismo global entre as nações, se torna difícil conservar a identidade intacta e unificada, e ainda mais impedir o enfraquecimento dela frente as intensas interações com outras nações.

É muito provável que a globalização não acabe com a ideia de uma identidade global, e sim, substitua as formas de organização entre a dicotomia entre local e global, por novas identificações culturais. Ressaltando que a globalização é desigualmente distribuída ao redor do mundo, e entre diferentes classes sociais da população. Em consequência a isso Hall (2003) identifica um alargamento no campo das identidades e uma propagação de novas identidades polarizadas entre elas, que possam levar de um lado ao fortalecimento das identidades locais ou a formação de novas identidades.

Os fortalecimentos de novas identidades locais podem ser vistas na pesada reação defensiva de alguns grupos étnicos dominantes, que de alguma forma se sintam desafiados pela presença de novos grupos culturais, muitas vezes esse processo resulta no distanciamento dessas culturas minoritárias que se veem ameaçadas por uma experiência de racismo cultural e de exclusão. Para Hall (2003) A produção de novas identidades, são respostas a exclusão de alguma comunidade, pelo que elas representam para a cultura dominante. Entretanto apesar dessas identidades apresentarem um conteúdo unificado em

relação a exclusão a que são submetidas, elas continuam a existir dentro de um contexto bem maior de diferenças.

O TRABALHO DA MULHER NA PESCA

As pesquisas sobre as relações de gênero na pesca artesanal ainda são pequenas se comparadas, a todo um conjunto de investigações envolvendo os ambientes que dão conta de toda cadeia produtiva da pesca. Os principais teóricos até aqui estudados, Diegues (1983) e Maldonado (1986), tem suas análises centrais no sujeito pescador homem, atividade que muitas vezes caracterizadas na literatura, como sendo atividade eminentemente masculinas. Além disso, Motta-Maués (1999) mostra que os estudos relativos às comunidades pesqueiras pouco têm se debruçado sobre a temática das relações de gênero.

Embora a academia certamente tenha avançado sobre esse paradigma, e tenhamos observado diversas decisões estaduais, municipais e até nacionais que preconizam o ao acesso igualitário da mulher pescadora aos direitos sociais. A mulher nunca deixou de ocupar esses espaços, dito de outra forma, não foi a mulher pescadora que, de repente, passou a praticar atividades relacionadas à pesca, mas as investigações acadêmicas que passaram a perceber os sujeitos que sempre estiveram ali.

Gerber (2015) fala de uma dupla invisibilidade sofrida pela mulher pescadora, em relação aos pescadores haveria uma invisibilidade que se dá de fora para dentro, no nível mais formal e público do estado. No caso das mulheres, essa invisibilidade é vista de “dentro” e “fora” em relação as hierarquias de gênero dentro da comunidade pesqueira.

A reflexão que pretendo fazer, é como essa afirmativa “pesca é uma atividade masculina” se consolidou não só como um discurso proferido nas comunidades pesqueiras, mas como a academicamente ela foi apropriada nas pesquisas científicas. “A pesca era uma atividade eminentemente masculina, ainda que em alguns lugares a mulher participasse na puxada da rede” (Diegues, 1983 p. 181).

A pesca é uma atividade essencialmente masculina, dela não podendo participar, em hipótese nenhuma, as mulheres. Essa ausência de participação não se verifica apenas no que diz respeito à atividade em

si, é, à captura do peixe, mas a todas as tarefas que estão de alguma forma ligadas àquela, como o manuseio dos apetrechos de pesca e até mesmo o trato do peixe quando chega do mar e deve ser repartido (...). Em Itapuá, tudo que de alguma forma esteja ligado à atividade pesqueira em si é vedado à mulher (Motta-Maués, 1993 p.82-83).

Esses discursos serviram para que se consolidassem no cotidiano um ambiente proibido para mulheres e permitido para os homens, separados pela bipolarização do mar/terra, público/ privado, embora acredito que essa separação nem sempre foi a mesma, e os atores sociais envolvidos tão pouco. Seria necessário então perceber como essa relação foi construída no interior das comunidades pesqueiras, pela perspectiva feminina.

Quando se pensa em comunidades pesqueiras, qual a primeira imagem que vem a sua cabeça? Seria ela, de sujeitos em alto mar, na captura do peixe? Provavelmente sim. Mas perguntarmos se esse sujeito, é homem ou mulher? Longe de tentar responder pelo leitor, pretendo compreender de que forma a imagem da identidade das comunidades pesqueiras foi construída para ser relativa às atividades de captura do peixe praticado pela figura masculina.

Muitas literaturas que versam sobre o tema, trazem a agricultura como atividade que sempre esteve ligada ao cotidiano das comunidades que praticavam a pesca, vale evidenciar que a agricultura era uma atividade reservada para as mulheres, uma vez que se desempenhava na terra.

Na maior parte dos grupos pesqueiros que também praticavam a agricultura, essa atividade tende a ser atribuída as mulheres e em alguns casos, as crianças. Pois são os elemento não-pescadores das comunidades. Isso porem não é universal, havendo sociedades marítimas em que os homens participassem tanto da pesca, como da aquicultura (Maldonado, 1986. p. 13).

Percebemos assim que o pesquisador se apropria do discurso das comunidades, em que a identidade do pescador é relacionada sempre ao masculino e as atividades de captura do pescado. Essa premissa nos serve como teoria para explicar por que é tão difícil para as mulheres que praticam qualquer outra atividade relacionada à pesca, como o beneficiamento, serem reconhecidas como pescadoras, mesmo que haja uma lei que a reconheça como tal. De acordo com Woortmann (1992) não é raro perceber nos próprios

discursos acadêmicos, a invisibilidade nas atividades desenvolvidas pelas mulheres, negando ou diminuindo sua importância para a reprodução social do grupo. Em muitas comunidades a agricultura foi tão o mais importante que a pesca, para manutenção das famílias, mesmo que não seja publicamente reconhecida como tal, e sua realização é central para a constituição da identidade da mulher enquanto pescadora.

De acordo com Gerber (2013) é importante ressaltar que há variações no que diz respeito aos conhecimentos adquiridos na pesca em relação a homens e mulheres. Os conhecimentos e saberes que são transmitidos às mulheres são normalmente atrelados às atividades de produção vinculadas à terra, ou seja, ligadas à esfera privada, como por exemplo as atividades de beneficiamento do pescado, transformação do peixe, aproveitamento do pescado, etc. Essas são atividades que, a partir de uma lógica de divisão sexual do trabalho, são tidas como inferiores quando comparadas às atividades desenvolvidas por homens relativas ao embarque e captura do pescado.

Segundo Woortmann (1992) a classificação dos espaços sociais de domínio de cada gênero, nos é apresentado de forma bipolar. Primeiramente o mar é percebido como ambiente masculino, e a terra como feminino. O mar representa o domínio público, e a terra o privado, classificação que impõe a invisibilidade nas atividades desenvolvidas por mulheres, e em consequência sua desvalorização no meio social. Vale ressaltar que de acordo com Woortmann, essa classificação dos espaços, deve ser pensada através de camadas, que se decompõe em outras posições, por exemplo o mar se subdivide entre; *mar de fora, mar de dentro ou grosso*, onde as atividades dos homens são desenvolvidas. A terra se subdivide entre o espaço reservado para a agricultura, e a praia, considerada pela autora como um ambiente intermediário, ou seja, um ambiente em que homens e mulheres podem desempenhar suas atividades.

A classificação do espaço, opondo o mar à terra, é central para a identidade do grupo como um todo, e corresponde à oposição homem/mulher. Ela não é uma oposição simétrica, mas hierárquica, pois implica relacionar a parte com o todo. Mais que uma oposição lógica, é uma oposição ideológica (...). A atividade do homem-pescador é completa porque ele "é" a comunidade total, pois a identidade masculina constitui a identidade do grupo (...). Se a complementaridade era (no passado dos grupos estudados) equilibrada, era também hierárquica, e era, e ainda é, a atividade do

homem (que é o pescador) que fazia a especificidade desses grupos (Woortmann, 1992 p. 58).

Em relação à classificação dos espaços, Woortmann (1992) chama atenção para os critérios de análise, se formos entender essa classificação, à luz da divisão dos gêneros, pode ser percebida pela oposição entre mar e terra. Contudo, se considerarmos a perspectiva feminina presente na realização das atividades de modo geral, a bipolaridade se relativiza e se decompõe. Para a autora, a oposição se torna mais evidente para quem olha de fora, inclusive o pesquisador, que ao buscar a identidade do grupo, se depara com o ponto de vista hegemônico masculino.

Desta forma a subdivisão dos espaços é fundamental para a apropriação de recursos naturais necessários para a reprodução social, no entanto para os homens, há uma distinção hierárquica entre os dois mares. Neste caso o mar de fora tem um valor social maior do que o mar de dentro e, é partir dele que os homens podem realizar as atividades determinadas pela divisão das tarefas, e por consequência reafirmar a identidade constituída onde exercitam sua coragem e o enfrentamento do perigo. Ainda segundo Woortmann (1992), para as mulheres a terra sempre foi o espaço mais importante, onde se realizam as atividades relativas à agricultura e, é por conseguinte, de onde deriva seu reconhecimento social. Entretanto esses espaços não são os mesmos, eles variam, embora a oposição terra e mar, tende a se manter.

Este modelo bipolar da divisão sócio espacial e do trabalho recorrente nas etnografias tem sido característico da visão intelectual da tradição pesqueira. Em alguns casos, aparece de forma rígida, principalmente porque reforça as distinções das atividades de acordo com os espaços e com o gênero que as realiza 3. (...) Assim, muito da “invisibilidade” da mulher em atividades de pesca decorre da ótica do pesquisador na construção etnográfica e interpretativa do seu objeto de estudo (Alencar, 1993 p.66).

Na análise feita por Woortmann (1992) ela considera as transformações sociais que atingiram as terras e o mar de várias comunidades pesqueiras do litoral do Rio Grande do Norte, que atingiram de diferentes maneiras homens e mulheres na busca por sua identidade e reprodução social. Em busca das falas de mulheres pescadoras, a autora busca recuperar a construção dos espaços e

também a construção dos discursos de classificação e divisão dos gêneros, e como os acontecimentos sociais e culturais vieram alterar essa lógica dentro das comunidades pesqueiras.

Diante disso, buscamos perceber a partir da análise de Woortmann (1992), as relações desenvolvidas nas comunidades pesqueiras, e como essa relação ora de complementaridade, ora de subordinação nas relações desiguais em que se baseiam as relações de gênero na sociedade, contribuíram para a formação da identidade das mulheres enquanto pescadoras nas comunidades pesqueiras.

Os espaços de terra e mar funcionavam da década de 1930 a 1950, como espaços ora de trabalho, ora de lazer, e existiam atividades em que a ajuda entre homens e mulheres era recíproca. Na terra os homens ajudavam no preparo do solo, em contrapartida era dever da mulher ajudar o homem na confecção dos apetrechos necessários para atividade pesqueira. “Portanto ainda que os espaços físicos, fossem pensados como domínio de gênero separados, havia uma relação de complementaridade, em que ajuda de um viabilizava o trabalho do outro” (Woortmann, 1992, p. 3).

Contudo há diferenças nos significados da categoria trabalho, para os homens “ajudar” as mulheres no trabalho com a terra, somente seria viável quando sobrasse tempo, visto que o trabalho dele na pesca, era o que realmente significava enquanto trabalho e o que ocupava seu tempo. Uma vez que o peixe tinha um valor de troca que por menor que fosse era maior que o produto final do trabalho da mulher, pois os itens que eram plantados, serviam basicamente para alimentação cotidiana da família.

Antunes, (1999) quando analisa a relação do metabolismo social e sua relação com a divisão social do trabalho, nos traz algumas reflexões importantes para pensar as relações sociais baseadas em relações de trabalho. Para o autor o metabolismo social cuja finalidade é a salvaguarda das funções que o ser humano desenvolve para sua reprodução social, sob a ótica da sua divisão social, a qual é subordinada ao capital, que nada mais é que um meio totalizante e dominante para os meios da reprodução social, juntamente com as demais práticas institucionalizantes construídas ao longo da história.

Isso é explicado graças a finalidade principal do capital, que é expandir seu valor de troca, neste caso o peixe produzido pelas atividades dos homens,

possui um valor maior de troca e por isso é visto como mais importante no meio social em que eles vivem. Para Antunes (1999) a completa subordinação do trabalho humano, para a reprodução do capital, tem sido o traço mais notável do capitalismo, “para converter a produção do capital em propósito da humanidade era preciso separar valor de uso e valor de troca, subordinando o primeiro ao segundo” (Antunes, 1999, p.12).

Desta forma, a divisão hierárquica do trabalho que o capital instaurou, foi capaz de viabilizar um novo sistema de metabolismo social voltado para a necessidade crescente de trocar o produto produzido, pelo maior valor possível. Para Antunes (1999), isso foi possível devido à alguns fatores, que eles preconizavam, a separação e a “alienação” do trabalhador nos meios de produção, a imposição das condições necessárias a essa alteração de estrutura capitalista, que surgiu de modo impositivo e por isso involuntário, a “personificação do capital, como um valor egoísta’ voltada exclusivamente para seu aumento.

Outro fator muito importante para essa análise, é a construção da identidade dos trabalhadores da pesca e como a precarização do trabalho, reflete também na sua precarização enquanto indivíduo supostamente detentor de direitos sociais. O autor nos mostra que o trabalho de um determinado sujeito o objetifica, dito em outras palavras, a personificação dos sujeitos como trabalho, cujo destino é estabelecer uma relação de dependência com o capital, a subordinação do indivíduo ao trabalho que reproduz, reduz a identidade desse ao trabalho e suas funções exercidas na sociedade. Sendo assim quando alguém é pescador ou pescadora, já imaginamos uma identidade do sujeito singular atrelado as atividades que ele desempenha em um sistema de divisão de trabalho, que já observamos que se dá de forma desigual entre os sexos.

Segundo Antunes (1999) o capital operou a separação entre a produção voltada para a absorção das necessidades humanas necessárias a sua reprodução social, para as necessidades individuais de auto reprodução. Desta forma quanto mais o capital produz inter-relações e se expande, mais negativas são suas consequências, como a precarização da força de trabalho humana e a degradação massiva do meio ambiente. Dito isso podemos compreender a lógica da pesca de indústria, onde os “proletários do Mar” são lançados a lógica de produção massiva de produtos a serviço de um capital em verdadeira

expansão. Mais ainda, estabelecer uma relação entre homem, tecnologia e natureza, onde mesmo que os efeitos de uma exploração massiva de recursos pesqueiros sem nenhuma fiscalização, como se configurou por muito tempo a atividade pesqueira no Brasil, denotem um prejuízo social muito maior, que é a degradação dos recursos marinhos dos países, ele se torna justificável se corresponder a lógica do lucro do capital.

No que diz respeito a divisão do trabalho de acordo com o gênero, Woortmann (1992), identifica uma relação desigual, que não deriva somente no que diz respeito ao valor de troca de uma mercadoria e o seu valor de uso, para ela o fato dos homens não considerarem as atividades desenvolvidas por mulheres, como trabalho, e sim como uma “ajuda” uma obrigação em ajudar o marido, naquilo que ele solicitasse. Sendo assim o tempo que ela destinava para essa “ajuda” não se configurava como um tempo de trabalho análogo ao do homem, ou seja, não tinha o mesmo valor real. Sobre isso a autora discorre:

A mulher, porém, devia (e deve) estar disponível quando o homem traz o peixe, mesmo que para isso tivesse (ou tenha) que interromper o trabalho agrícola. Para ela, pois, não se configurava um não-tempo análogo ao do homem. De um lado, existe uma razão prática para essa diferença: o peixe é rapidamente perecível. Mas, de outro lado, essa diferença expressa também a relação hierárquica entre o trabalho e o produto do mar e; da terra, o homem e a mulher (Woortmann, 1992 p.3).

No entanto, o homem e a mulher eram responsáveis mutualmente pela alimentação da família, se o homem trazia o peixe para a mesa, a mulher era responsável não só pelos demais componentes, como também pelo preparo integral da alimentação. Quando discorremos sobre a divisão sexual do trabalho, já ficou claro que o trabalho doméstico desempenhado em geral pelas mulheres, ainda hoje, se configura como um instrumento de dominação entre os sexos e não remunerado.

A ocupação de dona-de-casa, em nossa sociedade, não é escolhida (...). O treinamento para a divisão do trabalho, segundo este modelo milenar, começa antes que qualquer outro: antes que o menino saiba se será agricultor, operário, mecânico, ou executivo, a menina já aprendeu que ela não será nenhuma dessas coisas, que terá uma casa e que se ocupará dela (Duran, 1983, p.13).

No que tange aos cuidados de saúde, a mulher sempre desempenhou um papel de extrema importância social, e que lhe concedia certo prestígio na comunidade. No cotidiano doméstico a mulher além de ser a responsável por todos os afazeres domésticos, como lavar, passar, cozinhar, manter a casa limpa e em ordem, cuidar dos filhos, elas eram responsáveis por manter toda família em saúde, partindo dos seus conhecimentos com plantas medicinais e também no cuidado com a higiene de todos os membros da família. Além disso, as mulheres desempenhavam atividades que beneficiavam toda a comunidade, eram elas, parteiras, rezadeiras e benzedeiras ²⁶

Embora perceba-se uma relação de complementaridade nas atividades descritas acima, não podemos perder de vista, que buscamos compreender não só as diferenças de atividades, mas como elas se configuram como trabalho e são reconhecidas como tal. Perceber também de que forma a diferença de gêneros, opera no sentido de conceder legitimidade a um trabalho, dependendo de quem os desempenhou.

Se houve um tempo que os saberes tradicionais que a mulher trazia consigo (como rezadeiras, parteiras) dava a elas um certo prestígio social, uma vez que a comunidade precisava daqueles conhecimentos para suprir suas necessidades diretas, ela era “detentora de saberes tradicionais fundamentais no universo cultural e social do grupo, ela era detentora de uma condição social que hoje se degradou” (Woortmann, 1992 p.4).

Embora os fatores sejam muitos para explicar a baixa valorização do trabalho feminino na pesca, e por consequência da imagem da mulher na comunidade, não podemos perder de vista que é a partir dos anos 1950 que as transformações se tornam mais visíveis, ou seja quando o trabalho da mulher para a ser invisível aos olhos de outras pessoas. Para Woortmann (1992) a chegada do arame farpado, que cercavam as propriedades, rompeu com o ciclo de trabalho da mulher nas terras, e com isso sua complementaridade perante ao trabalho masculino.

Grande parte das terras ou as “soltas” como eram chamadas no Nordeste, passaram a ser privatizadas, o que impedia a apropriação da terra para o

²⁶ Sobre o tema ver o trabalho de BARROSO, I. C. Saberes e Prática das Parteiras Tradicionais do Amapá: Histórias e Memórias. UNICAMP, CAMPINAS/SP, 2001. (Dissertação de Mestrado).

trabalho rural, que em comunidades pesqueiras historicamente foi desempenhado pelas mulheres. Uma outra mudança importante para compreender esse processo, foi o significado da terra para esses sujeitos, com o cercamento e a diminuição do espaço da casa-quintal, se alteram também as relações de reciprocidade entre os vizinhos.

Diante dessas transformações, de acordo com Woortmann (1992), a mulher pescadora, tornou-se cada vez mais dependente do marido, uma vez que o homem continuava produzindo o peixe, ao mesmo tempo que agora a comercialização do pescado se destinaria sobretudo aos alimentos que antes eram produzidos pela mulher, como o feijão, a farinha, o milho e etc.

A coleta em terra virtualmente desapareceu. Se antes as mulheres, acompanhadas por crianças coletavam coco, caju e outras frutas, seja para consumo doméstico ou para venda, esses recursos da natureza são agora propriedade privada, ou foram eliminados para dar lugar à *plantation*, completando-se o processo iniciado na década anterior (Woortmann, 1992 p.7).

Os tempos mudaram para as comunidades pesqueiras, se antes o peixe vendido era o que sobrava do consumo familiar, agora o peixe capturado é vendido na sua totalidade e o que sobra para o consumo familiar, era o que antes considerado os restos, “depreciados como itens de consumo, cabeças de camarão e de lagosta e, de um modo geral, “aquilo que sobrou do dia”, produtos perecíveis, cuja única forma de aproveitamento é o consumo familiar (Woortmann, 1992 p.7).

Em resumo, muitas atividades que eram desenvolvidas exclusivamente para suprir as necessidades alimentares da família, passaram agora a serem atividades de cunho comercial. Embora muitas dessas atividades, principalmente as que são desenvolvidas por mulheres, possuam um baixo valor de mercado e não são suficientes para a subsistência da família, como é o caso das mulheres que praticam o beneficiamento, que chegam a ganhar R\$ 0,30 centavos por quilo de peixe filetado.²⁷

Contudo, a pesca artesanal se tornou uma atividade, que tanto para homens e mulheres, é instável e sazonal, na bacia de campos, principalmente

²⁷ Como é o caso de muitas “marisqueiras” da região da bacia de Campos dos Goytacazes- Rio de Janeiro.

nas águas continentais, passam dias, semanas sem ter conseguir uma boa margem de produção de peixe, as mulheres que praticam a filetagem não conseguem trabalhar o mês inteiro por falta de matéria prima. Foi comum ouvir das marisqueiras entrevistadas, que o valor que recebiam para beneficiar o pescado era pouco, mas que pelo menos tinham esse valor para receber no final do dia, afinal “ é melhor do que nada”.

Contudo não podemos deixar de notar um aumento significativo do número de famílias chefiadas por mulheres, em 2015 elas somam 40% das famílias de acordo com IBGE, essa característica é mais marcante nos centros urbanos, 43% dos lares na cidade tinham uma mulher como pessoa de referência, comparadas a 25% no campo. As famílias chefiadas por mulheres, não são necessariamente aquelas onde não há presença masculina, contudo, são as famílias que mais correm riscos sociais, uma vez que a remuneração média das mulheres é inferior ao dos homens.

A mulher vem ocupando cada vez mais espaço no mercado de trabalho, embora careça de uma análise mais detalhada dessa afirmação, de acordo com os dados divulgados pelo IPEA, em 2015, a jornada total média das mulheres era de 53,6 horas, enquanto a dos homens era de 46,1 horas, e mais de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas, dados esses que pouco se alteraram nos últimos anos, igualmente dos homens, onde cerca de 50% declararam realizar atividades domésticas.

Em 2015, a taxa de desocupação feminina era de 11,6% – enquanto a dos homens foi de 7,8%. No caso das mulheres negras, a proporção chegou a 13,3% (a dos homens negros, 8,5%).²⁸ De acordo com os dados levantados, existem barreiras que precisam ser superadas para que se alcance a igualdade de gênero na sociedade, mas o que fica claro é que as desigualdades ultrapassam as questões de gênero, e alcançam um cenário bem mais amplo, as questões raciais e de classe.

É certo falar que as desigualdades são sentidas em intensidades e modos diferentes por mulheres, assim que as conquistas sociais vieram em épocas diferentes para a mulher do campo se comparadas as mulheres de classe média,

²⁸ Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015 – IPEA – Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf acessado em 23 de janeiro de 2018.

brancas dos grandes centros urbanos, por exemplo. Assim como a opressão não é a mesma para todas as mulheres, nas comunidades pesqueiras os desdobramentos são sentidos em outros campos de lutas e possuem demandas específicas de uma categoria que já é marginalizada para além de papéis de gênero.

POLÍTICAS SOCIAIS PARA AS MULHERES E PESCA ARTESANAL

A promoção de igualdade está relacionada a oferta de bens e de serviços sociais como a escolarização e a saúde, que permitam o pleno exercício da cidadania, no entanto diante do contexto histórico e social do Brasil, esses mecanismos não foram suficientes para a superação das desigualdades sociais. Segundo Teixeira (1985) o campo das políticas sociais, embora carecendo de um maior rigor conceitual, recebe sua melhor definição quando tratado sob a égide do conceito de cidadania. Para a autora, a “cidadania plena” diz respeito a obrigação que o estado assume frente ao projeto de Estado do Bem-Estar Social, em que todos os indivíduos têm a garantia de um “mínimo vital”, em relação a saúde, educação, trabalho, renda. etc.

Neste sentido o Estado passa a assumir um processo central nas relações sociais, tomando para si o ônus de estabelecer através de medidas sociais condições para a superação das desigualdades econômicas, culturais e políticas e de reconhecimento de identidade.

De acordo com Haas (2011) a definição do conceito de política social é por si só uma escolha, pois são várias as explicações sociológicas que o tema tende a se apoiar, e são várias as repostas que se dá entre a acumulação do capital e a privação social, para ele a política social como medida pública deve corresponder a um sistema de transferência unilateral de recursos e valores, não obedecendo as regras desiguais do mercado.

Dito de outra forma, são as desigualdades provocadas pelo sistema capitalista que fazem necessária a intervenção unilateral das políticas sociais, de forma com que os mais vulneráveis possam ser assistidos. Em contrapartida, se tratando ela de uma escolha, a armadilha está em se definir um princípio coerente de justiça que guie a tomada de decisões, Haas (2011) acredita que:

A ideia de demanda social deve ser a tônica central de qualquer discussão sobre a política social como política pública. Nenhum governo pode alegar não se competente quando existe uma problemática grave em questões que demandam políticas sociais. A legislação deve permitir e facilitar a atuação dos governos em todos aqueles casos que a demanda social e a vontade política coincidam no confronto com objetivos, que teoricamente, ou sob inércia legal ou política, afetem as competências do estado (Haas, 2011, p. 122).

Para Marshall (1967) Política social é um termo que, embora amplamente usado não possui definição precisa. O significado que lhe é dado em diferentes contextos é em grande medida matéria de conveniência ou convenção, de acordo com ele o esquema que envolvia a busca pela cidadania teve seu percurso diante de três direitos essenciais, os direitos civis, políticos e sociais, seguidos nessa ordem. No Brasil, essa ordem não se verificou conforme as teorias de Marshall. De acordo com Carvalho (2002):

No Brasil pelo menos duas diferenças importantes. A primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros [...]. Quando falamos de um cidadão inglês, ou norte-americano, e de um cidadão brasileiro, não estamos falando exatamente da mesma coisa (Carvalho, 2002, p. 11-12).

Pereira (2012) quando analisa as características da política social brasileira, percebe uma diferença estrutural se comparada com os países ditos de “primeiro mundo”. Para ela o Brasil ainda nos anos 1930 sofreu grandes transformações que mudaram de forma marcante a sua fisionomia econômica, política, social e cultural, no entanto o sentido que essas transformações seguiram foi o do conservadorismo.

Para Carvalho (2002) a construção da cidadania se dá em relação a formação do estado-nação. As pessoas se percebiam enquanto cidadãos a medida que pudessem se perceber pertencentes a uma determinada nação.

A formação do estado-nação brasileiro é o primeiro ponto que devemos nos debruçar para entender essas diferenças estruturais que Carvalho (2002) nos aponta. Embora, a herança colonial deixada pelos portugueses ao Brasil, pareça suficiente do ponto de vista teórico para definir o Brasil como uma nação, com certa unidade linguísticas e religiosas. Tínhamos como características

estruturais na nossa sociedade, um enorme contingente de indivíduos analfabetos, uma sociedade extremamente conservadora e escravocrata e uma economia monocultora e latifundiária (Carvalho, 2002).

Em 1822, o direito ao voto já era acessível à grande parte da população masculina e livre, embora a escravidão ainda fosse determinante na estrutura social do país durante muito tempo. Além disso o voto era restrito a uma pequena elite agrária, que certamente não tinha interesse em melhorar as condições de vida da população, mas manter os privilégios concedidos pelo estado. Para Carvalho (2002) esse ciclo só se altera a partir do fim da primeira república, e que historicamente foi interrompido pelo menos duas vezes por processos ditatoriais. Para o autor, nem o processo de independência que o país promoveu não foi capaz de introduzir transformações radicais na forma como se pensa os direitos no Brasil.

Carvalho (2012) aponta que somente após um direito ser consolidado é que os demais direitos podem aparecer, e no Brasil isso não acontece, conforme os direitos civis que nasceram com a independência não eram universais, o voto sendo ele de uma minoria, não representava a população como um todo, para o autor a tímida participação da massa nas decisões políticas nacionais, mesmo nos grandes acontecimentos da nação (independência, república) denota a fragilidade da cidadania no Brasil. Para Souza (2006):

O grande dilema que Murilo de Carvalho se coloca dentro dessa perspectiva é justamente sobre o tipo de cidadão e de sociedade que se formam quando a base da pirâmide descrita por Marshall é invertida. A convicção democrática, por certo, conclui o autor, está comprometida, pois entre o Judiciário e o Executivo praticamente não há separação, e, portanto, nenhuma garantia do exercício das liberdades. Daí, sem o exercício das liberdades, dificilmente se chegaria à conquista dos direitos políticos plenos (Souza, 2006 p. 213).

Historicamente as mulheres em geral, tem sido excluída dos processos de elaboração de projetos e políticas que contribuam para o fortalecimento da igualdade perante os sexos. No entanto podemos vislumbrar que a partir da década de 1970 com a inclusão do tema de gênero nas pesquisas sociais, impulsiona-se o debate também dentro dos órgãos do governo.

Objetivo é descrever quais foram os principais direitos conquistados pelas mulheres na pesca no Brasil, analisando de que forma se deu a inclusão do

enfoque de gênero na formulação das políticas públicas e nas legislações pertinentes ao MPA e demais instâncias públicas sejam elas de níveis estaduais ou municipais. A partir de um aporte teórico na divisão sexual do trabalho e das relações de gênero, pretendo construir uma análise crítica das políticas voltada as mulheres especialmente na cadeia produtiva da pesca.

Vale ressaltar que ainda na relação de trabalho entre homens e mulheres, na pesca ainda prevalece a divisão entre homens no mar e mulheres na terra. Sobre isso foi interessante a abordagem feita pela autora Leitão (2012) no artigo *“Transversalidade de Gênero na Pesca Artesanal na Paraíba”*. O objetivo central do artigo foi enunciar as narrações sobre o cotidiano das pescadoras no que se refere ao trabalho, a saúde e à alimentação das pescadoras artesanais de cinco estados brasileiros, envolvendo três regiões do país: no Norte, o Pará; no Sul, Santa Catarina e no Nordeste Pernambuco, Ceará e Paraíba.

Os relatos sistematizados pela autora, apesar das diferenças regionais, apresentam semelhanças em questões relacionadas ao cotidiano destas mulheres pescadoras dos cinco estados citados. As abordagens das narrações seguem as categorias de discriminação ou invisibilidade da mulher na cadeia produtiva da pesca; o desconhecimento de muitas pescadoras sobre o acesso aos seus direitos sociais na pesca artesanal, a dificuldade de acesso aos espaços de poder dentro das Colônias e Associações de pescadores/as; os riscos e dificuldades de acesso aos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's); a presença do atravessador e a necessidade de um comércio justo (Leitão, 2012).

O CNDM, foi criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, criado pela Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985, passa a integrar a SPM, a partir do decreto nº 8.202, de 6 de março de 2014, tem como finalidade:

- I. Formular e propor diretrizes para a ação governamental voltada à promoção dos direitos das mulheres;
- II. Atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero.
- III. Apoiar a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República na articulação com outros órgãos da administração pública federal e os governos estaduais, municipais e do Distrito Federal.

De acordo com Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres – SAE, no período 2011 a 2014, foram apoiados 213 projetos,

beneficiando um público de 49.470 mulheres, os projetos apoiados têm como principal foco desnaturalizar a divisão sexual do trabalho, estruturante no processo de desigualdade no mundo do trabalho.

Embora saibamos, que tanto homens quanto mulheres desempenharam historicamente atividade no setor pesqueiro, o trabalho das mulheres ainda não é valorizado como tal, e em muitos casos ainda sendo vistos como uma obrigação ou até mesmo uma “ajuda” ao marido.

Pensar essa divisão sexual do trabalho, que indica que o trabalho da mulher vale menos do que o trabalho do homem, em termos de legislações pesqueiras, como o acesso ao defeso, o registro profissional de pesca e até mesmo a aposentadoria é apenas um dos caminhos que podemos seguir para podermos compreender essa divisão como se dá na prática. A discussão gira em torno dos papéis que já são delineados para as mulheres na sociedade, a pesca sendo ela percebida como uma atividade em que as predominâncias são de homens, o lugar da mulher na conquista de direitos está cada vez mais fadado ao fracasso.

De acordo com Fonseca e colaboradores (2016) no Brasil alguns acontecimentos são responsáveis pela invisibilização da mulher na pesca artesanal, entre 1840 e 1930, o Ministério da Marinha estava à frente dos assuntos relacionados a atividade pesqueira no Brasil. Após a criação das Capitânicas dos Portos e Costas e Distritos de Pesca (1846), o objetivo do recrutamento de pescadores se dá pela via da defesa nacional, com o intuito de conseguir a um baixo custo uma reserva de defesa naval, sendo o desenvolvimento da pesca industrial um meio de organiza-la, até 1950 somente os homens podiam se cadastrar como pescadores, sendo assim as mulheres ficaram por muitas décadas impossibilitadas de se tornarem pescadoras.

De acordo com Diegues (1983) em relação a pesca artesanal é notada a falta de reconhecimento dos direitos sociais especialmente no caso das mulheres, que encontram maiores dificuldades no setor pesqueiro, sendo muitas vezes impedidas de acessar direitos mínimos já conquistados aos homens. Para elas pescadoras do mar que vivem e trabalham da pesca artesanal e sustentam sua família dela, é reservado um lugar de descrença como se não fosse possível uma mulher ter a pesca como um trabalho, mas sim como uma obrigação de mulher de pescador.

Na pesca, (...), a totalidade do processo técnico, da fabricação da ferramenta até sua utilização poderia ser controlado pelas mulheres, pelo menos pelas técnicas que elas utilizam. Esta autonomia é, entretanto, limitada pela necessidade frequente de dispor de uma embarcação, cuja construção é, na maior parte do tempo, masculina (Tabet, 1998, p.42).

As atividades desenvolvidas pelas mulheres na pesca, como o beneficiamento do pescado, atividade essa desenvolvida pela a maioria das “marisqueiras” na Bacia de Campos, deve ser considerada como atividade de pesca artesanal, uma vez que define a Lei Nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que na Seção II, referente a Atividade Pesqueira no seu Art. 4º estabelece “a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros”. Informações complementadas em seu Parágrafo Único, no qual informa que se consideram atividade pesqueira artesanal, para efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

Vale destacar o I Encontro Nacional de Pescadoras e Aquiculturas, de acordo com a portaria SEAP/PR nº 253, de 09 de setembro de 2004, que delibera a realização de encontro nacional de pescadoras e aquiculturas que tem como objetivo definir estratégias para a superação das desigualdades sociais e econômicas. O encontro aconteceu nos dias 07, 08 e 09 de dezembro de 2004 em Brasília e tratou dos seguintes temas: dificuldades e desafios enfrentados pelas trabalhadoras da pesca e aquicultura; direitos trabalhistas e previdenciários; assistência à saúde e questões ambientais e culturais; e, - projetos específicos para a produção e acesso ao crédito.

No entanto esses eventos promovidos pela SEAP\PR não garantem que o debate seja de fato incorporado no cotidiano dessas mulheres, ainda mais que tenham impacto real no reconhecimento delas enquanto pescadoras. Não podemos deixar de observar que os direitos que haviam sido conquistados, estão sendo retirados das mulheres, como é o caso do Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, Art. 2º São categorias de inscrição no RGP:

VIII - trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca artesanal - pessoa física que, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, exerce trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, de reparos em embarcações de pesca de pequeno porte ou atua no processamento do produto da pesca artesanal (Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, Art. 2º).

Sendo assim as mulheres que trabalham com o beneficiamento do pescado passaram a ser consideradas apenas trabalhadoras de apoio à pesca, e não como pescadoras como querem ser reconhecidas. Ainda mais grave em relação a isso, é o Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015 que regulamenta a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente, que impede muitas mulheres de acessar o seguro defeso.

§ 6º A concessão do benefício não será extensível aos trabalhadores de apoio à pesca artesanal, assim definidos em legislação específica, e nem aos componentes do grupo familiar do pescador profissional artesanal que não satisfaçam, individualmente, os requisitos e as condições estabelecidos neste Decreto.

ARENAS DE LUTA – OS MOVIMENTOS DAS MULHERES NA PESCA

Para compreender melhor o movimento de mulheres trabalhadoras, para transformar as relações baseadas na subordinação na família e no trabalho, devemos levar em conta que os debates sobre como a posição desigual da mulher na sociedade foi introduzida, e para isso a construção da imagem do que é ser mulher precisava ser questionada. De acordo com Giuliani (2017) a partir dos anos 1980 ocorre uma revisão da imagem social da feminilidade, quando se introduzem novos parâmetros para pensar a equidade entre os sexos na esfera cultural e jurídica, dito de outra forma, procurou-se redefinir a imagem atribuída as mulheres até então, daquilo que lhes seria permitido ou inerente a sua “natureza social”, se questiona a consciência atribuída a qualquer definição de papéis, imagem, identidade, dos códigos de comportamento da mulher.

Suscitar o debate a essas questões foi fundamental para legitimar as reivindicações dos movimentos feministas. Os movimentos de trabalhadoras

urbanas e rurais, passaram a questionar a obrigação do trabalho doméstico, como principal ponto de partida para compreender a divisão sexual do trabalho e a participação quase nula da mulher em posição de poder dos sindicatos. As jornadas duplas de trabalho da mulher, conciliando o trabalho nas fábricas, com os cuidados domésticos e dos filhos, as impossibilitava de comparecer às reuniões dos sindicatos e de se candidatarem a posições de lideranças. Vale lembrar das conquistas das mulheres trabalhadoras com a criação da comissão Nacional sobre a questão da mulher trabalhadora em 1986.²⁹

Delgado (1998) caracteriza a trajetória da CNMT em três momentos distintos, o 1º como um processo de conquista de espaço dentro da CUT, trazendo as discussões de gênero para agenda do movimento sindical, o 2º momento se deu com a ampliação desse espaço e o 3º na sua consolidação. É importante destacar que a participação da mulher nos sindicatos é fundamental para que se crie espaços de luta que contribua para o fortalecimento da igualdade no mundo do trabalho.

Para as trabalhadoras da pesca, ser líder de colônia é algo ainda muito difícil, se faz necessário o enfrentamento de barreiras impostas pela lógica sexista que ainda impera no interior das colônias. Na pesca um dos resultados da luta das mulheres foi a criação da Articulação Nacional das pescadoras, de acordo com ANP. Os debates que proporcionaram sua criação, iniciaram na década de 1980, quando a mobilização das mulheres na pesca, busca sobretudo seu reconhecimento enquanto pescadora, através da emissão da carteira profissional de pesca e na ocupação de espaços de poder. Sua criação se dá perante as repercussões da II conferência da pesca e aquicultura, onde a falta de temática que discutissem as questões das mulheres, resultou na criação de um documento final, que denunciava essa prática e convidava as mulheres para a criação de um movimento que articulasse as reivindicações das mulheres frente aos órgãos institucionais.

Não se trata aqui de tratar a ANP como o único movimento articulado que deu voz as demandas das mulheres trabalhadoras na pesca, mas sim, percebê-lo enquanto uma organização que foi capaz de impulsionar o debate em nível

²⁹ Em 1991 o nome foi alterado no 4º concul para comissão nacional das mulheres trabalhadoras.

nacional e estabelecer pautas unidas, uma vez que os problemas que as mulheres enfrentavam eram muito semelhantes nas diferentes partes do país.

Juntar as memórias de um movimento que nasceu justamente para dar voz aos sujeitos que foram invisibilidades pela história, e pelas pesquisadoras é um dos principais eixos deste trabalho, construir a partir da perspectiva feminina qual o impacto das ações no cotidiano dessas mulheres, para que mais pessoas conheçam o movimento, saibam suas raízes, suas continuidades e percebam que o papel de “invisibilidade” da mulher pescadora está aos poucos sendo desconstruídos.

As primeiras articulações que se tem registro da criação da ANP, tiveram início na cidade de Itapissuma (PE), realizado pela Ir. Doroteia Nilza Montenegro do CPP.³⁰ Em uma entrevista para CPP Nacional, a Integrante do ANP, a pescadora de Itapissuma/Pernambuco, Joana Mousinho destacou sobre a fundação da ANP;

ANP surgiu quando o governo federal convidou as mulheres pescadoras do Brasil a participarem de um Congresso em Brasília para fazer discussões sobre a realidade das mulheres da pesca. Nós fizemos diversas propostas e nenhuma saiu do papel, por isso, resolvemos fundar a ANP, para que nossas pautas se fortalecessem e fossem conquistadas (Joana Mousinho, integrantes da ANP).

Desde 2005, foram realizados cinco encontros nacionais da ANP, sendo que apenas dois possuem cartas finais divulgadas. Entre eles o 4º encontro da ANP que ocorreu em 25 a 29 de agosto de 2014, em Pontal do Paraná-PR, com a presença de pescadoras de 14 estados. De acordo com a carta publicada a pós o encontro, as pescadoras presentes puderam avaliar a força do movimento como um todo, e construir alternativas para lutar contra as ameaças do atual modelo de desenvolvimento econômico do Brasil, buscando sobretudo defender os direitos das mulheres, quanto a sua saúde, as políticas das florestas e das águas; direitos trabalhistas e previdenciários. Como principais desafios estão:

- Regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras;
- Efetivação dos direitos trabalhistas conquistados;

³⁰ Vale lembrar que a primeira pescadora do Brasil eleita presidente de colônia de pescadores, foi Joana Mousinho, na cidade onde se deu as primeiras articulações da ANP, Itapissuma (PE).

- Identificação, reconhecimento e tratamento das doenças ocupacionais da trabalhadora da pesca;
- Legítimo atendimento do SUS às mulheres pescadoras, garantindo-lhes o direito constitucional à saúde;
- Eliminação da discriminação-racismo institucional presente nos órgãos governamentais, como: INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura);
- Respeito ao direito à livre associação, conforme garantido na Constituição Federal.

Em carta³¹, elas repudiam abertamente, política pesqueira atual, que privilegia a pesca e aquicultura empresariais e industriais em detrimento da pesca artesanal. O não comparecimento de representantes dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e da previdência Social, para que pudesse se discutir em níveis nacionais as questões levantadas no encontro.

Os representantes enviados eram de níveis municipais e estaduais, que não tiveram condições de emitir melhores esclarecimentos sobre o tema. Neste encontro ficam decididas as principais bandeiras de luta a ser desenvolvida pela ANP, A Defesa de nossos territórios tradicionais pesqueiros; Efetivação dos Direitos trabalhistas e Previdenciários; Reconhecimento das doenças ocupacionais das trabalhadoras da pesca artesanal; Criação do defeso para as espécies pesqueiras trabalhadas pelas mulheres E garantia do seguro defeso para as mesmas.

³¹ Carta do IV encontro da articulação nacional das pescadoras, pode ser encontrada no blog da ANP, no endereço eletrônico: <https://articulacaopescadoras.blogspot.com.br/>



Figura 2. IV encontro da articulação nacional das pescadoras. Fonte: articulação nacional das pescadoras.

O 5º Encontro da ANP, ocorreu em 2017 nos dias 25 a 28 de outubro em São Luís (MA), e contou com integrantes do movimento de 15 estados do país. Por meio de acompanhamento da página do Facebook do evento, analisamos as diferentes propostas que foram tratadas nos dias do evento. Uma vez que não tivemos acesso a um documento oficial emitido pela ANP. O Reconhecimento da Identidade da mulher enquanto pescadoras, foi um dos principais temas do encontro, mediante diversos ataques que a categoria tem sofrido, nos últimos decretos. Elas questionam sobretudo a ampliação de políticas que a incluam enquanto pescadoras e respeitem as diferenças.



Figura 3. V Encontro Nacional da ANP. Fonte: articulação nacional das pescadoras.

Do encontro também surgiu a Moção de Repúdio à violência contra a Comunidade Pesqueira quilombola de Rio dos Macacos:

Nós, mulheres pescadoras, reunidas no V Encontro Nacional da Articulação Nacional das Pescadoras, entre os dias 24 a 28 de outubro de 2017, em São Luís do Maranhão, repudiamos veementemente a violência infligida contra a comunidade pesqueira quilombola de Rio dos Macacos e contra os estudantes e professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que no dia 26 de outubro, foram impedidos de entrarem no território do quilombo. [...]A coação contra Rio dos Macacos, em que militares da Marinha arbitrariamente determinaram e controlaram o direito da comunidade de acessar o seu território, desrespeitando as garantias constitucionais de ir e vir, é a prova de que a nossa luta pelo território pesqueiro é urgente e determinante para a manutenção e reprodução do nosso modo de vida, assim como de outras comunidades tradicionais (Articulação Nacional das Pescadoras São Luís (MA), 28 de outubro de 2017).

A ANP, durante esses 11 anos da sua existência, apoiou diversas iniciativas pelo país, a mais recente é a proposta aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado de incluir as marisqueiras no grupo de pescadores artesanais entre as atividades listadas na Política Nacional de Aquicultura e Pesca. A mulher que se reconhece como marisqueira em uma comunidade, não é considerada hoje uma pescadora, isso

afeta diretamente no acesso as políticas pesqueiras e contribui para sua invisibilização perante a colônia e aos pescadores.

CAPÍTULO III - MULHERES DAS ÁGUAS E DAS TERRAS – A LUTA DAS “MARISQUEIRAS” DA BACIA DE CAMPOS.

PESCA ARTESANAL NA BACIA DE CAMPOS

A Bacia de Campos, ocupa uma área marinha de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, localizada na região que vai do centro-norte do Estado do Rio de Janeiro até o sul do Estado do Espírito Santo. E é responsável por mais de 80% da produção de petróleo e gás do Brasil. Os municípios que compõem a Bacia de Campos no Estado do Rio de Janeiro são: São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Araruama, Saquarema, Maricá e Niterói.

Apesar dos impactos socioeconômicos e ambientais causados pelos empreendimentos instalados na Bacia de Campos, que visam a exploração de óleo e gás, a pesca se caracteriza com uma atividade significativa para economia da região. A atividade pesqueira é uma importante atividade, principalmente para os grupos sociais que se encontram mais vulneráveis e que praticam a pesca como atividade de subsistência.

As empresas petrolíferas que ali se instalaram tiveram algumas obrigações a serem cumpridas a partir de 1990 com o licenciamento ambiental, de acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA os licenciamentos ambientais estão expressos na Lei 6.938/81 e nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97. Além dessas, recentemente foi publicado a Lei Complementar nº 140/2011, que discorre sobre a competência estadual e federal para o licenciamento, tendo como fundamento a localização do empreendimento.

De acordo com o mesmo órgão o licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente e possui como uma de suas mais expressivas características a participação social na tomada de decisão, por meio da realização de Audiências Públicas como parte do processo. É nesse contexto em que surge o PESCARTE e o grupo gestor de Campos, de acordo com o projeto a intenção é reforçar as identidades produtivas dos

pescadores e pescadoras artesanais, a fim de favorecer a mitigação dos impactos negativos causados pela indústria de exploração e produção de petróleo e gás natural.



Figura 4. Localização dos limites da Bacia de Campos. Fonte: ANP

De acordo com os dados do IBGE, (2010), somam um total de 3.020 pescadores no estado do Rio de Janeiro, embora saibamos que esse número tende a ser maior, levando em conta o número de mulheres que não possuem o RGP, mas que praticam atividade relacionadas a cadeia produtiva da pesca.

A Bacia de Campos sofre direta e indiretamente a influência das atividades de exploração de petróleo e gás, sendo Campos o Município que mais arrecada com royalties³² pagos pela produção petrolífera, em 2015 a arrecadação foi em torno de R\$ 408 milhões³³. Em contrapartida, são poucos os investimentos do município em mecanismos e políticas públicas que visem o desenvolvimento humano, por exemplo, em uma análise do comparativa do IDH-M dos cinco municípios que mais recebem royalties do petróleo no Brasil,

³² Lei N° 9478, de 06 de Agosto de 1997, conhecida como a Lei do Petróleo no Brasil

³³ <http://www.ompetro.org.br/index.php/geral/464-balanco-arrecadacao-ryalties>

verifica-se que Campos caiu, 221 posições (de 1991 para 2000), alcançando uma melhor posição em 2010.

Quadro 4. Índice de desenvolvimento humano - Campos dos Goytacazes.

Cidade	IDH-M 1991	IDH-M 2000	IDH 2010	Posição Ranking Nacional 1991	Posição Ranking Nacional 2000	Posição Ranking Nacional 2010
Campos dos Goytacazes	0,684	0,752	0,716	1.591	1.812	1427

Fonte: UNDP

Por outro lado, existem algumas iniciativas que refletem diariamente na vida e produção dos pescadores e pescadoras artesanais da região, Campos estabeleceu com os royalties um fundo de apoio à produção rural para viabilizar programas de apoio à fruticultura, piscicultura.

Historicamente o município fluminense de Campos dos Goytacazes se constituiu área de intercâmbio comercial e fluxo de escoamento de produtos advindos de Minas Gerais e Espírito Santo e, pouco a pouco se transformou em um centro distribuidor de mercadorias que a ligam ao Rio de Janeiro (Chrysostomo, 2011).

Campos, a partir de meados do século XVIII, passa a receber incentivos e assume papel central no desenvolvimento da cana de açúcar no país. Para Navarro (2003), a riqueza do município Campos durante o século XIX se deve ao desenvolvimento da indústria de cana de açúcar e a cidade se configurou como o 2º maior produtor de cana de açúcar do Brasil até as três primeiras décadas do século XX.

Piquet (2012) chama atenção, para uma mudança nesse cenário a partir da introdução de São Paulo no mercado açucareiro. De acordo com a autora, em 1967 é fixado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) uma escala mínima de produção de 200 mil sacos de açúcar por usina, o que resulta no fechamento de diversas usinas de açúcar do estado do Rio de Janeiro. Para entender o modelo econômico de Campos, faz-se necessário compreender o declínio que a indústria açucareira sofreu na região, dito isso é importante destacar, que em 1973 com a criação do programa Nacional do Alcool (Proálcool), todo o setor

açucareiro no país se vê obrigado a se modernizar, nesse processo se dá a transferência, das usinas de Campos para empresários externos. De acordo com Piquet (2012) esses estavam mais interessados na sua cota de produção, do que em suas instalações que já estavam ultrapassadas tecnologicamente. Como resultado direto a isso, toda a região se aprofundou em uma crise, que foi superada graças a descoberta de petróleo na Bacia de Campos.

O deslocamento das atividades econômicas da produção álcool-açucareira para a extração de petróleo e gás localizadas nas plataformas marítimas traz consequências diretas para o setor da pesca artesanal, impactando toda a cadeia das atividades desenvolvidas, desde a captura à comercialização em pequena e larga escala.

Conforme tabela abaixo, podemos perceber que a atividade pesqueira na região de Atafona, Barra do Açu e Farol de São Tomé, são feitas através de redes de espera, ou de arrasto, e podem durar até 15 dias em alto mar, podendo ser realizadas em águas marinhas ou em rios.

Local	Período da pesca	Área de pesca	Petrechos de pesca	Embarcação
Farol de São Tomé	Operações de pesca podem durar de menos de um 1 a 15 dias.	Águas marinhas costeiras da Bacia de Campos.	Rede de espera: 1000 m de comprimento e 35 mm de malha. Rede de arrasto-de-fundo ou de camarão: 5 a 26 m de comprimento, 7 a 9 m de abertura horizontal na boca da rede, e 5 a 25 mm de malha. Linha ou engodo: 30 a 200 m de comprimento.	Traineeiras de madeira: 10 a 13 m de comprimento e 20 a 120 HP de potência de motor.

Figura 5. Descrição da pesca artesanal praticada pela comunidade de Farol de São Tomé.
Fonte: Zappes *et al.*, 2015.

A prática da pesca artesanal a partir da década de 1970 em Campos se sofre as consequências difusas e impalpáveis dos conflitos socioambientais relativos à cadeia de extração e produção do petróleo e gás. Tais conflitos foram inicialmente descritos pelo relatório do Diagnóstico Participativo do PEA-BC (ANO) que também apresenta as consequências resultantes desse processo conflitivo entre as comunidades pesqueiras e as formas de organização econômica do município.

Alta produtividade pesqueira (Farol de São Tomé e Terminal Pesqueiro) * Mesmo havendo consenso no que diz respeito à diminuição do pescado e à necessidade de aumento do esforço pesqueiro, a produtividade pesqueira na região ainda é muito alta e se destaca em relação aos outros locais da costa Norte Fluminense. A abundância de importantes pesqueiros é relatada. * Segundo os pescadores, desde que haja estrutura e recursos para sair ao mar, a pescaria ainda é rentável e compensa financeiramente.	Tradição da pesca (Farol de São Tomé e Terminal Pesqueiro) * A atividade pesqueira no Farol de São Tomé e Terminal Pesqueiro possui forte tradição, com gerações que vivem da pesca e acompanharam o avanço da tecnologia voltada para essa atividade. Em função do mar revolto, foram desenvolvidas práticas diferenciadas, como a "puxada" para retirada da embarcação da água. Houve, também, aumento das embarcações e mudanças nas artes de pesca para aumentar o poder de captura, melhorar a segurança e permanecer por mais tempo no mar.
Colônia de Pescadores Z – 19 de Campos dos Goytacazes (Farol de São Tomé e Terminal Pesqueiro) * A Colônia é vista como potencialidade por estar organizada e dialogando com várias entidades importantes para as questões da pesca. * O fortalecimento da Colônia Z-19 está vinculado à institucionalização dos conflitos da classe na Prefeitura de Campos, bem como com a indústria de petróleo e gás, pela participação em ações e projetos de compensação.	

Figura 6. Potencialidades apontadas pelos Pescadores e Pescadoras (Marítimos) de Campos dos Goytacazes. Fonte: Diagnóstico Participativo do PEA-BC.

Tradição da pesca (Coroa Grande, Parque dos Prazeres, Lagoa do Vigário e Ponta Grossa dos Fidalgos) * O conhecimento tradicional dos pescadores é muito forte e decorrente dos ensinamentos passados de pai para filho.	Presença de Associações fortes e representativas e União dos pescadores (Coroa Grande, Parque dos Prazeres, Lagoa do Vigário e Ponta Grossa dos Fidalgos) * Existem seis associações de pescadores de águas interiores em Campos dos Goytacazes.
Acesso aos recursos naturais (Coroa Grande, Parque dos Prazeres, Lagoa do Vigário e Ponta Grossa dos Fidalgos) * Há proximidade dos locais de trabalho dos pescadores de águas interiores (rios e lagoas).	Regularização das embarcações e dos pescadores (Coroa Grande, Parque dos Prazeres, Lagoa do Vigário e Ponta Grossa dos Fidalgos) * Todas as embarcações e os pescadores estão legalizados nas seis associações da pesca de água doce de Campos dos Goytacazes.
Ocupação dos espaços deliberativos e fóruns de discussão da própria classe (Coroa Grande, Parque dos Prazeres, Lagoa do Vigário e Ponta Grossa dos Fidalgos) * Destaque para participações em Conferências da Pesca, Comitê dos Povos, Comitê de Microbacias, Audiências Públicas.	

Figura 7. Potencialidades apontadas pelos Pescadores e Pescadoras (águas Interiores) de Campos dos Goytacazes. Fonte: Diagnóstico Participativo do PEA-BC.

O Maior número de pescadores e pescadores registrados no município, derivam da comunidade de Farol de São Tomé, que também concentra um número expressivo de Marisqueiras. A comunidade do Farol de São Tomé, localiza-se a aproximadamente 50 km do centro de Campos dos Goytacazes, pertence ao Distrito de Santo Amaro. A orla se estende por 28 km da Lagoa Salgada do Município de São João da Barra no Norte ao Canal da Flecha na divisa do sul com o Município de Quissamã, Conforme mapa abaixo.

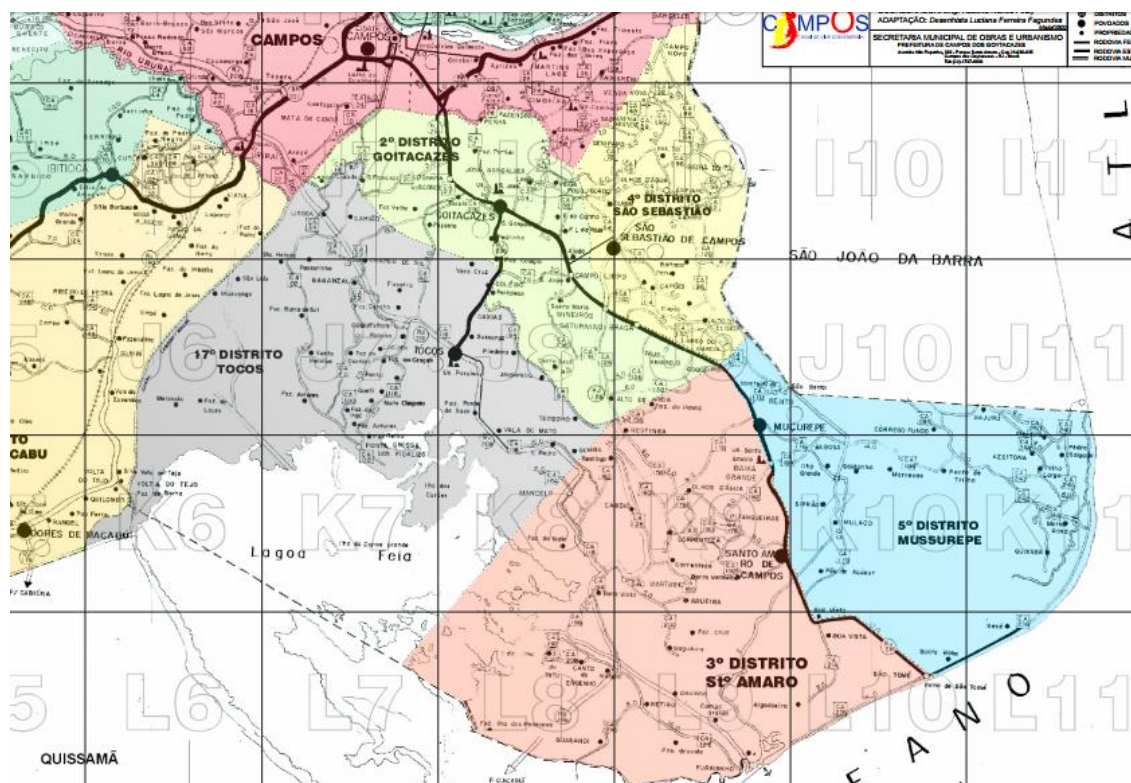


Figura 8. Mapa do Distrito de Santo Amaro, onde está localizado a comunidade do Farol de São Tomé – Campos dos Goytacazes. Fonte: Prefeitura de Campos dos Goytacazes.

A comunidade leva esse nome, devido a inauguração do farol que foi construído na região, no dia 29 de julho de 1882, o Farol tem 45 metros de altura, e foi projetado pelo engenheiro Gustavo Eiffel, curiosamente o mesmo que projetou a Torre Eiffel na França. De acordo com Rosa Bulhões e colaboradores (2016) a principal atividade pesqueira da região é a pesca do camarão, espécie que é comercializada também para outros estados, utilizando embarcações do tipo traineira, com o porte ajustado para superar as ondas do mar forte do local.

Em relação a isso, há de se destacar as dificuldades que os pescadores e pescadoras de Farol de São Tomé encaram para iniciar suas atividades pesqueiras diariamente, as operações de lançamento e atração das embarcações são feitas pela areia da praia, não existindo nenhuma estrutura portuária nessa localidade, obrigando essa comunidade pesqueira a ficar refém dos serviços privados, e as iniciativas individuais, as operações de lançamento e atração são feitas por trator, que rebocam as embarcações até o mar, de acordo com Bulhões e colaboradores (2016) existe um momento certo para o lançamento, que são os espaços de calmaria entre sequências de ondas maiores. Alguns problemas são apresentados nesse processo, em relação a

segurança do pescador e pescadora, já registrado casos em que houveram acidentes envolvendo o lançamento e o atracamento da embarcação pelo trator e também em relação ao custo, os tratores são de propriedade privada, sendo o pescador e pescadora artesanal responsáveis por pagar uma taxa de utilização. Ainda de acordo com o autor, os números de embarcações registradas na capitania dos portos do município chegam a cento e cinquenta.



Figura 9. Praia de Farol de São Tomé – Campos dos Goytacazes. Fonte: UESI – UENF.

A instituição que historicamente representa os pescadores na cidade de Campos Dos Goytacazes é a Colônia Z 19, fundada em 1982 e afiliada à FEPERJ e a CNPA, a diretoria compõe-se de Rodolfo Ribeiro (presidente), Genivaldo Sales (diretor secretário) e Salvador Manhães (tesoureiro). A sede se localiza na Avenida Olavo Saldanha, 390, bairro do Farol de São Tomé.

Uma das principais funções da colônia em Campos, é a emissão da declaração que comprova a exercício da atividade, esse documento é utilizado para iniciar o processo de requerimento do RGP, segundo, Ditty (2013) a Colônia Z-19 representa 356 pescadores continentais e 261 pescadores de Farol de São Tomé. Cada pescador e pescadora associado paga uma taxa de R\$ 15,00 mensais à colônia, única fonte de renda da instituição.

De acordo com as informações coletadas com a colônia Z19, os serviços oferecidos aos pescadores e pescadoras associados variam de Processos e declarações encaminhados para benefícios previdenciários, emissão da declaração de renda, processos e declarações encaminhados para benefícios previdenciários, processos para registro e renovação do permissionamento de embarcação pesqueira para a pesca de arrasto no Farol de São Thomé, inscrição e encaminhamento de pescadores para os cursos de: 'Segurança no Mar' (Projeto Mosaico/Petrobras) - 'CFQ-E Aquaviários' (DPC Macaé) - 'Rádio Amador' (Anatel) - 'Confecção de Rede' (Shell do Brasil) - 'Rede Certific' (IFF), Viagens para a secretária de Pesca do Rio de Janeiro, DPC Macaé, Cartório naval/RJ, Brasília, entre outras que se fizerem necessárias, encaminhamento dos cadastros de pescadores no PIS à C.E.F, inscrição e Renovação da CIR (Caderneta de inscrição e Registro) na Delegacia de Portos e Costa de Macaé; Preenchimento de (GPS) carnês de INSS para a comprovação da produção do pescador, encaminhamento de pescadores não aptos à receber o defeso pelo governo federal, para o projeto da Prefeitura (PMCG) que beneficia os trabalhadores da PESCA com um salário mínimo mensal no período de defeso.

Existem também seis associações de pescadores de águas interiores em Campos dos Goytacazes³⁴ que estão descritas na tabela abaixo, organizadas por regiões e números de inscritos. Dentre os serviços prestados pelas associações, se destacam o auxílio na documentação do pescador e pescadora, dúvidas referentes ao INSS, seguro desemprego entre outras questões.

³⁴ DIAS JÚNIOR, Luiz Fernando Rocha; PINTO, Marcos Vinícius Ferraz. organizações sócio-espaciais dos pescadores artesanais no município de Campos dos Goytacazes/RJ. 2012.

Tabela 1. Associação de Pescadores de Campos dos Goytacazes.

Data de Fundação	Associação	Local de Pesca dos Associados	Número de associados	Número de embarcações	Nome do Presidente:
2003	Associação dos Pescadores Artesanais de Coroa Grande do Rio Paraíba do Sul	Rio Paraíba do Sul, Rio Itabapoana e Lagoa Feia	130	60	Lenilson do Espírito Santo Dia
23/05/2002	Associação dos Pescadores Artesanais de Ponta Grossa dos Fidalgo	Lagoa Feia, Rio Ururai, Canal da Fecha, Rio Macabu e Rio Macacuá.	450	140	Nelson Francisco de Carvalho Souza
31/07/2003	Associação dos Pescadores Artesanais do Parque Prazeres do Rio Paraíba do Sul	Rio Paraíba do Sul, Lagoa do Campelo, Lagoa Feia, Lagoa de Cima, Três Vendas e Canal da Flecha	90	70	Valdemir Alves
13/08/05	Associação dos Pescadores Artesanais do Rio Paraíba do Sul	Rio Paraíba do Sul, Lagoa do Campelo, Lagoa Taquaruçu, Lagoa do Vigário, Lagoa Feia do Itabapoana e Rio Muriaé.	100	33	Jorge Carvalho Cruz
20/12/2006	Associação de Pescadores Profissionais e Artesanais de Lagoa de Cima	lagoa de Cima, Quissamã, Ponta Grossa dos Fidalgos, Lagoa do Campelo, Rio Itabapoana, Rio Imbé e Rio Urubu.	128	90	Lucimar Pereira de Carvalho
2000	Associação dos Pescadores Artesanais da Lagoa do Campelo	Canal Cataia, Rio Muriaé, Lagoa Limpa, Canal Resende, Lagoa do Campelo e Muritibá.	55	30	Amaro Ferreira Matias

No município de Campos dos Goytacazes desde 2007³⁵ existe uma política municipal específica que visa conceder seguro defeso. Trata-se de um programa que garante a transferência direta de um salário mínimo aos trabalhadores da pesca do município de água salgada, respectivamente denominados por essa política pública de pescadores e marisqueiras. Para receber o seguro defeso, o beneficiário deve atender a uma série de critérios divulgados no Diário Oficial do Município.³⁶

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social RESOLVE tornar pública a listagem dos pescadores artesanais e trabalhadores de apoio à pesca considerados aptos ao recebimento do seguro Defeso Municipal de água salgada em 2017, tendo estes atendido aos seguintes critérios:

§ Ser residente em Campos dos Goytacazes há pelo menos 02 (dois) anos;

§ Ter mais de 18 anos de idade, completos há pelo menos 12 meses;

§ Não possuir o registro geral da atividade pesqueira - RGP. Caso o RGP seja liberado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o pescador será automaticamente desligado da relação do Seguro Defeso Municipal;

§ Ter a pesca ou atividade de apoio à pesca como ocupação principal nos 12 (doze) meses anteriores ao pagamento Defeso, sem vínculo empregatício;

§ Não possuir outras fontes de renda;

§ Não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, inclusive aposentadoria, pensão, auxílio-doença e BPC;

§ Não poderá receber o Seguro Defeso aquele que desrespeitar o período do defeso ou quaisquer das proibições estabelecidas pelas normas do defeso;

§ O pescador artesanal receberá o Seguro pelo período de 04 meses, prazo de duração do defeso.

Essa é uma política municipal, especialmente destinada para um grupo social que é invisibilizado no trabalho da pesca artesanal, esse grupo é visto de fora como não apto a acessar uma política nacional, por se tratar de um gênero que historicamente ocupou um lugar de subordinação na pesca. A lista de beneficiários do seguro defeso municipal divulgada em diário Oficial do município em 2017, demonstra que esse grupo invisibilizado é composto em por mulheres, de 430 pessoas beneficiadas pela lei municipal, apenas 31 são homens.

³⁵ Lei Municipal nº 7.021/00, que instituiu o Seguro Defeso Municipal;

³⁶ Secretaria municipal de desenvolvimento humano e social (Município). Resolução nº Nº. 001/2017, de 02 de maio de 2017. e Tornar Pública A Listagem dos Pescadores Artesanais e Trabalhadores de Apoio à Pesca Considerados Aptos Ao Recebimento do Seguro Defeso Municipal de água Salgada em 2017. Campos dos Goytacazes, RJ, 2 maio 2017.

Examinando a lei do município, notamos que ela não se utiliza do termo Marisqueira, uma nomenclatura que é utilizada regionalmente para associar as mulheres que trabalham com o beneficiamento do peixe e do camarão, mesmo que na região não sejam encontrados mariscos, a mariscagem é o conceito que elas usam para se autoidentificar como trabalhadoras. Uma das hipóteses levantadas na pesquisa, é que a decorrência desse termo pode estar ligada, a falta de reconhecimento delas enquanto pescadoras, é comum ouvir o debate em torno disso na região, elas são marisqueiras, mas não são pescadoras, e se são marisqueiras não podem acessar os direitos que são reservados aos pescadores e pescadoras artesanais.

A partir das categorias, de gênero, trabalho, identidade e pesca artesanal, a proposta desta dissertação, foi perceber as contradições que a categoria de marisqueira produz no acesso ou não as políticas sociais e da forma com que elas se organizam no interior do movimento social, na busca por seus direitos. Notícias publicadas nos jornais de circulação local relataram o protesto de um grupo de marisqueiras que fechou a RJ-216, próximo à entrada de Farol de São Tomé, nos anos de 2015, 2016, e 2017. Em ambos os protestos elas reivindicavam o pagamento do seguro defeso municipal que não foi pago pela prefeitura.



Figura 10. Marisqueiras de Farol de São Tomé queimando pneus em protesto ao não pagamento do seguro defeso municipal. Fonte: Jornal Online Terceira Via.

NARRATIVAS E MEMÓRIAS DAS MARISQUEIRAS DE FAROL DE SÃO TOMÉ

A pesquisa de campo permitiu sistematizar os tipos de trabalho feminino desenvolvido no Farol de São Tomé que acontecem geralmente a partir da chegada do camarão e pescado na Pedra e como essa atividade foi desenvolvida por elas no decorrer do tempo. A partir das entrevistas narrativas de quatro marisqueiras que fazem parte do Grupo Gestor de Campos dos Goytacazes vamos abordar as relações de trabalho desenvolvidas por elas, nos frigoríficos da região e dos fundos de quintal.

Os frigoríficos estabelecidos na região, empregam parte das marisqueiras, nesse local elas fazem a limpeza do peixe e os embalam para a comercialização. Os fundos de quintais da região são responsáveis por absorver a mão de obra das mulheres que não conseguem uma vaga de trabalho nos frigoríficos, elas trabalham de forma autônoma, embora dependam de terceiros para obter a matéria prima (peixes ou camarão). Fundo de quintal leva esse nome, pelo fato de ser um local de trabalho anexo a casa e o quintal de uma das marisqueiras, geralmente a dona do quintal, oferece a estrutura para que outras mulheres possam trabalhar.

A partir das memórias lançadas pelas interlocutoras da pesquisa, podemos compreender a construção da identidade delas como marisqueiras, a partir das relações de trabalho e do cotidiano delas, como mães, esposas e mulheres.

Giovana, tem 24 anos é casada, natural de Campos dos Goytacazes, tendo morado na comunidade pesqueira de Farol de São Tomé desde que nasceu, tem um filho de quatro anos. Quando ela lembra da infância, diz que trabalhar com peixe, é algo que ela não poderia fugir, faz parte da vida dela, faz parte de quem ela é.

Então, meus pais se conheceram trabalhando no frigorífico em Farol e aí desde os meus 9 anos né eu trabalho junto com a minha mãe, que minha mãe descascava camarão no fundo de quintal e eu trabalhava com ela né e meu pai também Já comprou muito camarão, já foi atravessador, depois foi trabalhar no frigorífico, ele passou a comprar e colocar lá no fundo de quintal lá de casa para as mulheres trabalhar, mas por pouco tempo, aí depois ele arrumou outro emprego né e a minha mãe continuou no caso como marisqueira no Fundo de Quintal

só que de outra pessoa, aí minha mãe foi trabalhar como doméstica e eu continuei, trabalhei até meus 20 anos que eu engravidei com 19, ainda estava trabalhando como marisqueira, aí tive meu filho com 20, aí eu parei depois voltei de novo e até eu não estou frequentemente assim como marisqueiras, mas eu já descasquei camarão no intervalo do projeto (Giovana).

Ela mesmo diz, que não enxerga sua vida trabalhando e vivendo de outra coisa. Foi através da pesca que ela conquistou muitas coisas e, é partir dela que quer continuar conquistando. Todas as entrevistadas, com exceção de uma, aprenderam as atividades relacionadas a pesca com os pais, frequentavam desde pequena os fundos de quintais e frigoríficos da região. Na infância a atividade era desenvolvida para que elas pudessem aprender e ganhar alguns trocados, com o passar dos anos a pesca se tornou a única renda delas.

Meu pai era comprador de camarão, ele foi um dos fundadores da colônia. Tipo assim eu trabalho desde pequena, minha mãe eu lembro, que quando eu tinha dez anos e a minha irmã tinha sete, minha mãe colocava nós duas, andávamos uma distância de 40 minutos a pé, até ir em um lugar para limpar, aí comecei nessa rotina, fui criada assim, a gente não tinha muita oportunidade de estudar, tenho o ensino médio mas não tive condições de fazer curso, nada disso Eu fui ter condições agora, depois de velha, depois de uma certa idade, mas eu não gosto de trabalhar em outro lugar que não seja isso. Já é de mim, eu gosto de trabalhar com peixe e camarão. As pessoas falam que é catigoso, que você está fedendo, eu não me importo com isso, eu gosto do que eu faço (Vânia).

As atividades que elas desenvolvem hoje na pesca, são frutos de muitos anos de contato com a pesca, elas começaram desde que eram crianças a limpar peixe e a viver da pesca. A marisqueira entrevistada relatou que trabalhar com a pesca foi uma escolha dela, não foi imposta pela família, e nem pelo marido, começou cedo por que as condições de vida eram muito difíceis, e era importante aprender uma atividade.

Eu comecei com 7 anos, nossa vida era sofrida, passamos muitas dificuldades, passamos fome, minha mãe não tinha muitas condições, e não partiu dela querer que a gente trabalhasse, partiu da gente, e partiu de nós mesmos. Às vezes a gente chegava lá na época, não fazia nem para uma bala, mas ela tirava 10 centavos e falava toma. Para poder incentivar a gente ter o nosso próprio dinheiro (Vânia).

Renata não é casada e tem dois filhos. Trabalhou em fundos de quintal e em frigoríficos, mas atualmente está desempregada. Vania, trabalha em frigorífico desde os nove anos, intercalando essas atividades durante os anos em fundos de quintais. Dona Maria, relatou que sempre foi pescadora, antes e depois de casar. Quando casou, essa atividade passou a ser desenvolvida em regime de complementaridade, o marido participava do processo da captura e ela dos processos referentes ao beneficiamento do pescado. Giovana sempre trabalhou em fundos de quintal, mas atualmente trabalha como técnica socioeducativa no projeto PESCARTE. O interessante foi perceber, que apesar de todas as dificuldades apresentadas durante as narrativas, todas gostam muito de trabalhar na pesca.

Por que é assim, uma tradição. Você cresceu ali, ali dentro né, então assim várias amigas minhas, assim como eu, nossos pais levava a gente bebezinhos para dentro dos frigoríficos a gente ficava até brincava a gente ficava em caixa de camarão brincando enquanto os meus pais estavam trabalhando então é uma tradição de família, por mais que a gente tem as dificuldades é uma coisa que a gente tem amor a gente trabalha e faz aquilo que a gente gosta de fazer (Giovana).

A trajetória das entrevistadas está marcada sobretudo, pela dedicação à família. Dona Maria, que é casada há mais de 40 anos, conta com muita emoção, o que passou para criar os cinco filhos. Todos trabalham com a pesca e com muito orgulho ela nos diz, que um dos filhos faz barcos e que aprendeu o ofício sozinho.

Quando passa por aqui eu chego a chorar, um barco enorme muito bem feito, nunca estudou para fazer barco, [...] e hoje meu filho faz cada barco, eu fico até emocionada quando eu vejo, eu penso: meu filho nunca teve um estudo, como faz esses barcos tão lindo, tão bem feito? (Dona Maria).

Assim como elas aprenderam a pescar com os pais e as famílias, hoje as marisqueiras entrevistadas ensinam os filhos, levam as crianças para brincar nos fundos de quintais, e quando chegam na idade de aprender a filetar, elas ensinam as técnicas que elas foram aperfeiçoando aos longos dos anos. “Tudo

eu passei para os meus filhos, por que sozinha eu não consigo, eu ensinei meus filhos, hoje eles fazem igual a mim, perfeito” (Dona Maria).

Dona Maria, ao falar sobre si, conta-nos com os olhos cheios de lágrimas que passou por muitas dificuldades, havendo dias sem ter o que colocar na mesa para comer, mas ela mesmo diz “ *que todas essas dificuldades, serviram para ela ser quem ela é*”, desde muito cedo trabalhando com a pesca, vinda de uma família humilde, conta que teve que casar cedo, que nem pensava nisso, mas na época as filhas tinham que casar cedo para sair de casa. Desde muito nova se dedicou a família, a criação dos filhos, os trabalhos domésticos, sem muito tempo para o lazer, e mesmo hoje com idade para se aposentar, a rotina continua a mesma, acordar sempre muito cedo, limpar o peixe, fazer comida, limpar a casa e cuidar dos netos, agora que os filhos já são grandes.

Dentre as entrevistadas, nenhuma tem ensino superior, sendo que duas têm o ensino fundamental e duas o ensino médio completo. As mulheres que possuem ensino médio são as mais jovens e também têm menos filhos e são casadas. Nesse sentido, é importante olhar para as mudanças nos padrões culturais de gênero que ocorreram ao decorrer dos anos, fruto dos movimentos feministas e das lutas das mulheres, ao acesso ao mercado de trabalho, educação, a diminuição na taxa de fecundidade que pode ser atrelada ao aumento do nível de escolaridade (Abramo, 2007).

Os dados retirados da pesquisa, mostraram que a marisqueira com menor idade foi a que ingressou no ensino superior. Ela faz graduação em gestão ambiental. A marisqueira com maior idade é a que tem o nível de escolaridade mais baixo, não chegando a completar o ensino fundamental. Dentre vários fatores que explicam isso, devemos levar em conta o tempo em que o ensino regular se tornou obrigatório no Brasil, iniciados com a Emenda Constitucional no 59, de 11.11.2009, e oficializadas a partir da Lei no 12.796, de 04.04.2013, que oficializou a obrigatoriedade do ensino regular dos 4 aos 17 anos de idade.

[...] já fui cortadeira de cana, com meu pai com a minha mãe, a gente tinha uma vida muito difícil, aí começamos a trabalhar em tudo, naquela época não consegui estudar, meu pai e minha mãe não tinha condições, naquela época tudo era comprado, hoje tem a ajuda do governo, bolsa família, tudo mais. Aí minha mãe mandou eu trabalhar, já pesquei muito, cortava cana, de tudo eu já fiz um pouco (Dona Maria).

Ainda sobre isso, é importante ressaltar, que o acesso das mulheres à educação, tem se mostrado historicamente superior ao dos homens. De acordo com o IBGE (2010) observa-se uma proporção maior de mulheres (54,7%), se comparada com a de homens (45,3%) que frequentavam o ensino médio. A maior diferença percentual por sexo encontra-se no nível superior completo, em que a proporção de mulheres que completaram a graduação é 25% superior a dos homens (IBGE, 2010). Apesar desses dados, o acesso ao mercado de trabalho se dá desigual para as mulheres, mesmo possuindo níveis de instrução maior que os homens, as áreas em que elas se concentram são em geral atreladas a carreiras de menor remuneração, de acordo com o IBGE (2010) as mulheres de 25 anos ou mais de idade estão concentradas em áreas da Educação (83,0%) e Humanidades e Artes (74,2%), ainda que os rendimentos femininos não se igualem a nenhuma das áreas gerais onde as pessoas trabalhem.

Três das entrevistadas relataram que querem continuar a estudar, seguir carreiras dentro da pesca, mas em posições de liderança, é o caso da Giovana, Marisqueira que passou a trabalhar como técnica educacional no projeto PESCARTE:

Eu ia ter carteira assinada, eu ia ter direitos, eu nem sabia que eu ia ter plano de saúde, e aí eu tive plano de saúde e a questão de ter um trabalho fixo e não vai sair da minha realidade porque eu vou trabalhar com os pescadores com as marisqueiras conhecer outras pessoas outras pescadoras, outros lugares, tipo Lagoa de Cima que é tão perto e eu não conhecia. Pescadores de lá que passam as mesmas dificuldades que a gente passa no Farol e a gente não tinha essa informação esse contato com eles então assim o PESCARTE abriu várias portas né, e não me tirou daquilo que é o que eu gosto de fazer, que é o caso de trabalhar com os pescadores eu não trabalho mais limpando camarão, mas eu trabalho com eles (Giovana).

A Renata, dentre as marisqueiras entrevistadas, encontra maiores dificuldades de continuar os estudos. Ela nos conta que tem o desejo de cursar uma graduação, mas que na atual conjuntura seria impossível. Conta-nos que trabalhar em frigoríficos é muito difícil, por que ela tem dois filhos e, é mãe solteira, não tendo com quem deixar os filhos, não consegue ir trabalhar.

Percebemos nos relatos das marisqueiras, que a situação dos fundos de quintais e frigoríficos, vem sendo precarizada ao longo dos tempos, os relatos remontam um passado na pesca, em que os recursos pesqueiros eram abundantes na região, havendo empregos para todas as marisqueiras. Atualmente, essa situação vem sendo deflagrada, os recursos pesqueiros estão diminuindo na região e as alternativas de trabalho em Farol estão cada vez mais escassas; essa situação fica evidenciada na fala de Vânia.

É difícil conseguir nos frigoríficos, porque estão muito cheios e já tem aquela turma já certa que estava trabalhando E aí tem gente que trabalha lá faz muito tempo, e aí não tinha seleção nem indicação nada, você ia no frigorífico que trabalhava. Só que aí assim com desemprego tem muita gente e aí não tem mais vaga e as pessoas que já têm suas mesas e seus locais certinho de trabalho, e aí não tem como colocar mais gente para trabalhar lá (Vânia).

O cotidiano das entrevistadas é marcado por diversas atividades, que perpassam a esfera doméstica e as atividades da pesca. Logo cedo, as seis da manhã, elas já estão acordadas, preparam o café, e levam as crianças para escola quando ainda são pequenos. O trajeto para levar os filhos até escola é feito a pé, e no caminho são estabelecidas relações de confiança com a comunidade em torno, todos ali se conhecem, ajudam a cuidar um dos outros.

Vânia que trabalha em frigorífico, tem que chegar na hora estipulada pelo dono do frigorífico, nos conta, que tem que deixar tudo preparado no dia anterior, trabalha até as 16 e 17 horas, todo o dia, e nos fins de semana trabalha numa barraca que vende açai, que ela montou na frente da sua casa.

Giovana, por trabalhar na sede do PESCARTE³⁷, acorda cerca de seis horas da manhã. Ela precisa enfrentar o trajeto de Farol para o centro de Campos, com cerca de 50 km de distância. O transporte que liga as duas localidades é bem precário, em horários de pico, pode levar mais de duas horas para chegar em Farol. O trajeto é feito por transporte público ou vans privadas, pelo fato do transporte público não ser suficiente para atender toda a população, as vans privadas são utilizadas como meio de transporte, embora o valor da passagem seja mais alto.

³⁷ A sede do projeto PESCARTE em campos, fica situada no Centro da cidade.

Dona Maria, que trabalha em um fundo de quintal, compra o pescado, diretamente dos pescadores de Farol e conserva o produto para ser limpo durante a semana. A rotina dela é ocupada pelos afazeres domésticos, mas também é regulada pela quantidade de peixe que está disponível para limpeza.

Quando tem muito peixe, elas trabalham mais e quando não tem muito, elas trabalham menos. Os netos que moram com ela, ajudam no preparo do almoço, mas quem cozinha mesmo, é ela. Ao final da tarde, é preciso que seja feita a limpeza dos materiais e local de trabalho, como o fundo de quintal é na casa da entrevistada, acompanhamos alguns processos de filetagem e conservação do pescado que serão evidenciados nas imagens abaixo.



Figura 11. Conservação do peixe beneficiado no fundo de quintal. Fonte: UESI- UENF.



Figura 12. Beneficiamento do pescado no fundo de quintal. Fonte: UESI- UENF.

Ficamos sobretudo impressionadas, com a agilidade no processo de limpeza do peixe. O fundo de quintal recebe diferentes tipos de pescado, sendo que cada tipo possui uma técnica diferente, Dona Maria, não soube responder ao certo a quantidade de produtos que são beneficiados durante um dia, mas nos explica que o trabalho é feito de forma artesanal e que comercializam diretamente para os moradores da comunidade e para restaurantes de pequeno porte.

Entendemos que pensar o trabalho feminino na pesca é pensar o tempo e a família, isso por que os tempos são pensados de formas diferentes entre homens e mulheres e a família por que é uma estrutura determinante para pensar o espaço de trabalho da mulher na pesca.

Utilizando as direções que a ideia da divisão sexual do trabalho nos proporcionou, pensaremos como essa divisão do trabalho é determinante na construção das relações de desigualdade de gênero.

Em relação a divisão dos afazeres domésticos entre os filhos e maridos, somente uma das entrevistas afirmou que é feita de maneira igual, as demais entrevistadas afirmam que essas atividades são concentradas especialmente nelas, não recebendo “ajuda” dos filhos ou do marido. Em contrapartida, elas entendem que a divisão desigual dessas tarefas, as colocam em posições desiguais, limitam seu tempo para outras atividades, e provocam desgaste físico e emocional. Saffioti (1987) aponta para a necessidade de partilhar os afazeres domésticos com a família, para que todos possam ter oportunidades dentro e fora do lar.

As atividades que as mulheres desempenham na pesca de Campos dos Goytacazes são diferentes e variam no tempo e no espaço. Elas estão envolvidas em muitos processos da pesca, desde a captura até a comercialização. São empregadas em frigoríficos ou autônomas em fundos de quintal, limpando qualquer espécie de pescado que aparece, do camarão à tilápia.

Produzem artesanatos, trabalham em feiras, já trabalharam com agricultura de qualquer tipo, como uma marisqueira disse “*a gente se vira como pode*”. Muitas dessas mulheres, tem suas jornadas de trabalho dupla, às vezes até triplas, divididas entre o trabalho em casa e com os filhos e o trabalho na pesca, com tantas atividades no dia a dia delas. Fica difícil imaginar como que

durante tantos anos se reproduziu a ideia de que a mulher não trabalhava, que ela só ajudava o marido, e que mulher de pescador não é pescadora.

É menina, a gente tem que se virar nos 30, tem que dar muito duro, por que eu fico o dia todo. Ai a gente limpa, prepara o peixe, o camarão, ai no outro dia para gente fazer entrega, as vezes, tem que correr para comprar o peixe de novo, limpar de novo, é sempre assim essa rotina, ai tem que fazer né, o serviço da casa e tem que limpar o peixe aquela correria toda (Dona Maria, Marisqueira” de Farol de São Tomé).

As maiores dificuldades apresentadas no relato das pescadoras, foi no sentido da baixa remuneração que elas recebem trabalhando na pesca, e também em relação a falta de reconhecimento delas enquanto pescadoras. Quando perguntadas por que elas não são reconhecidas como pescadoras, a resposta é por que não possuem o RPG, ou seja, a falta de um documento que assegure que elas sejam profissionais da pesca, é para elas o principal mecanismo que assegura sua desigualdade perante a categoria. Embora já tenhamos destacado, que são estruturas culturais históricas que colaboram para a invisibilidade do trabalho da mulher na pesca.

Embora haja reconhecimento legal das mulheres enquanto pescadoras, percebemos a desvalorização social nas atividades pesqueiras, que geralmente são atribuídas a elas, neste caso o beneficiamento do pescado, a filetagem, a mariscagem, e a comercialização. Numa entrevista concedida por uma das marisqueiras, ficou evidenciado em sua fala que não se sentia como pescadora. Ela diz “*eu não sou pescadora, quem é pescador é quem pega o peixe, eu só limpo o peixe eu não pesco*”, pergunto a ela se desconhece a legislação que as reconhece enquanto pescadora. Ela se sente constrangida e me diz que lembra, e que falou que não era pescadora, por que é assim que ela se sente em relação aos outros, para aquela comunidade ela não é pescadora, quem pesca é quem vai para o mar e, portanto, ela não poderia ser.

“Marisqueira”: *A diferença é que o pescador ele pesca, a gente não, a gente pega o pescado que eles pescam e trazem para a gente para a gente limpar, a gente limpa a gente não pesca.*

Pesquisadora: *Então você não é pescadora?*

“Marisqueira”: *Não, não sou pescadora, eu limpo.*

Para o trabalho nos fundos de quintais, elas precisam conhecer as diferentes técnicas de manejo que cada tipo de peixe possui, o tipo de ferramenta que elas devem utilizar para cada pescado, uma delas diz “*se não souber fazer direito, desperdiça muita coisa boa do peixe*”. As técnicas de cada peixe são aprendidas com as mães, irmãs, vizinhas, alguém que tenha o conhecimento da técnica e que as ensine. Há tantos anos que fazem a mesma atividade, que para elas, já nasceram sabendo.

Além disso elas fazem o manuseio do pescado sem nenhuma proteção de segurança, todas as entrevistadas já foram lesadas no processo de trabalho, e mesmo nos frigoríficos, onde se espera que haja uma fiscalização, elas informaram que trabalham sem proteção alguma. A saúde das mulheres que trabalham com essa atividade é colocada em risco desnecessariamente, o trabalho repetitivo com as mãos, sem nenhuma medida de segurança, coloca elas em posição de desvantagem.

Bom, eu acordo 4:30 às 5 horas, mudo de roupa e vou. Aí levo o meu uniforme, minha alimentação, minhas coisas de trabalho e tenho que tá 6 horas no salão, o limite mínimo de sair de lá é de 15 horas da tarde. Agente trabalha direto com peixe, camarão. Eu já corri o risco, lá já levei um corte profundo no dedo, quase perdi o dedo, tive que levar 5 pontos foi complicado, mas a única coisa que tem para gente (Vânia, Marisqueira de Farol de São Tomé).

Não é intuito dessa pesquisa discutir a saúde das marisqueiras, tão pouco querer estabelecer uma relação entre os perigos de quem fica em terra e quem vai ao mar. Embora historicamente os homens desempenharam as atividades relacionadas a captura, não é difícil encontrarmos nas narrativas e memórias, mulheres que embarcavam, ora com o marido, mas também sozinha.

Segundo pude constatar em diálogos estabelecidos com as pescadoras, o acesso aos fundos de quintais é feito através de indicação, e não há diferenciações entre a pescadora que é dona do fundo de quintal e as demais pescadoras, pelo contrário, uma marisqueira disse “*elas ainda gastam a água para limpar a sujeira, e a casa fica cheirando a peixe*”. Nos fundos de quintais, elas estabelecem uma relação de reciprocidade, podem levar os filhos, além de

possibilitar que ela trabalhe, as crianças aprendem desde muito cedo, a trabalhar com a pesca, assim como foi com elas.

A lógica de trabalho desenvolvida nos fundos de quintais e nos frigoríficos que elas trabalham é a da produção, uma vez que elas recebem por quilo de peixe limpo e embalado. Não é intenção do texto fazer uma discussão sobre a teoria marxista dos termos de produtivíssimo, pequena produção mercantil, acumulação mas não podemos deixar de pensar a influências da modernidade e da globalização nas relações de trabalho, envolvendo as comunidades de pesca artesanal, muito menos deixar de levar em conta, que o espaço em que essas comunidades estão estabelecidas, fazem parte de um grande empreendimento capitalista de exploração de óleo e gás, que refletem sobretudo na escassez dos recursos naturais e da degradação do meio ambiente.

Essas transformações sócio econômicas do capitalismo coloca-nos diante de novos processos de trabalhos, novos hábitos de consumo e novas configurações geográficas (Harvey,1992).

Queremos deixar claro ao leitor, que a interpretação que fazemos das relações de trabalho das pescadoras, foi pautada nas discussões fundamentais, nas teorias de gênero e divisão sexual, e como elas operam na divisão e hierarquização do trabalho da mulher na pesca.

Em relação ao trabalho da mulher na pesca sabemos que elas desenvolvem diferentes atividades, a cada qual corresponde a uma nomenclatura própria, que elas mesmo se classificam. Em geral elas se titulam como marisqueiras, muito embora não trabalhem só com os mariscos, e sim com uma variedade de peixes que elas recebem diariamente para filetar. Essa atividade é tipicamente feminina, os fundos de quintais são basicamente compostos de mulheres e os frigoríficos utilizam da mão de obra feminina para o manuseio dos peixes. Acreditamos que essa divisão do trabalho tenha a ver com a relação dos papéis atribuídos as mulheres ao longo da história, características que são consideradas como “inatas” delas, a sensibilidade, a delicadeza, a destreza com as mãos, características que são necessárias para lidar com o produto variado que a pesca oferece.

De fato, o que é um trabalho de mulher? Perrot, (2005) classifica como profissões socialmente atribuídas as mulheres, as profissões que coloquem em ação as qualidades “inatas”, físicas e morais da mulher, nesse caso a

flexibilidade do corpo, agilidade nos dedos, “dedos de fada”, qualidades que são fruto da histórica educação feminina:

Que fazem das senhoras dos correios tão convenientes, excelentes cobradoras, das enfermeiras, as melhores auxiliares do médico de hospital, ou das operárias das grandes fábricas automobilísticas do entre guerras, uma mão habituada aos gestos monótonos e a disciplina da cadeia de montagem. Qualificações reais fantasiadas como qualidades “naturais” (Perrot, 2005, p. 253).

Essas “Qualificações reais fantasiadas como qualidades “naturais” que expressa autora, é resultado da relação entre os sexos, que denota à mulher as obrigações das atividades relativas a esfera doméstica, “geradoras de serviços, mais do que mercadorias, são valores de uso mais do que valores de troca” (Perrot, 2005, p. 253).

Nas entrevistas uma das marisqueiras relatou que embarcava com o marido, e que não era impedida de participar de todos os processos da pesca, embora não pudesse fazer sozinha, sempre acompanhada do marido ou de algum familiar, afinal a pesca em alto mar é considerada uma atividade perigosa, e a mulher tida como frágil. Essas duas características não são compatíveis.

Nessa lógica a atividade que são atribuídas as mulheres, precisam ser desenvolvidas no espaço de “terra”, essa ideia, reproduz os discursos que as invisibilizam a atividade da mulher na pesca artesanal.

Eu sempre ia com meu marido, ia com os meus pais, depois fiquei muitos anos pescando né, a gente não entrava no mar mesmo, lá dentro, na época era de canoa, aqui na beira. Ai pegava, saia as vezes de madrugada, ele me chamava e dizia, olha vamos pescar que o tempo tá bom para pescar, eles falam a quadra né, a quadra tá boa aí a gente ia pescar. Saia uma hora as vezes, meia noite, pescando, aí amanhecia o dia, pegava tudo aqueles camarão, botava a beira mar, na areia né, mas muita quantidade, muita quantidade, pegava muito camarão, muito peixe. Ai depois ele pescava na beira, depois começou a pescar no barco em alto mar. No alto mar eu não ia não, só ia na beira (Marisqueira – Farol de São Tomé).

A temática da precarização do trabalho da mulher na pesca, surgiu a medida em que fomos ao campo e fizemos entrevistas. Percebemos que a fala de algumas mulheres, relatavam a insegurança que sentiam em relação ao

trabalho em frigoríficos. Antunes, quando analisa as consequências das transformações sociais, sobretudo com a imposição de políticas neoliberais constata:

Duas manifestações são mais virulentas e graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica voltada prioritariamente para a produção de mercadorias que destroem o meio ambiente (Antunes, 2001 p.38).

Ainda sobre o tema, Mezáros deixa claro:

O modo historicamente único de reprodução sociometabólica do capital degrada o tempo porque a determinação objetiva mais fundamental de sua forma própria de intercâmbio humano é a condução irreprimível à contínua auto-expansão, definida pelas características intrínsecas a esse modo de intercâmbio societário como a necessária expansão do capital, alcançada na sociedade de troca apenas por meio da exploração do tempo de trabalho. O capital, portanto, deve tornar-se cego com relação a todas as dimensões do tempo diversas da dimensão relativa ao trabalho excedente explorado ao máximo e o correspondente tempo de trabalho (Mezáros, 2007 p. 36).

As marisqueiras que trabalham em frigoríficos da região, não trabalham por hora, mas pelo volume de produção feito ao dia. Elas recebem a quantia em dinheiro. Em geral, estudos³⁸ mostram que os trabalhadores de frigoríficos atuam com movimentos repetitivos, com um ritmo de produção elevada, que ocasionam uma série de fatores de risco a saúde, relacionados com a repetitividade e a sobrecarga muscular. Atrelado a isso, são funções que requerem baixa qualificação, pouca remuneração, monotonia, e em condições de extrema vulnerabilidade social.

Aconteceu várias coisas comigo, já cá me machuquei, e faz tempo, eu tive problemas com várias coisas. Fiquei doente por causa de tanto trabalhar, nisso mas eu tô bem, graças a Deus. A gente não tem hora para nem começar, nem para terminar. Hoje temos porque a gente pode trabalhar depois das 3 horas, a gente trabalha a hora que a gente

³⁸ Boletim Agravos à Saúde em Grupos de Trabalhadores da Indústria de Carnes no Brasil, 2006 a 2013.

quiser, o horário mínimo de sair é 3 horas, mas antigamente a gente trabalhava por hora trabalhada, então quanto mais horas você fizesse mais você ganhava. Eu já cheguei a gastar assim tipo três garrafas de café, numa noite num dia, para conseguir sustentar meu corpo, o café espanta o sono né, então o meu corpo aguenta trabalhar já trabalhei das 7 horas da manhã até as 9 horas da manhã do outro dia. Tipo assim, a gente não ganha tanto para isso, quem vive disso sabe que a gente não ganha muito bem para isso, e na época além da gente juntar mais um trocado por não ganhar muito bem, a gente não podia deixar a mercadoria estragar, porque camarão e peixe são mercadorias que estragam fácil, então quanto mais adiantado o serviço seria melhor para a gente e para o patrão e é onde a gente adiantava o trabalho (Vânia, Marisqueira de Farol de São Tomé).

Quando perguntado a elas, se gostariam de exercer outra atividade, a resposta foi não.

Eu tenho prazer, eu perco tempo, eu faço aquilo com amor mesmo, para vender e a pessoa falar, ah como o peixe estava bom, eu ofereço e eles ficam com medo, aí eu fico conversando com ele, convencendo ele a comprar. Eu me considero uma pessoa abençoada, por tudo que eu passei na minha vida, mas eu sinto prazer de estar fazendo tudo isso. Já trabalhei de um tudo um pouco, fui recepcionista, recepcionista de um posto de saúde daqui mesmo, trabalhei como babá, como atendente, trabalhei em balcão, de tudo um pouco. Mas dessas todas aí, eu não quero voltar atrás, eu prefiro continuar do jeito tá, pelo menos não tem ninguém tipo assim, a gente trabalha, claro nós temos patrão que pega no pé. Mas se a gente fizer nosso trabalho direitinho, como todo serviço é assim, mas eu trabalho do jeito que eu quero eu prefiro até que não seja, aquele negócio rigoroso, eu trabalho o dia que eu quero a hora que eu quero. E se eu não quiser trabalhar hoje eu não trabalho, mas é claro que eu vou trabalhar todo dia que eu não sou boba né. É verdade eu preciso né tenho contas a pagar e já viu complica (Dona Maria)

PESQUISA DE CAMPO JUNTO ÀS MARISQUEIRAS DO GRUPO GESTOR PESCARTE

O trabalho de campo teve como principal objetivo descrever e analisar as práticas e os discursos proferidos nas reuniões do Grupo Gestor (GG) PESCARTE de Campos dos Goytacazes, realizados durante os anos de 2016 e 2017, questionando se eles contribuía ou não para a superação das desigualdades de gênero na cadeia produtiva da pesca no município.

O objetivo da descrição e análise empreendida é a construção conhecimentos que permitam a compreensão das possíveis formas e estratégias

de construção de protagonismo, autonomia e representação política das mulheres engajadas nesse projeto de educação ambiental.

Essa seção foi organizada de acordo com as relações desenvolvidas das marisqueiras integrantes do grupo gestor, primeiramente com o representante da Colônia Z 19 de Campos Dos Goytacazes, que faz parte do Grupo Gestor, e as problemáticas desenvolvidas nas reuniões frente ao um programa de mitigação ambiental PESCARTE. O reconhecimento das mulheres como pescadoras e principalmente a contribuição delas para criação e consolidação do projeto de Geração de Trabalho e Renda, a qual o grupo Gestor é responsável.

Nas informações divulgadas na internet pela colônia Z19³⁹, percebemos que a nomenclatura que se utiliza para tratar das mulheres não é pescadora e nem marisqueiras como elas gostariam de ser chamadas, dentro dos serviços oferecidos pela colônia nota-se: podem afirmar que quando usam o termo “pescador” estão utilizando-se de um masculino universal, que seria tanto para homens, quanto a mulheres, mas que de fato contribui para a invisibilidade da categoria pescadora na comunidade, ademais, quando há um serviço que é feito pela colônia em nome das mulheres, o termo utilizado é trabalhadoras da pesca e não pescadora.

Quando a discussão girava em torno do RGP, em diversas ocasiões a colônia tentava de alguma forma culpabilizar a mulher, ou ela teria feito algum processo errado, no envio da documentação, ou ela não procurou a colônia no prazo correto, ou simplesmente a carteirinha não veio por que não veio, e a colônia não poderia fazer nada a esse respeito.

Aos poucos fomos percebendo que a relação desenvolvida pelas marisqueiras com a colônia, era de que elas não se sentiam representadas pela entidade, e que de tal modo era inútil falar ou dizer alguma coisa. Em muitas ocasiões quando o representante da colônia estava presente nas reuniões do GG, as mulheres tinham pouca voz, e quando tinham, não participavam de forma decisória, ou seja sua participação se limitava a mais escutar do que falar, por mais importante que as duas ações sejam para a construção de um projeto democrático, quando uma reunião de 4 horas, contando com mais de 50% de

³⁹ <http://www.coloniadepescadoresz19.com.br/>

gestoras mulheres⁴⁰, apenas só se ouve homens, é necessário que se problematize essa situação. Dito de outra forma, garantir que as mulheres cheguem ao poder é só o início para quebrar as barreiras discriminatórias, é necessário que se produza discursos institucionais que sejam capazes de desconstruir estruturas culturais de dominação masculina.

As preocupações de algumas Gestoras sobre a postura do representante da colônia foram em direção ao PESCARTE em si, uma gestora disse: *“a colônia tem criticado duramente o projeto com os pescadores e pescadoras do Farol e isso tem levado a perda de credibilidade junto à comunidade”*. Embora saibamos de várias situações em que a colônia de pescadores Z19 apostou em projetos públicos que chegaram ao município e não saíram do papel.

Inclusive o representante da colônia, alertou várias vezes sobre a desconfiança que ele tinha em relação a continuidade do projeto PESCARTE pela Petrobras. Em várias ocasiões a fala era muito pertinente, tendo em vista que historicamente a pesca artesanal tem sido negligenciada pelo poder público. Contudo, em relação a colônia, percebe-se que as lideranças e representações não estão sendo renovadas e, apesar de não apoiarem cem por cento o PESCARTE, não possuem apenas um voto no quadro geral, não podendo assim submeter um projeto de geração e trabalho e renda em detrimento a qual lhe convém. Essa é uma das preocupações expressadas por umas Gestoras, que após os anos de luta e engajamento no PESCARTE, aqueles em que a posição era contrária ao projeto venham a beneficiar-se mais que outros.

Em relação aos esclarecimentos sobre os processos da pesca, em uma das reuniões do GG, ficou claro o desconhecimento delas em relação ao processo para obter o RGP, não estando nenhum representante da colônia presente, um Gestor da Associação de pescadores do município, tentou de maneira rápida explicar como o processo para a solicitação do documento, ficou claro que muitas delas já haviam feito o processo há algum tempo e que por algum motivo que elas desconheciam, a carteira nunca chegou.

Em uma das falas uma Gestora afirmou que haviam cerca de 700 marisqueiras sem cadastro vinculadas a colônia de pescadores de Campos dos Goytacazes, e exigiu que o projeto PESCARTE tomasse a frente desse processo

⁴⁰ De todas as reuniões observadas em pesquisa de campos, as mulheres gestoras eram maioria.

e auxiliasse toda a categoria de mulheres a reivindicarem seus direitos. Uma das principais discussões nesse caso é o termo “correto” a ser utilizado, elas se intitulam “marisqueiras”, mas essa nomenclatura não é aceita a fins de legislação, neste caso elas deveriam ser enquadradas enquanto pescadoras, ou ainda como limpadoras de peixe. Há casos de “marisqueiras” que iniciaram o processo de emissão do RGP há mais de dois anos, e nunca obtiveram nenhuma resposta, nem do MPA e nem da colônia. Ao mesmo tempo que elas conhecem e citam pessoas que não estão ligadas a nenhuma atividade pesqueira e que tem a carteira de registro profissional e recebem o defeso.⁴¹

A fala da “Marisqueira” não é isolada, afetando muitas das mulheres pescadoras da região:

É tipo uma seleção, o que aconteceu foi o seguinte, eu tenho umas três irmãs, então das três irmãs tudo vieram, a carteirinha mas a minha não veio, eles alegam que, eu não fui lá na colônia, foi lá no Ministério da Pesca, lá no Rio, eu fiz a mesma coisa que elas fizeram. Foi em 2003, as delas vieram e a minha não veio, eles alegam que minha documentação pode ser que tenha sido extraviada, mas eu tenho o protocolo. O protocolo que chegou até a mim, mas quando eu puxo esse protocolo pelo site, consta que eu não tenho nada lá. Aconteceu alguma coisa deve ter pegado os documentos jogado fora. Alguma coisa aconteceu, aí eu não procurei mais não, é complicado. É muito complicado, existe pessoas que não trabalham, não vivem disso e recebem e outros como eu que trabalho, vivo disso, mas eu não recebo. É complicado.

Elas são orientadas a fazer o processo de emissão do RGP via colônia, pois eles são especializados e conhecem melhor os processos, embora muitas delas nas entrevistas afirmaram que quando tem um problema relacionada a pesca não procuram a colônia e que não são associadas a ela. A aposentadoria da mulher também é algo abstruso para elas, sem obter as informações corretas dos órgãos responsáveis, elas desconhecem o processo para o requerimento do benefício. De acordo com as “marisqueiras” as dificuldades seriam superadas quando se constituísse uma associação de pescadoras de Campos dos Goytacazes, articulada com a colônia, mas que discutisse especificamente as demandas das mulheres.

Campos dos Goytacazes não possui uma associação de mulheres pescadoras, entretanto é alto o número de mulheres que se declaram

⁴¹ Nenhuma das interlocutoras da dissertação possui o RGP ou recebem o defeso federal.

“marisqueiras. De acordo com o CENSO PESCARTE são 903 mulheres que trabalham com atividades relacionadas a cadeia produtiva da pesca, entretanto o número de mulheres que não tem registro de pescadora ou não recebem o defeso é agravante a colônia de pescadores estabelecida não dá conta de modificar essas estruturas de desigualdade, seria interessante a criação de uma articulação de mulheres que se posicionasse frente a colônia e aos órgãos estaduais e municipais, em busca dos seus direitos.

Outra questão levantada é o fraco envolvimento da colônia nas ações do projeto, poucas foram as reuniões em que a colônia se fizesse presente, o que impedia o diálogo importante entre os pescadores e as pescadoras e a colônia, as questões levantadas nas reuniões poderiam ser discutidas e debatidas com várias instâncias da categoria.

Contudo, a fala que sempre se repetia, era como as dificuldades em ser reconhecida como pescadora fazia parte do cotidiano dessas mulheres em Campos dos Goytacazes uma vez que elas são reconhecidas como “marisqueiras” pela legislação municipal, e elas também se reconhecem como tal, bem como a comunidade em sua volta que as reconhece assim. Em uma das primeiras reuniões observadas, foi perguntado como elas queriam ser chamadas e a resposta foi clara: eu sou Marisqueira.

Um dos resultados esperados por parte das mulheres que integram o Grupo Gestor, é o projeto de geração de trabalho e renda que será escolhido e implantado em campos dos Goytacazes, isso por que sua inserção no mercado de trabalho tem sido marcada por descontinuidade e pela informalidade. Descontinuidade por dois motivos, primeiro por que dependem de terceiros para terem a matéria prima do beneficiamento, e quando esses não entregam o peixe, as marisqueiras não podem trabalhar e por isso não recebem. O segundo motivo é a falta de organização dos pescadores de Campos. Sabemos que há peixe que saí de Campos e segue rota para Santa Catarina para o beneficiamento. As marisqueiras de Campos não tem o SIF⁴² exigido, o que resulta em maior valor agregado ao produto.

⁴² O Serviço de Inspeção Federal, conhecido mundialmente pela sigla S.I.F. e vinculado ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA, é o responsável por assegurar a qualidade de produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis destinados ao mercado interno e externo, bem como de produtos importados. Atualmente, o SIF tem atuação em mais de 5 mil estabelecimentos brasileiros, todos sob a supervisão do DIPOA.

Os frigoríficos da região se caracterizam como outra alternativa de emprego para essas mulheres, entretanto a relação trabalhista desenvolvida nesses estabelecimentos é precária, caracterizada pelos baixos salários e a informalidade, as marisqueiras ficam à mercê dos dias em que podem ou não ir trabalhar, e se não tem peixe, não tem salário. Essa situação se caracteriza como um exército industrial de reserva, assim como Marx preconiza, “produto e alavanca da acumulação capitalista” a quantidade de Marisqueiras que estão em situações econômicas piores é relativamente grande ao ponto de que estar em situação de precariedade em um frigorífico é melhor do que estar desempregada.

Desta forma a preocupação do PESCARTE e das mulheres do grupo gestor, é alterar a configuração dessa relação de trabalho, trazendo ao debate os conceitos de economia solidária e como eles podem ser aplicados na realidade dos pescadores e pescadoras da região, por meio de cooperativas, associação, Empresas Autogestionárias, Grupos solidários, Clube de Trocas, Redes de colaboração solidária, entre outros. A principal preocupação demonstrada pela equipe PESCARTE em relação aos projetos GTR consiste na durabilidade deles, a formação dos gestores está sendo estruturada para que o projeto ao sair do papel, tenha condições de se auto sustentar e gerar lucro para todos os pescadores e pescadoras. Desde as primeiras reuniões a fala das mulheres está direcionada a escolha desse projeto e como ele vai impactar na vida delas.

Mais do que isso, contar com a experiência das marisqueiras no PESCARTE através do GG, trouxe para dentro do projeto demandas específicas que elas tinham. Em relação ao tempo que as reuniões do GG tomavam no cotidiano dessas mulheres. Dentre as integrantes do GG, todas têm filhos, algumas são casadas e outras não, contudo, para todas elas, estar em uma reunião do Grupo Gestor significava perder um dia de trabalho, diminuindo assim seus rendimentos no final do mês, encontrar alguém para ficar com seus filhos, embora a equipe do projeto tenha criado a o “Pescartinho”, uma forma de atender as crianças, filhos das gestoras para que elas pudessem se dedicar as atividades programadas, o cuidado com os filhos e com a casa é um obstáculo na participação das mulheres no GG.

Na discussão de qual dia da semana seriam as reuniões do segundo ciclo, foi sugerido o dia do sábado, aberta a votação, os homens não se opuseram,

mas quando uma gestora abriu o diálogo em torno das diversas tarefas que ela tem a cumprir durante a semana, ficou claro que o sábado não seria o dia ideal. Essa questão nos leva a compreender melhor as formas que a divisão sexual do trabalho opera no cotidiano da mulher pescadora, enquanto que para o pescador o dia do sábado é um dia de descanso e lazer, as mulheres pescadoras, sabem que o sábado é para limpar a casa, cuidar dos filhos, fazer aquilo que a semana cheia não a permitiu, e que se ela não o fizer, ninguém mais faz.

De acordo com a pesquisa divulgada pelo IPEA (2009) o número médio de horas semanais dedicados aos afazeres domésticos pela população de 16 anos ou mais, é de 25 horas para as mulheres e 10 horas para os homens. A partir de uma análise sobre a divisão sexual do trabalho, a distribuição do tempo para os afazeres domésticos é o principal obstáculo para que se busque a igualdade entre os sexos. Na pesca isso não é diferente, e reflete diretamente na participação da mulher nos espaços públicos e nas lutas sociais.

As gestoras comentavam que após terem sido eleitas para atuarem pelos direitos dos pescadores a partir do Projeto PESCARTE, passaram a serem reconhecidas como pescadoras dentro da comunidade. Um reconhecimento que também veio com ônus, no momento de paralisação do projeto, eram cobrado delas uma devolutiva da atual conjuntura, elas sentem que se alguma coisa vier a dar errado com o projeto, elas serão culpabilizadas perante a comunidade. Algumas pessoas acham que elas recebem para serem do grupo gestor, e se perguntado a elas se acham que deviam receber, a resposta é sim, pois perdem o dia de trabalho para estarem na reunião, e como recebem por dia trabalhado, no final do mês elas sentem a diferença.

Elas acham que seria justo, uma vez que as equipes técnicas recebem salários, elas gostariam de ter uma participação também, embora isso não seja um fator que impeça elas de continuarem e nem que as façam desistir, a promessa da construção democrática de um projeto de geração e trabalho e renda, na minha percepção é a principal motivação da participação delas, alterar o status da relação de trabalho que elas vêm estabelecendo é o principal objetivo. E por que não seria? Tendo em vista as condições de trabalho precárias e a insegurança caracterizada pelo trabalho informal nos frigoríficos e nos fundos de quintais.

Para alterar essa relação de trabalho, elas entendem que precisam ser capacitadas, e essa é uma relação bem interessante que o PESCARTE e elas desenvolveram. Além dos cursos oferecidos: Licenciamento Ambiental; Letramento Digital; Economia Solidária, elas acreditam que o PESCARTE pode abrir novas possibilidades de emprego, como é o caso de uma marisqueira que foi convidada para integrar a equipe técnica do PESCARTE de Campos. A maioria dos integrantes tem alguma ligação com a pesca, quando perguntado a elas, se gostariam de exercer outra atividade, a resposta é não, apesar de todos os obstáculos que se apresentam a elas, a ideia de não trabalhar com a pesca, parece impossível, o que elas querem, é que se altere essa relação de dependência dos atravessadores, o acesso ao seguro defeso, e a carteira profissional de pesca, ou seja, que sejam garantidos os direitos básicos da categoria.

Entretanto quando perguntado, *you gostaria que seus filhos seguissem na pesca?* A resposta já se difere, elas não querem que os filhos sejam pescadores e nem pescadoras. A maioria das interlocutoras trabalham na pesca desde muito nova, eram filhas de pescadores em uma época em que era muito difícil estudar, a pesca se configurava então, como única atividade possível dentro daquele contexto, a fala delas é no sentido que, se meus filhos quiserem fazer outra coisa da vida, terem outra profissão, eu tenho toda a condições de oportunizar isso a eles, mas se quiserem trabalhar com a pesca, elas querem que quando esse momento chegar, as condições de trabalho para os pescadores e pescadoras artesanais sejam mais igualitárias.

Acompanhamos as atividades do grupo Gestor de campos do 1º ciclo, quando a Petrobrás, anunciou a paralisação do Projeto PESCARTE, em cerca de um ano, os pescadores e pescadoras que faziam parte do Grupo Gestor, continuaram acreditando no projeto, e não deixaram de fazer as reuniões previstas. Dessa paralisação foram contratadas duas empresas para analisar e executar os projetos de Geração de trabalho e renda, a Visão Ambiental e a Okeanos, que após reuniões e visitas aos locais do empreendimento, puderem enviar um esboço de alternativas viáveis para o projeto.

Acompanhamos a visita técnica ao município de São Francisco de Itabapoana – RJ, que foi muito importante para perceber como as diferenças regionais impactam na vida das marisqueiras, dito de outra forma, a marisqueira

de Campos não é a mesma de São Francisco, o valor que as últimas recebem, é um valor bem inferior ao que as marisqueiras de Campos recebem para filetar e beneficiar o pescado, a ideia do projetos de GTR é que esses valores se padronizem e os empreendimentos se relacionem entre os sete municípios que o PESCARTE atende.

Nessa visita, alguns problemas específicos foram listados na região, que acredito que sejam importantes relatar, para compreender melhor a relação que os pescadores e pescadoras estabelecem com diferentes esferas. Pelo município ter uma área extensa relativamente grande (1.122,438 km² IBGE, 2016) e possuir o maior litoral da região norte do estado, com mais de 40 quilômetros de extensão, fizemos a visita em dois dias, em março de 2017.

Dentre os principais problemas detectados está a precariedade no processo de beneficiamento, o local onde acontece o filetagem, não possui estrutura nenhuma de higiene, ao ar livre com vários animais por perto, os dejetos são jogados em lugares inapropriados, embora esse não seja o maior problema, ao mesmo tempo existe a exploração da mão de obra das mulheres que trabalham nessas condições. Elas recebem cerca de 0,30 centavos por quilo de peixe filetado, não chegando a ganhar nem R\$ 10,00 por dia de trabalho, essa situação reforça a extrema desigualdade que observamos na região.

A relação estabelecida entre os pescadores e pescadoras com a figura do atravessador, é complexa e não será tratada aqui com o rigor necessário de observação, pois essa relação carece de melhor acompanhamento, quanto sua construção histórica de dependência, essa comunidade sofre com ameaças do atravessador, que detém o poder exclusivo da compra do peixe, uma vez que ele é o único que detém o óleo, para as embarcações, de acordo com os pescadores. A relação funciona da seguinte forma: o atravessador só vende o óleo (em um preço abusivo) se os pescadores venderem o pescado para ele (no preço que ele estipula).

De acordo com as literaturas que versam sobre o tema, não é difícil encontrar essa relação de exploração entre os atravessadores e pescadores nas diferentes regiões do País. Isso por que na grande parte dos casos, os pescadores não têm condições de conservar grandes quantidades de peixe. E são “obrigados” a passar o pescado enquanto esse ainda está apto a ser vendido, por um preço que não é justo, para o pescador, essa relação se desenvolve nos “acordos” impostos por um sistema capitalista que visa sobretudo o acúmulo do capital, dessa relação se

desenvolve sobretudo em uma relação de poder e monopólio sobre o processo trabalhista do pescador.

Da mesma forma que as Marisqueiras de Campos dependem de terceiros para trazerem a matéria prima para se beneficiarem, há relações que se estabelecem em regime de complementaridade, onde o marido vai para o mar pescar, e a mulher, faz o beneficiamento do peixe, assim eles não dependem de terceiros, e conseguem agregar um valor maior ao produto. Na maioria dos casos isso não acontece, foram levantados cerca de 20 “fundos de quintal” em funcionamento em Farol de São Tomé.

Segundo as mulheres que trabalham nos fundos, a relação que se estabelece entre elas é de solidariedade, sem nenhuma diferenciação entre a dona do quintal para as demais. Desta forma, a fala de uma gestora foi bem pertinente, ela diz que para que os projetos deem certo, é necessário que o pescador tenha a confiança e o desejo de entregar o peixe para as redes do projeto, trabalhar de forma cooperativa para que todos possam sair ganhando. Assim os projetos escolhidos por cada cidade deveriam se complementar, afinal se todos os municípios escolhessem um frigorífico como projeto, não seria viável, os projetos devem ser interligados as necessidades e demandas de cada cidade.

Em Campos, até o momento foram discutidas as seguintes opções de projetos: Aquicultura, Aquaponia + lambaricultura, UBP de pequeno porte, e ainda foi discutida a possibilidade de um turismo de base comunitária na região de Tocos, os projetos estão sendo estudados, e sua implantação será feita no 3º ciclo. Essa pesquisa não tem dados suficientes para discutir o sucesso ou não de sua implantação, mas tem como principal função descrever as relações de trabalho e a partir de uma perspectiva de gênero para compreender os status dessa relação na cadeia produtiva da pesca em Campos e contribuir na direção da paridade dessas relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em boa parte da pesquisa, achamos que o campo iria trazer respostas diferentes, buscava acreditar principalmente na ideia de que as mulheres que entrevistamos, se reconhecessem enquanto pescadoras, acreditamos que as relações construídas historicamente e legitimadas por um discurso acadêmico, estavam sendo questionados, ao ponto das afirmativas “ a pesca é uma atividade eminente masculina” serem ultrapassadas e negadas por toda uma comunidade.

Uma interpretação possível dessa relação, foi tirada da própria fala das “marisqueiras”, que diziam “*eu não pesco, eu limpo*”, “ *eu até vi no farol mulheres que pescavam, mas é muito difícil*”. As entrevistadas, no entanto, compreendem a pesca como o ato de embarcar numa canoa, barco, lancha, ir ao alto mar e capturar o peixe. Como elas não desempenham essas atividades no seu dia-dia, elas não se percebem enquanto pescadoras.

Percebemos que são esses discursos que contribuíram para legitimar a posição desigual da mulher nos papéis sociais da pesca. Esses discursos serviram para que se consolidassem no cotidiano um ambiente proibido para mulheres e permitido para os homens, separados pela bipolarização do mar/terra, público/ privado. Os construtos históricos que colocaram a mulher nessa posição, são melhor compreendidos quando aplicamos as teorias das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho.

Segundo Kergoat (2003), esse tipo de divisão possui duas classificações, a da separação onde existem trabalhos de mulheres e trabalho de homens e o da hierarquização em que o trabalho do homem “vale” mais do que o da mulher. Esse tipo de classificação pode ser aplicado graças a um tipo de legitimação naturalista que confunde e sobrepõe gênero ao sexo biológico, reduzindo assim as práticas sociais em papéis sociais sexuados.

Segundo Woortmann (1992) a classificação dos espaços sociais de domínio de cada gênero, é construído de forma bipolar. Primeiramente o mar é percebido como ambiente eminentemente masculino, e a terra como domínio das mulheres, sendo assim o mar representa a apropriação dos espaços públicos, e a terra dos privados, essa classificação impõe a invisibilidade nas atividades desenvolvidas pelas mulheres, nos fundos de quintal e nos

frigoríficos, como se esse tipo de trabalho não fosse importante para manter a pesca artesanal como atividade econômica.

Além disso, o que diz respeito a divisão do trabalho em relação ao gênero, Woortmann (1992), percebemos que as diferenciações de trabalho entre homens e mulheres, podem ser percebidas, a partir do fato dos homens não considerarem as atividades desenvolvidas por mulheres, como trabalho, e sim como uma “ajuda”. Assim como a relação de invisibilidade do trabalho feminino historicamente está associada ao trabalho doméstico e cuidados da família.

A Pesquisa de Campo permitiu descrever e analisar uma dupla invisibilidade sofrida pelas marisqueiras de Farol de São Tomé, primeiramente em relação a categoria de pesca artesanal em detrimento a pesca industrial, e segundo em relação as hierarquias de gênero dentro da comunidade pesqueira. Em Campos a pesca artesanal é uma atividade que tanto para homens e mulheres, é instável e sazonal. De acordo com os relatos das entrevistas, existem dias em que não há como trabalhar, por que não há peixe e camarão, além disso os relatos nos ajudaram a compreender a forma com que as relações de trabalho estão sendo precarizadas, o valor que elas recebem pelo dia de trabalho é incompatível com as necessidades para sua reprodução social, além de não terem acesso as políticas nacionais do seguro defeso e aquelas que trabalham em frigoríficos não terem acesso aos direitos trabalhistas.

A partir das entrevistas narrativas, podemos adentrar na realidade dessas marisqueiras, para compreender o fato delas não se reconhecerem como pescadoras, embora elas trabalhem com a pesca desde criança, levadas pelos pais aos fundos de quintais e frigoríficos, nem sempre elas estiveram nessa função, elas já trabalharam em várias atividades, desde cortadora de cana até recepcionista, elas percebem a pesca como a principal atividade, embora precisem recorrer a outros empregos para garantir sua reprodução social.

De acordo com as Marisqueiras entrevistadas, a maior dificuldade das atividades desempenhadas por elas, que variam desde do beneficiamento até a comercialização do pescado, é a baixa remuneração que elas recebem, elas acreditam que essa baixa remuneração é em função da falta do reconhecimento delas enquanto pescadoras, a falta de uma documentação que comprove que elas são pescadoras. Nenhuma das entrevistadas possui o registro geral da pesca e tão pouco recebem o defeso nacional.

Buscamos a partir dessa pesquisa, mostrar as diferentes relações de trabalho instituídas na comunidade de Farol de São Tomé e como essa relação se estabelece de forma desigual, resultando na invisibilidade do trabalho da mulher na pesca, além disso, busquei problematizar a influência, especificidade e alcance das categorias trabalho e gênero na proposição de um projeto de intervenção e educação ambiental de caráter geral como o que vem sendo desenvolvido pelo PESCARTE desde 2014.

Sendo assim, essa dissertação é produto de uma investigação de cunho qualitativo, que incorporou a perspectiva histórica, para entender a construção da identidade da categoria de pesca artesanal, no que se refere as políticas nacionais para o setor e o uso da mão de obra pesqueira nos diferentes contextos sócio-históricos. E utilizou da perspectiva de gênero para entender como essa construção da identidade do pescador, foi o principal fio condutor da invisibilização do trabalho da mulher na pesca.

Para a análise dos dados, foram articuladas as técnicas de entrevistas narrativas que foram realizadas com quatro marisqueiras que fazem parte do grupo gestor de campos, a fim de compreender o cotidiano delas na pesca, e as relações de trabalho em frigoríficos e fundos de quintais na região. Com a observação participante durante dois anos nas reuniões do grupo gestor e em visitas técnicas a municípios participantes do projeto, foram sistematizadas as falas delas, no sentido de dar conta da relação instituída entre elas e o representante da colônia de pescadores Z19. A articulação delas nos espaços de poder e de decisão, para a efetivação do projeto de geração de trabalho e renda, que será resultado do processo democrático e do espaço de discussão a qual o grupo Gestor é palco.

O número de mulheres que foram eleitas para atuarem no grupo Gestor de Campos, é superior ao número de homens, esse é um dado importante para pensar a representação delas na escolha de um projeto de geração de trabalho e renda que perceba a relação desigual do trabalho da mulher na pesca e nas estratégias para a superação delas. A pesquisa de campo proporcionou compreender para além da quantidade de mulheres, a forma com que elas se posicionam frente ao programa de mitigação ambiental.

Sendo assim se faz necessário a discussão de políticas públicas para criarem estratégias, a fim de eliminar obstáculos sexistas que impedem o pleno

exercício da mulher nos cargos de poder, mais do que isso, é colocar mais mulheres na criação e execução dessas políticas, promover o debate mais intenso em todas as esferas, no meio social, cultural e principalmente por meio da educação. Discutir a invisibilidade da mulher em programa de mitigação social se faz necessário à medida em que ele vai servir de prerrogativa para criação e negociação do campo das políticas públicas no setor pesqueira em uma esfera nacional e estadual, e na medida que ele vem para construir junto a luta das mulheres pescadoras, espaço de debate para a superação das discriminações de gênero na cadeia produtiva da pesca.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. W. A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária? Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, p.328, 2007.

ALENCAR, Edna F., 1993, "Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras", FURTADO, L. G., W. LEITÃO, e A. F. de MELLO (eds.), Povos das Águas, Realidade e Perspectivas na Amazônia, Belém, MCT/CNPq/ /Museu Goeldi, 63-81.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, p. 35-48, 2001.

ARÓSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

AZEVEDO, Natália Tavares de. Política nacional para o setor pesqueiro no Brasil (2003-2011). 2012. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR, Curitiba.

BERARDI, R. A. C. Trajetória e integração de imigrantes sulamericanos no Paraná: o caso dos argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios no Paraná, 1980-2011. 306 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BOGDAN, R.; TAYLOR, S. J. Introduction to qualitative methods: A phenomenological approach to the social sciences. 1975.

BRASIL. Decreto nº 2.869, de 9 de Dezembro de 1998. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1998/decreto-2869-9-dezembro-1998-397913-norma-pe.html>>.

BRASIL. Decreto nº 3.708, de 29 de setembro de 1866. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3708-29-setembro-1866-554469-publicacaooriginal-73085-pe.html>>.

BRASIL. Decreto nº 447, de 19 de maio de 1846. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-447-19-maio-1846-560415-publicacaooriginal-83218-pe.html>>.

BRASIL. Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/D8424.htm>.

BRASIL. Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8425.htm>.

BRASIL. Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm>.

BRASIL. Lei complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp140.htm>.

BRASIL. Lei Delegada nº 11, de 11 de Outubro de 1962. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leidel/1960-1969/leidelegada-11-11-outubro-1962-364968-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

BRASIL. Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.779.htm>.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm>.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm>.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>.

BRASIL. Lei nº 7.353, DE 29 de agosto de 1985. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm>.

BRASIL. Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1980-1988/L7353.htm>.

BRASIL. Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm>.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm>.

BRASIL. Medida provisória nº 103, de 1º de janeiro 2003. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/103.htm>.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>.

BRASIL. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>.

BRUSCHINI, Cristina. Tesouro para Estudos de Gêneros. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTEL. Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do trabalho. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTRO, Mary Garcia. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. In: Galeazzi, Irene M. S. (org). Mulher e trabalho. Porto Alegre: PED-RMPA, 2001.
 CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista: mais que um gênero em tempos neoliberais. *Crítica Marxista*, n. 11, p. 98-108, 2000.

CHIZZOTI, Antonio. Etnografia. CHIZZOTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CHRYSTOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897). *História (São Paulo)*, vol. 30 nº1, p.56-89, 2011.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cad. Pagu*, Campinas , n. 16, p. 13-30, 2001.

DE JANEIRO, Rio. IBGE, 2010. [www. ibge. gov. br/censo2010](http://www.ibge.gov.br/censo2010). Acesso, v. 8, p. 09-11, 2014.

DE SOUZA MARTINS, Heloisa Helena T. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e pesquisa*, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. Mulheres na CUT: um novo olhar sobre o sindicalismo. In: BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

DEMO, Pedro. *Saber pensar*. São Paulo: Cortez. Instituto Paulo Freire, 2002.

DIAS, Neto J. Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais: um registro para o futuro. *Revista CEPSUL: biodiversidade e conservação marinha*, v. 1, n. 1, p. 66-80, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ática, 1983.

DITTY, J.M. Sustentabilidade justa e a pesca marinha artesanal no município de campos dos goytacazes (rj) frente à implantação de um mega empreendimento portuário e industrial. *Dissertação (Mestrado)*. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Rio de Janeiro, p.67, 2013.

DURAN, Maria. *A Dona-de-casa*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In. *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres/ Alberto Di Sabbato; Hildete Pereira de Melo; Maria Rosa Lombardi; Nalu Faria; organização de Andrea Butto*. – Brasília : MDA, 2009. 168p.

Fonseca, M., Alves, F., Chagas Macedo, M., & Azeiteiro, U. M. (2016). O papel das mulheres na pesca artesanal marinha: estudo de uma comunidade pesqueira no município de Rio das Ostras, RJ, Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management*, v. 16, n. 2, 2016.

GERBER, R.M., *Mulheres e o Mar: Uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil*. Florianópolis, tese, UFSC, 2013, 418p.

GERBER, Rose Mary. Nos passos de Gioconda Mussolini, a construção de uma etnografia sobre invisibilidades e mulheres pescadoras. *Revista de Antropologia*, v. 58, n. 2, p. 99-116, 2015.

GIULANI, P.C. Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. 10º. Ed., 4º reimpressão- São Paulo: Contexto, 2017.

HAAS, Francisco. *POLITICA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA*. Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, Fev. 2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro. Ed. DP &A. 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro. Ed. DP &A. 2000.

HALL. Stuart. *Da diáspora. Identidades e Mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. "Estudos de gênero no Brasil", in: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HIRATA, H. - *Globalização, Trabalho e Tecnologias: Uma perspectiva de Gênero*. In *Revista Presença de Mulher*- n.30, São Paulo. 1997.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias*, v. 11, n. 21, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *A divisão sexual do trabalho revisitada. As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, p. 111-123, 2003.

IPEA. *Brasil em desenvolvimento. Estado, planejamento e políticas públicas*. 2009.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático, v. 4, p. 90-113, 2002.

Kergoat, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: SÃO PAULO. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas / Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

KNOX, W. TRIGUEIRO, A. A pesca artesanal no litoral no ES. In. Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal [recurso eletrônico] / (orgs.) Winifred Knox, Aline Trigueiro. - Dados eletrônicos. - Vitória : EDUFES, 2015.

KUHN, Ednizia Ribeiro A. Terra e água: Territórios dos Pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu – Bahia. 2009. 173f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador (Ba).

LAPASSADE, G. (2001). L'Observation participante. Revista Europeia de Etnografia de Educação, 1, 9-26.

LEITÃO, M.R. F, A. Transversalidade de Gênero e Pesca Artesanal na Paraíba. Anais do 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. Paraíba, 2012.

LEITÃO, Wilma M., 1997, O Pescador Mesmo. Um Estudo sobre o Pescador e as Políticas de Desenvolvimento da Pesca no Brasil, Belém, UFPa (dissertação de mestrado).

LOBO, Elizabeth Souza .A classe operária tem dois sexos,, São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.

LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MALDONADO, S.C. Pescadores do Mar. São Paulo: Ática, 1986.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MESZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI. Trad. Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. Etnográfica, v. 3, n. 2, p. 377-399, 1999.

NAVARRO, C. A.S. Royalties do Petróleo, Estudo de caso de Campos dos Goytacazes. Teses de Mestrado, UCAM, maio de 2003.

PEREIRA, P. A. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.112, p.729-753, 2012.

PERROT, Michelle, as mulheres ou os silêncios da história, Bauru: EDUSC, 2005.

PIMENTEL, S. Convenção sobre a Eliminação de T Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher criminação contra a Mulher Cedaw 1979.

PIQUET, Rosélia Périssé da Silva. O lugar do regional na indústria do petróleo. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 14, n. 1, p. 51, maio 2012.

PRÁ, Jussara Reis. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. cadernos pagu, n. 43, p. 169-196, 2014.

RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. Estado, Pescadores e Desenvolvimento Nacional: Da Reserva Naval à Aquícola. Revista Ruris, Volume 8, nº 1. Campinas-SP, 2014.

RIAL, Carmen; LAGO, Mara Coelho de Souza; GROSSI, Miriam Pillar. Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michèle Ferrand. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 677-690, Dec. 2005.

Rosa Bulhoes, E. M., Vianna Klotz, S. K., da Silva Arêas Mota, I., Cardoso Tavares, T., Bastos Sanguêdo, J., & Almeida Santos Cidade, C. (2016). Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima. A Experiência do Município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. Sociedade & Natureza, 28(2).

SAFFIOTI, H. I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, B. de S. Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, v. 4, p. 13, 2005.

SCHÜTZE, Fritz. Biographieforschung und narratives Interview. neue praxis, v. 13, n. 3, p. 283-293, 1983.

SCHÜTZE, Fritz. Die technik des narrativen interviews in interaktionsfeldstudien – dargestellt an einem Project zur erforschung von kommunalen machtsstrukturen. Unpublished manuscript, University of Bielefeld, Department of Sociology, 1977.

SCHÜTZE, Fritz. Sozialarbeit als „bescheidene “Profession. In: Erziehen als Profession. VS Verlag für Sozialwissenschaften, Wiesbaden, 1992. p. 132-170.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Revista Educação e Realidade, vol. 16(2). Porto Alegre: UFRGS, 1990.

SILVA, J. G. S. da. Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil, São Paulo, CEMAR/USP. 1993.

SILVA, L.G. A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar, sécs. XVII ao XIX. Papirus Editora, 2001.

SORJ, Bila. Os cuidados com a família e as desigualdades de gênero e de classe. Divisão sexual do trabalho, estado e capitalismo. Recife: SOS Corpo, 2010.

SOUZA, Venceslau Alves de. Direitos no Brasil: necessidade de um choque de cidadania. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , n. 27, p. 211-214, Nov. 2006.

TABET, Paola. La construction sociale de l'inégalité des sexes: des outils et des corps. Editions L'Harmattan, 1998.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. Cad. Saúde Pública [online]. 1985, vol.1, n.4.

TESTA, M.C. Bloco no Poder no Governo Lula: A hora e a vez do agronegócio. Anais do Simpósio Lutas Sociais na América Latina, Londrina, 2010.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação—Editora Cortez. São Paulo, 2002.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e pesquisa, v. 31, n. 3, 2005.

WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do nordeste. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 7, n. 18, p. 41-61, 1992.